

A GUARDA DO SÁBADO

Dr. ANÍBAL PEREIRA DOS REIS

Edições Cristãs

IN MEMORIAM

Aos insignes pastores

Ricardo Pitrowsky e Raphael Gioia Martins,

da galeria dos heróis, que me precederam na fé.

.oOo.

ÍNDICE

PRÓLOGO

O SÁBADO

A Natureza do Sábado
A Exigência da Lei Natural
O Texto Capital da Guarda do Sábado
O Sábado Cerimonial
A Observância Rigorosa do Sábado
A Extinção do Sábado
A Perpetuidade do Sábado
Jesus e o Sábado

A LEI

Jesus e a Lei
Jesus Cumpriu a Lei
Maldito por Nós
A Missão da Lei
A Lei e o Incrédulo
O Crente Evangélico e a Lei
“Sob a Lei” ou no Contexto da Graça?

O DOMINGO

A Ressurreição
A Ressurreição de Jesus Extingue o Sábado
Domingo, o Dia do Descanso de Jesus
O Domingo, o “Dia do Senhor”
Os Legítimos Guardadores do Sábado
O Pentecostes
Paulo Apóstolo e o Dia do Senhor
Epílogo

.oOo.

PRÓLOGO

No exercício do sacerdócio católico romano, sôfrego e aflito, procurei salvação eterna da minha alma.

Cumpria com rigorosa disciplina todas as prescrições do Código de Direito Canônico, todas as determinações de outros estatutos, como a Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil, todas as sugestões do meu superior eclesiástico e todos os pormenores do cerimonialismo sacramentário.

Em sendo a missa o ato culminante da vida clerical, celebrava-a com extremos de cuidado e com a máxima atenção, tanto no desenvolver dos gestos como no prolatar das palavras.

As regras litúrgicas exigem que, em certos instantes, o celebrante conserve as mãos espalmadas, uma na direção da outra, e que o espaço entre ambas não ultrapasse as extremidades dos ombros. É um pormenor levado em descuido pela totalidade dos clérigos após alguns meses de função sacerdotal. De minha parte, contudo, até nessa exigência fui em extremo fiel..

Tudo emprendia no anelo de encontrar eterna salvação para a minha alma.

A minha autobiografia, **“ESTE PADRE ESCAPOU DAS GARRAS DO PAPA”**, revela as inenarráveis torturas íntimas padecidas naquela angustiante busca durante tantos anos de sacerdócio vivido com dignidade, honra e intransigente observância de todas as suas leis, prescrições, cânones, imposições e conselhos.

Ao encontrar em Jesus a vida eterna e no gozo superabundante dessa alegria, dispus-me a ser-Lhe fiel. Intransigentemente fiel a Ele como o fora a serviço do erro.

Se a Bíblia, a inerrante e infalível Palavra de Deus, foi o instrumento do Espírito Santo no processo de minha conversão para me levar a nosso Senhor Jesus Cristo, ÚNICO e TODOSUFICIENTE porque TODOEFICIENTE SALVADOR, outrossim, constitui-se-me ela em instrumento do Espírito Santo para uma vida de fidelidade, que procuro radical, ao Senhor na correspondência de Sua preciosa Graça.

Se antes vivia numa atmosfera de angústia e de subserviência temerosa a autoridades eclesiásticas e a regras religiosas, agora, no

clima da Graça, desejo, com alegria, servir ao meu Senhor como Seu fiel discípulo.

Aquela meticulosidade dos tempos de sacerdote romanista dedico-a ao estudo e ao exame das Sagradas Escrituras.

Certo de ser muito mais difícil desaprender do que aprender, apeguei-me à Bíblia com a disposição total de me desintoxicar dos erros religiosos sedimentados em minha estrutura psíquica durante anos a fio.

E um dos pontos a me chamar a atenção foi o da guarda do sábado como o dia do Senhor.

Os intensos padecimentos, ao tempo de sacerdote, na ânsia de encontrar paz interior na segurança de minha salvação eterna, a minha experiência de conversão a Jesus Cristo, a consciência de plena libertação que o Evangelho me deu, o desapontamento por haver vivido ludibriado durante longos anos por uma teologia fossilizada em dogmas impingidos por homens, a tristeza de haver servido uma superpotência religiosa e também o estudo metódico e constante das Sagradas Escrituras, todas essas circunstâncias, além de outras, criaram em meu íntimo uma verdadeira refrangência e uma total repulsa por tudo quanto lembra catolicismo.

Com essa disposição interior tão característica minha, evidentemente, jamais poderia aceitar a prática do domingo se ele fosse instituição católica.

Outrossim, aguçou-me ainda mais o interesse pelo exame do assunto tocante ao sábado a quantidade considerável de cartas acerca da matéria. Sem exceção, longas e repletas de citações bíblicas, me incitavam à guarda do sábado “se realmente houvesse abandonado o catolicismo”. Isto é, se não o observasse, implicaria em permanência no catolicismo, pelo menos em parte. Algumas cartas alegavam que, sem cumprir o quarto preceito na sua literalidade conforme as traduções portuguesas da palavra sábado, teria eu saído do catolicismo, mas o catolicismo não saía de mim.

A bem da verdade devo destacar a nobreza e a elevação de todas essas cartas. E a bem da justiça devo agradecer a todos esses meus ignotos missivistas pela sua dedicação em meu favor e, sobretudo, pelo interesse em mim despertado no sentido de examinar detidamente o assunto.

Os versículos bíblicos à farta citados em todas elas são os mesmos, e nisto não vai mal algum, pois o assunto é o mesmo. Todas elas, outrossim, seguem o mesmo arrazoado e a mesma forma de argumentação, revelando, portanto, a procedência de uma única escola religiosa.

Algumas pessoas mais ousadas me abordaram pessoalmente. Seguem também uma técnica comum. Começam com elogios e voz doce, com perguntas sobre a Lei de Deus, a necessidade de cumpri-la por inteiro e, de maneira especial, sobre a guarda do sábado.

Ao sentirem, todavia, qualquer resistência, via de regra, se abespinham e se destemperam.

De certa feita, dirigia eu uma Campanha de Evangelização em Cariacica, circunjacente de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. Por alvitre do pastor da Igreja Batista local, sob cuja responsabilidade se dava a programação, houve um parlamento de perguntas e respostas, no sábado à tarde.

Numa de minhas pregações, na quinta-feira à noite, referi-me à guarda desse dia e alguns observantes dele, desgostosos com minha alusão, compareceram ao aludido parlamento. Procurava responder às perguntas no ambiente tranquilo de uma reunião de crentes evangélicos interessados em aprender.

Em certa altura, porém, sobrevieram as perguntas dos agastados sabadeadores. Minhas respostas deixaram-nos confusos e recorreram ao escárnio e ao achincalhe. E, se não houvessem sido retirados, estaríamos impossibilitados de continuar nossa reunião.

Acredito na utilidade para eles da adoção da mesma tática das cartas quando das oportunidades dos debates verbais.

Agradeço-lhes, todavia, também estes destemperamentos como reveladores da inconsistência de suas convicções sabáticas.

Devo, ainda, lembrar a amizade por parte de alguns deles a mim dedicada e por mim considerada e retribuída em idêntico nível.

As abordagens, ou por cartas ou pessoalmente, me estimularam ao estudo detido e metucioso do assunto, cujos resultados desejo imprimir nestas páginas para esclarecer consciências e tranquilizar corações.

Minha posição, no tocante ao cumprimento do sábado está absoluta e inconcussamente enraizada na Bíblia, a infalível Palavra de Deus. Evitei o recurso dos chamados “pais” da Igreja, de cujos escritos desconfio e cuja autoridade para mim é pura ficção. Evitei, outrossim, a citação de “teólogos” para escapar da influência de qualquer “escola”, embora reconheça o valor magnífico de muitos teólogos alcandorados em eminentes luminares no estudo sério e fiel das Sagradas Escrituras.

Este livro está marcado pelo respeito aos praticantes do sábado, para os quais desejo, de todo o coração, uma pesquisa sincera e honesta do assunto sob a direção do Espírito Santo a fim de se libertarem de peias e acatarem com fidelidade a Santa Palavra de Deus. Que não procurem eles refutar este livro. Antes, procurem examiná-lo à luz das Escrituras. E examiná-lo com honestidade de consciência.

Ficaria mortificado se perdesse a amizade de alguns deles. E se me fosse dado escolher, gostaria de continuar a usufruir desse privilégio ao constatar o benefício que este livro lhes produziu.

O meu maior empenho, contudo, é o de esclarecer os crentes evangélicos perturbados por insistentes conselhos sobre a necessidade da observância do sábado.

Estou seguro do êxito da leitura destas páginas escritas em oração quanto ao imunizá-los do perigo do envolvimento sabático. Eis a grande recompensa do meu esforço.

São Paulo, 12 de Maio de 1977

Dr. Aníbal Pereira dos Reis

EM TEMPO: As versais das transcrições dos textos bíblicos encontradas neste livro têm a deliberação de dar saliência e correm por minha conta.

.oOo.

O SÁBADO

Nesta primeira parte do livro, analisaremos o assunto em epígrafe desde a sua natureza, o seu texto capital, o seu aspecto cerimonial, a sua observância rigorosa, a sua abolição, a sua perpetuidade até a conduta de Jesus Cristo para com o sábado semanal.

A NATUREZA DO SÁBADO

O vocábulo não é da nossa língua. É uma transliteração, ou seja, a representação da palavra original hebraica por letras do alfabeto do nosso idioma, como acontece com vários outros vocábulos bíblicos.

Se traduzido para o português, sábado seria CESSAÇÃO, INTERRUPTÃO, PAUSA, DESCANSO ou REPOUSO. E, em defluência, muitos se livrariam de equívocos e de perfilhar ideias com ressaibo de Velho Testamento.

SUA ETIMOLOGIA E SEU USO

I

Com efeito, o hebraico SHABBATH (= SÁBADO; em grego: SABBATON com seu plural SABBATA) procede do verbo SHABATH da

raiz SH B T e tem significação primária de CESSAÇÃO e os posteriores matizes de INTERRUPÇÃO ou PAUSA e DESCANSO ou REPOUSO.

a)- Em sentido etimológico primitivo, portanto, SHABATH quer dizer: CESSAR, ACABAR.

Quando da plena posse da Terra Prometida, com a primeira safra de mantimentos, o miraculoso maná deixou de cair: “E CESSOU [SHABATH] o maná” (Josué 5:12). Depois não caiu mais. Acabou-se.

Entre os profetas, dos quais citaremos apenas dois exemplos, esse verbo tem o mesmo significado de CESSAR. “E farei CESSAR [SHABATH] a arrogância dos atrevidos” (Isaiás 12:11). “E farei cessar [SHABATH] nas cidades de Judá, e nas ruas de Jerusalém, a voz de folguedo e a voz de alegria” (Jeremias 7:34).

É este sentido primário do mesmo verbo encontrado em Gênesis 2:2-3 do seguinte conteúdo: “E havendo Deus acabado no dia sétimo a Sua Obra, que tinha feito, DESCANSOU [SHABATH, que outras versões traduzem: CESSOU] no sétimo dia de toda a Sua Obra que tinha feito. E abençoou Deus o dia sétimo e o santificou; porque nele DESCANSOU [SHABATH] de toda a Sua Obra, que Deus criara e fizera”.

Note-se no v. 2 a locução: “Havendo Deus acabado” a denotar haver completado a Criação, não tendo de recomeçá-la após o dia do descanso.

Confirma o sentido etimológico primitivo do verbo SHABATH (CESSAR) a informação de que o verbo hebraico expressa basicamente apenas dois “estados” de tempo: o PERFEITO, empregado para determinar uma ação completamente realizada, e o IMPERFEITO, para descrever uma ação principiada, começada, mas ainda não concluída, não terminada.

O idioma hebraico é pobre também quanto aos “tempos” na conjugação ou flexão dos seus verbos.

Em português, por exemplo, há variedade de tempos como o presente, o passado, o futuro, o pretérito perfeito, o futuro perfeito, o futuro do subjuntivo (inexistente até no latim), etc.

Quanto ao “tempo” (passado ou futuro) o uso daqueles dois “estados” na flexão do verbo hebraico depende do contexto, pois é este que o determina.

Na sua flexão temporal, o sentido “perfeito” do verbo, em hebraico, é empregado para falar de uma ação ou de um estado futuro como se já houvesse acontecido e fosse passado. Esta particularidade desse idioma serve para mostrar a certeza futura da ação ou para enfatizar a obrigação de que ela ocorra.

O sentido de uma ideia expressa num texto bíblico, portanto, pode ser adulterado e comunicar uma noção completamente diversa do

original se, ao traduzir-se esse texto para o português, não se transmitir com exatidão o “estado” do verbo hebraico.

Na passagem de Gênesis 2:2-3 as nossas traduções trazem:

“DESCANSOU”, dando a noção de que o descanso de Deus no sétimo dia após a Criação já terminou no passado e que, portanto, o verbo hebraico neste caso se acha no estado “perfeito”.

Uma versão assim não corresponde ao texto de Hebreus 4:1-10. À luz desta passagem do Novo Testamento, constata-se a modificação daquela ideia expressa em nossas versões de Gênesis 2:2-3.

E, de fato, o hebraico original não transmite a noção de que Deus “descansou”, ou seja, completou a ação de descansar lá naquele tempo. Como se no dia sétimo Ele houvesse descansado para reiniciar Suas atividades no dia imediato.

O original hebraico comunica a ideia de uma ação iniciada e, ainda, continuada. Iniciou e continua na cessação. Ao sétimo dia completou a Sua obra e a cessou em definitivo.

De conformidade com o idioma original do texto, portanto, dever-se-ia traduzir assim: “TEM ESTADO PARADO” no sentido de haver cessado a Obra Criadora.

Adotar-se o verbo descansar dá, outrossim, a ideia de que Deus se afadigou. E isto é um absurdo por dois motivos: Deus, por Sua própria natureza, não pode se cansar e a fadiga inerente ao trabalho é consequência do pecado. Admitir-se o haver Deus descansado é, portanto, imputar-Lhe a nódoa do pecado.

Entre parêntese, note-se que Deus continua a trabalhar (João 5:17), mas não na Obra Criadora e sim como Providência.

b)- O vocábulo SHABATH tem a nuance de INTERROMPER ou FAZER UMA PAUSA.

É este o sentido desse verbo empregado pelo faraó ao recriminar Moisés e Arão quando queriam levar o seu povo a cultuar ao Senhor: “Por que fazeis cessar [SHABATH, no sentido de pausa] o povo de suas obras?... Eis que o povo da terra já é muito, e vós os fazeis abandonar as suas cargas [SHABATH] (Êxodo 5:4-5).

c)- O termo tem nas Escrituras o matiz bem determinado de REPOUSO, DESCANSO ao designar o dia seguinte aos seis dias de trabalho. “Seis dias trabalharás, e farás toda a tua obra; mas o sétimo dia é o sábado [= repouso, descanso] do Senhor teu Deus; não farás nenhuma obra, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu servo, nem tua serva, nem o teu animal, nem o teu estrangeiro que está dentro das tuas portas” (Êxodo 20:9-10).

“O sábado do Senhor teu Deus”. A frase não se relaciona com o sétimo dia da Criação, pois Deus não se cansa e, por isso, não precisa de repouso.

A expressão afirma que se deve dedicar a Deus o dia do nosso repouso.

É neste sentido de REPOUSO que o vocábulo também é empregado em II Crônicas 36:21, onde se diz que durante os 70 anos do exílio babilônico a terra teve o seu sábado. É ainda usado em Levítico 23:32 para o Dia da Expição.

d)- O vocábulo nas Escrituras passou ainda a assinalar um dia certo na semana judaica no contexto do cerimonialismo. “Eis que estcu para edificar uma casa ao Nome do Senhor, meu Deus”, diz Salomão em carta ao rei de Tiro, “para Lhe consagrar, para queimar perante Ele incenso aromático, e para o pão contínuo da proposição, e para os holocaustos da manhã e da tarde, nos SÁBADOS, e nas luas novas, e nas festividades do Senhor nosso Deus, o que é perpetuamente a obrigação de Israel” (II Crônicas 2:3-4).

e)- Em forma ampla, SHABBATH assinalava certos dias de festa instituídos por Deus quando se exigia a pausa do trabalho, mas que necessariamente não caíam no dia da semana cognominado sábado. “E isto vos será por estatuto perpétuo: no sétimo mês, aos dez do mês, afligireis as vossas almas, e nenhuma obra fareis, nem o natural nem o estrangeiro que peregrina entre vós. Porque naquele dia se fará expiação por vós, para purificar-vos; e sereis purificados de todos os vossos pecados perante o Senhor. É um sábado de descanso para vós, e afligireis as vossas almas; isto é estatuto perpétuo” (Levítico 16:29-31).

f)- E, por extensão, o termo é consagrado ao ano sabático a ocorrer a cada sete anos e ao ano do jubileu a cada cinquenta anos. “Quando tiverdes entrado na terra, que Eu vou der, então a terra guardará um sábado ao Senhor. Seis anos semearás a tua terra, e seis anos podarás a tua vinha, e colherás a sua novidade; porém ao sétimo ano haverá sábado de descanso para a terra, um sábado ao Senhor; não semearás o teu campo nem podarás a tua vinha. Também contarás sete semanas de anos, sete vezes sete; de maneira que os dias das semanas de anos te serão quarenta e nove anos. E santificareis o ano quinquagésimo...” (Levítico 25:2-4, 8, 10).

II

Etimologicamente ainda o vocábulo SHABBATH se relaciona com o termo acádico SHABBATTU ou SHAPPATTU do ritual religioso babilônico, que também implicava em pausa no trabalho.

a)- Cada sétimo dia era dedicado a uma determinada divindade e, por ser considerado aziago ou de mau agouro, tornava-se imprópria a realização de qualquer atividade. Quem trabalhasse nesse dia, segundo a crença babilônica, sofreria uma desgraça qualquer porque os deuses malignos estavam soltos e livres para atuar sobre tudo e sobre todos.

Em vista desta pausa nos trabalhos, o dia levou o nome de SHAPPATTU.

b)- O segundo SHAPPATTU do mês se chamava UM NUB LIBBI e correspondia à fase da lua cheia, sendo, pois, considerado o dia da pacificação porque, segundo se cria, a lua, ao atingir o seu clímax, repousava.

c)- Outros povos, como os hindus, observavam também com rigor religioso e com o total repouso do trabalho o dia inicial de cada fase da lua.

d)- Entre os povos primitivos destacava-se uma especial estima pela lua, mais do que pelo sol, embora seja este mais importante por causa de sua influência decisiva sobre a terra.

Mais do que o causticante sol, a lua era considerada amiga do homem por possibilitar-lhe as caminhadas nas trevas da noite e o defender-se das feras e dos salteadores.

O ciclo solar, ainda hoje, entre o povo comum chama menos a atenção do que o ciclo lunar. O sol sempre aparece da mesma maneira, com o seu brilho intenso e a sua ofuscante majestade que impedem de ser fixado e seus raios são escaldantes.

As fases da lua, contudo, são bem distintas e qualquer pessoa inculta ou primitiva pode diferenciá-las.

Seu ciclo envolve fases misteriosas: lua nova, lua crescente, lua cheia e lua minguante. Por três noites, como morta, ela se oculta aos homens.

Em seguida, ressuscita e vai se desenvolvendo. Sete dias após, aparece na forma de semicírculo. Outros sete dias e ei-la cheia, no esplendor de sua beleza. A seguir, vai diminuindo até se tornar de novo invisível.

As tribos primitivas, admiradas com essas fases da lua numa repetição permanente, supunham-na mais afim do homem do que o sol. Em sua fase de “apagamento” lembrava a decrepitude e a morte, como acontece com o homem. A grandiosidade da “cheia” inspirava-lhe a idéia de “ressurreição”.

e)- Em consequência da regularidade dos ciclos lunares, os homens primitivos estabeleceram a divisão das semanas, associando a ideia de “padrão” ou “medida” à noção de LUA.

Com efeito, no vocabulário indoeuropeu, da raiz ME procedem LUA e também MEDIDA.

As fases lunares constituíram-se em medida universal para se aquilatar a evolução da natureza terrena: águas, fertilidade, vegetação etc. Naquelas pristinas eras, as semanas e os anos seguiam o calendário lunar a ponto de ser a própria duração da vida humana medida de acordo com as fases da lua.

É da raiz ME, que quer dizer LUA em varias línguas indoeuropeias, que se origina a palavra MES (= medida de tempo). Assim, em lituano, se diz MENU; em grego, MENE; em gótico, MENA; em sânscrito, MÂS; em latim, MENSIS; em português, MÊS.

f)- Só muito mais tarde, quando o homem pôde compreender a decisiva influência do sol nas quatro estações do ano, é que passou a adotar o ano solar em substituição ao lunar.

Aquelas informações acerca do apreço à lua por parte dos homens primitivos nos levam a avaliar sua influência na esfera religiosa daquela remota antiguidade quando os ciclos da lua e, em especial, o sétimo dia, que correspondia ao dia do início de cada fase lunar, foram tomados em conta de alto valor sagrado junto com o recesso das atividades normais.

EM CONCLUSÃO: A origem da palavra SÁBADO é uma transcrição do hebraico SHABBATH vinculado ao termo acádico SHABBATTU ou SHAPPATTU, que significa cessação, pausa, recesso, descanso ou repouso.

A EXIGÊNCIA DA LEI NATURAL

1)- Ao criar o homem, Deus dotou-o de espírito. Em sentido, portanto, espiritual, tem ele uma consciência e lhe são atribuídos direitos naturais.

A vida, a propriedade, a verdade, a honra e obediência aos pais por parte dos filhos são alguns desses direitos inerentes à própria natureza.

Se direitos implicam deveres, então, um indivíduo tem o dever de respeitar o direito à integridade física do outro, por exemplo.

a)- Esta noção de dever está na consciência de cada um e se pode chamá-la de LEI NATURAL porque ditada pela razão natural e seus ditames são percebidos e reconhecidos pelo homem, apesar de privado da luz da Revelação Escrita de Deus.

Cognomina-se NATURAL porque se enraíza na própria natureza humana criada por Deus.

Paulo Apóstolo acerca da matéria afirma: “Porque os gentios, que não têm Lei, fazem naturalmente as coisas que são da Lei, não tendo eles Lei, para si mesmos são lei; os quais mostram a obra da Lei escrita em seus corações, testificando juntamente a sua consciência, e os pensamentos, quer acusando-os, quer defendendo-os” (Romanos 2:14-15).

E a transgressão dessa Lei Natural se constitui em pecado, pois toda a Lei Natural é divina. Esta assertiva corroborada pelo Apóstolo quando, ao distinguir a Lei Natural da Lei Mosaica, afirma: “Porque

todos os que sem Lei pecaram, sem Lei também perecerão; e todos os que sob a Lei pecaram, pela Lei serão julgados” (Romanos 2:12).

b)- Existe, outrossim, a LEI POSITIVA que rege ou norteia o Direito Positivo e é manifestada por uma declaração ou por um decreto explícito do legislador.

Para uma Lei Positiva ser justa, por conseguinte, ela deve visar o bem comum em consonância com o Direito Natural e estar concorde com a Lei Natural.

Por isso é que nem tudo o que tem o respaldo da Lei Positiva é moral.

A Lei Positiva, por seu turno, pode ser humana se o legislador for humano e Divina se o Legislador for Deus.

2)- O pecado existiu antes da Lei Positiva Divina por haver sido uma transgressão da Lei Natural, esculpida no coração do homem e inerente à sua natureza, sendo, por isso, invariável como a própria natureza humana.

Em consequência da Lei Natural, o homem é impelido a cultuar a Deus. Paulo Apóstolo sobre este assunto de fundamental importância declara: “Porque do céu se manifesta a ira de Deus sobre toda a impiedade e injustiça dos homens, que detêm a verdade em injustiça. Porquanto o que de Deus se pode conhecer neles se manifesta, porque Deus lho manifestou. Porque as Suas coisas invisíveis, desde a Criação do mundo, tanto o Seu eterno poder, como a Sua Divindade, se entendem e claramente se veem pelas coisas que estão criadas, para que eles fiquem inescusáveis; porquanto, tendo conhecido a Deus, não O glorificaram como Deus, nem Lhe deram graças, antes em seus discursos se desvaneceram e o seu coração insensato se obscureceu. Dizendo-se sábios, tornaram-se loucos. E mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança da imagem de homem corruptível, e de aves, e de quadrúpedes, e de répteis. Pelo que também Deus os entregou às concupiscências de seus corações, à imundícia, para desonrarem seus corpos entre si; pois mudaram a verdade de Deus em mentira, e honraram e serviram mais a criatura do que o Criador, que é bendito eternamente. Amém. Pelo que Deus os abandonou às paixões infames. Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário à natureza. E, semelhantemente, também os varões, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, varão com varão, cometendo torpezas e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro. E, como eles não se importaram de ter conhecimento de Deus, assim Deus os entregou a um sentimento perverso, para fazerem coisas que não convêm, estando cheios de toda a iniquidade, prostituição, malícia, avareza, maldade; cheios de inveja, homicídio, contenda, engano, malignidade; sendo

murmuradores, detratores, aborrecedores de Deus, injuriadores, soberbos, presunçosos, inventores de males, desobedientes aos pais e às mães; néscios, infieis nos contratos, sem afeição natural, irreconciliáveis, sem misericórdia; os quais conhecendo a justiça de Deus (que são dignos de morte os que tais coisas praticam), não somente as fazem, mas também consentem aos que as fazem” (Romanos 1:18-32).

E exatamente por haver transgredido esta Lei Natural do legítimo culto a Deus, Caim desrespeitou o Direito Natural à vida de Abel.

Caim cometeu três pecados seguidos, um decorrente do outro: culto falso a Deus, inveja e fratricídio.

Embora não houvesse ainda a Lei Positiva Divina, “viu o Senhor que a maldade do homem se multiplicara sobre a terra, e que toda a imaginação dos pensamentos de seu coração era só má continuamente” (Gênesis 6:5). E, por encontrar-se corrompida a terra e cheia de violência (Gênesis 6:11), Deus exterminou a humanidade com o dilúvio.

Também ainda antes da Lei Positiva Divina os habitantes de Sodoma e Gomorra desceram ao abismo da devassidão e perversão moral (Gênesis 18:20).

3- A Legislação Natural é imutável porque é íntima e essencialmente ligada ao Direito Natural fundado e enraizado na natureza das coisas que, de sua parte, é imutável.

É de Direito Natural o verdadeiro culto a Deus porque, na imutabilidade de Sua natureza, Ele exige que a criatura O adore.

É de Direito Natural a vida humana porque nisto a natureza não pode mudar.

É de Direito Natural a preservação da integridade física das pessoas e de sua saúde porque o requer a natureza.

É de Direito Natural o trabalho e, em decorrência, o do repouso para a restauração das energias físicas e mentais, direito esse concorde com a natureza humana.

4)- A Lei Positiva Humana é abrogável porque mutável por depender da vontade do legislador, cuja obrigação é a de interpretar as circunstâncias e aplicar a Lei de acordo com as exigências do bem comum.

Alguém, por isso, definiu, e com acerto, a Lei como “um ordenamento da razão para o bem comum, promulgado por quem preside a comunidade”.

Assim, por exemplo, se em estradas asfálticas de grande velocidade a lei permitia 120 km horários, o legislador, tendo em vista novas circunstâncias, tendentes ao bem comum pode legislar para 80 km.

5)- O Decálogo resume e sintetiza toda a Lei Positiva Divina no seu ASPECTO MORAL. O Decálogo, portanto, é um compêndio da Lei

Natural, Lei esta sempre vigente desde a Criação do homem, em cuja consciência ela sempre esteve.

O Decálogo explicita normas da Lei Natural.

E como explicitação direta do Direito Natural, das exigências da própria natureza humana, é imutável e inabrogável.

As prescrições do Decálogo sempre serão atuais por exigência das notas essenciais da natureza humana.

5)- Apesar de o homem prevaricar, ou melhor, por isso mesmo, Deus sempre se revelou infinitamente misericordioso para com ele. E uma de Suas manifestações de amor reside na promulgação do Decálogo, que se constitui na maior proclamação dos direitos humanos.

A natureza humana se desequilibrou com o pecado de Adão, inclinando-a ao vício incentivador das paixões e sufocador da consciência. Embrutecida esta, o homem tem dificuldade de, por si próprio, reconhecer e respeitar o Direito Natural do seu próximo, de Deus e de si mesmo.

Em socorro da criatura decaída e sujeita a tão grave perigo de embrutecimento, o Senhor Deus, o Legislador, prescreveu no Decálogo a súpula da Lei Positiva Divina de aspecto moral para avivar na consciência do homem a Lei Natural.

Esses preceitos do contexto do Direito Natural foram, de resto, confirmados por nosso Senhor Jesus, que, longe de abrogá-los, aprofundou o seu sentido e o seu valor. Em capítulo posterior iremos buscar ensinamentos nas Sagradas Escrituras sobre a posição e a missão de Jesus para com a Lei.

7)- O repouso consequente da cessação temporária do trabalho é de Direito Natural por ser exigência da natureza do homem. Por isso, todos os povos reconheceram e desde sempre o praticaram.

Vimos em páginas anteriores o comportamento dos povos indoeuropeus e, em particular, dos babilônicos com o seu SHAPPATTU.

Os egípcios primitivos, que dividiam o mês não em semanas de sete dias, mas em períodos de dez, em decanatos, de igual forma praticavam a Lei Natural do descanso periódico. Observe-se, então, daí a procedência da divisão em decanatos dos signos do zodíaco entre os atuais horoscopistas.

Todos os povos, de uma maneira ou de outra, legislaram em favor desse Direito Natural.

Em sendo, outrossim, o homem, por força de sua própria natureza, inclinado às coisas religiosas, a Lei Natural prescreve-lhe que, na condição de criatura, reserve para o Criador uma parte do seu tempo.

ÊXODO 20:8-11

O Decálogo (Êxodo 20:3-1; Deuteronômio 5:6-21) consubstancia a Lei Natural. É a Lei Positiva Divina de aspecto moral imutável e universal porque consentâneo com a natureza e exigências do homem e de Deus.

As suas três primeiras prescrições proclamam o Direito de Deus. Deus, em Sua Unicidade absoluta, a excluir quaisquer parceiros. Deus, em Sua Espiritualidade absoluta, a rejeitar quaisquer assemelhações materiais. Deus, em Sua Soberania absoluta, a exigir culto adequado. Deus, em Sua Espiritualidade e Verdade, a requerer culto em espírito e verdade. Deus, de Nome Santíssimo, proibindo que se O tome, em vão.

O quarto preceito se constitui em elo de ligação com a segunda parte do Decálogo, caracterizada com a defesa do Direito Natural do homem.

É o preceito-elo por defender um direito de Deus e dos direitos do homem. É o preceito-elo por ser de Direito Divino-Humano.

Em Êxodo 20:8-11 assim se expressa o quarto mandamento:

“Lembra-te do dia do sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás, e farás toda a tua obra; mas o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus; não farás nenhuma obra, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o teu estrangeiro, que está dentro de tuas portas. Porque em seis dias fez o Senhor os céus e a terra, o mar e tudo que neles há, e ao sétimo dia descansou; portanto abençoou o Senhor o dia do sábado, e o santificou”.

O preceito, em resumo, consubstancia os seguintes aspectos do Direito Natural do homem:

- 1º) - Do trabalho durante um espaço de tempo: seis dias;
- 2º) - O repouso físico com a interrupção do trabalho.

E inclui um aspecto do Direito Natural Divino: a santificação a Deus desse dia de repouso porque, como Criador, cabe-Lhe o Direito de receber parte do tempo de Sua criatura.

O TEXTO CAPITAL DA GUARDA DO SÁBADO

É a Escritura de Êxodo 20:8-11 transcrita ao final do capítulo anterior. Compreendê-la significa o fim de todas e quaisquer dúvidas acerca da guarda do sábado. E à luz dela que todos os textos afins ou sobre o assunto se esclarecem.

Este preceito da Lei Positiva Divina de cunho moral explicitativo do Direito Natural envolve três aspectos:

1º) - “SEIS DIAS TRABALHARÁS”.

Quem se omite no cumprimento da Lei Natural do trabalho perde o direito do repouso.

Este Direito Natural, aliás, sempre foi enaltecido pelos mais egrégios homens do pensamento, como Eurípedes que afirmava ser o trabalho o pai da honradez (Fragm. 477) e Hesíodo: “O trabalho não é vergonha; vergonha é a ociosidade” (Dias e Obras 311). E o poeta Virgílio em sua Geórgica (I, 145) tem este encanto de frase: “Labor omnia vincit improbus” (= o trabalho assíduo vence tudo).

Uma das tragédias do pecado é a do embrutecimento da consciência. Empedernida, anestesiada, a consciência vai perdendo inclusive a própria noção da Lei e do Direito Natural.

Quanto ao direito ao trabalho, o homem viciado na preguiça renuncia-o, detesta-o a ponto de dizer que “quer encontrar quem inventou o trabalho”.

Aliás, a própria origem etimológica da palavra “trabalho” provém dessa indisposição contra esse Direito Natural. Com efeito, ela procede do vocábulo latino “TRIPALIUM”.

Este “TRIPALIUM” era um instrumento feito de três paus usado para subjugar, dominar, os cavalos indóceis, ariscos e relutantes no ato de serem ferrados.

Associavam-se a esse instrumento as noções de dor e de sofrimento.

Ao homem decaído atribuiu-se como penalidade a estafa decorrente do trabalho (Gênesis 3:17-19) e, por isso, sua inclinação e a de considerá-lo penoso e a de furtar-se dele.

À visão bíblica do trabalho, contudo, consideramo-lo muito nobre.

Nobilíssimo porque, em primeiro lugar, o próprio Deus, como Arquiteto, trabalhou (Gênesis 2:2).

Em pinceladas de inexcelsa beleza poética, o salmista exalta o Divino Arquiteto: “Bendize, ó minha alma, ao Senhor. Senhor, Deus meu, Tu és magnificentíssimo, estás vestido de glória e de majestade. Ele cobre-se de luz como de um vestido, estende os céus como uma cortina; põe nas águas os vigamentos das Suas câmaras, faz das nuvens o Seu carro, anda sobre as asas do vento; faz dos ventos Seus mensageiros, dos Seus ministros um fogo abrasador; lançou os fundamentos da terra, para que não vacile em tempo algum” (Salmos 104:1-5).

Nobilíssimo por se constituir no direito de prosseguirmos a obra do Criador.

Concluída a Sua obra criadora, outorgou o Senhor ao homem a nobreza de continuar o Seu empreendimento: “E Deus os abençoou, e

Deus lhes disse: frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra” (Gênesis 1:28).

Criado à imagem e semelhança de Deus, o homem há de, em todos os seus afazeres, observar o Modelo Divino e seguir as leis da natureza incutidas em sua consciência pelo próprio Deus que o chamou a dominar a criação inteira. “E disse Deus: Façamos o homem à Nossa imagem, conforme Nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra” (Gênesis 1:26).

É por isso que “sai o homem para a sua lida e para o seu trabalho até à tarde” (Salmos 104:23).

A preguiça, por conseguinte, é recriminada com vigor e sarcasmo pelas Escrituras porque frustra o plano de Deus e porque priva o homem do seu direito de trabalhar. “Vai ter com a formiga, ó preguiçoso, olha para os seus caminhos, e sê sábio; a qual, não tendo superior, nem oficial, nem dominador, prepara no verão o seu pão, na sega ajunta o seu mantimento. Oh! preguiçoso, até quando ficarás deitado? quando te levantarás do teu sono? Um pouco de sono, um pouco tosquenejando, um pouco encruzando as mãos para estar deitado; assim te sobrevirá a tua pobreza como um ladrão, e a tua necessidade como um homem armado” (Provérbios 6:6-11; 24:30-34).

Com o intento de enaltecer o Direito Natural do trabalho que o homem deve usufruir, as Sagradas Escrituras não se fartam de exaltar o Senhor Deus como trabalhador. É o Alfaiate a prover de vestuário os primeiros pais após o pecado (Gênesis 3:21). É o Lavrador (Salmos 65:10-14; 104:13-14). É o Oleiro (Gênesis 2:7; Isaías 45:9-12; 54:8; Jeremias 18:6). É o Jardineiro (Gênesis 2:8). É o Cirurgião a extrair uma costela (Gênesis 2:21).

Este aspecto de Êxodo 20:8-11 do “SEIS DIAS TRABALHARÁS” é de fundamental importância a tal ponto que não tem direito de gozar do descanso quem se esquivar de atendê-lo.

O preceito positivo Divino inculca o postulado de SEIS dias consecutivos de trabalho por ser uma circunstância consentânea com a natureza humana. Suas energias e suas forças resistem ao máximo desse período de desgaste sem correr o risco do esgotamento.

Os homens da ciência moderna só agora descobriram este limite da resistência física do homem. Só agora descobriram a grande novidade que a Bíblia há milênios vem ensinando com o seu: “SEIS DIAS TRABALHARÁS”.

Atêm-se muitos à letra do sábado como o dia da semana que deve ser cronologicamente observado para se cumprir o mandamento. São os guardadores literais do sétimo dia cronológico da semana.

Evitam o trabalho nesse dia porque querem cumprir ao pé da letra o preceito. Permanecem, outrossim, inativos no domingo porque o repouso do domingo é imposto pela lei civil. Em consequência, deixam de cumprir o mandamento dos “SEIS DIAS TRABALHARÁS”.

Não trabalham no sábado por ser o sétimo dia da semana e não trabalham no domingo por ser dia feriado estabelecido por lei. Então, trabalham só cinco dias antes do repouso.

E o Preceito Divino?

Deus determina que se trabalhe durante SEIS dias.

Faltam, portanto, à observância de parte importantíssima do preceito. E desonram ao Senhor que, ao preceituar o repouso, tendo, outrossim, dado o exemplo, estabelece antes a necessidade dos “SEIS DIAS TRABALHARÁS”.

Repousar de quê se não trabalharam em todo o tempo prescrito pela Lei de Deus?

À vista do mandato Divino, por conseguinte, todas as pessoas, com exceção dos impossibilitados fisicamente pela enfermidade, devem trabalhar. Aliás, o descaso desta Lei Natural respaldada pela Lei Divina provoca sérias e desagradáveis consequências nos aposentados ainda capazes de exercer atividades porque passam a se sentir marginalizados, inúteis e como trastes velhos.

2º) - O REPOUSO

Já verificamos! A palavra sábado não é do nosso vocabulário. Ela foi transliterada e não traduzida.

Se traduzida, seria cessação, interrupção, pausa, descanso, repouso do trabalho habitual.

Lendo-se o texto capital com o termo sábado vertido para o nosso idioma, desvencilhar-nos-emos de um dia determinado, MARCADO, da semana e compreenderemos com toda a clareza a revelação Divina.

“Lembra-te do dia do DESCANSO, para o santificar. Seis dias trabalharás, e farás toda a tua obra; mas o sétimo dia é o DESCANSO do Senhor, teu Deus... Porque em seis dias fez o Senhor os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e ao sétimo dia descansou; portanto abençoou o Senhor o dia do DESCANSO, e o santificou”.

É relevante a lembrança de que o Decálogo é Lei Positiva Divina de aspecto moral isenta de quaisquer mesclas litúrgicas ou cerimoniais. Se houvesse nesse preceito a assinalação de um determinado dia da semana, isso implicaria em cerimonialismo, discorde ou desconforme com a Lei Natural. Deixaria, por conseguinte, de ser imutável e universal.

Deixaria de ser imutável e universal também à luz da mudança do fuso horário. Enquanto os brasileiros estão no sábado, os japoneses, seus antípodas, estão noutro dia.

Nesta era das viagens espaciais, depois que o homem foi à lua, ele quer ir a outros planetas. E como se sustentaria a imutabilidade e a universalidade do sábado se fosse “lei moral” lá em Vênus onde o dia tem 23 horas, lá em Saturno onde tem 12, lá em Júpiter onde tem apenas 10 horas? E nos planetas onde os dias são mais longos do que na terra?

O “não matar” é imutável e universal. Indo a outros planetas, por permanecer esse preceito, ao homem estará proibido matar o seu semelhante da mesma forma que aqui na terra.

Um dia determinado na semana não implica em disposição moral da Lei Positiva Divina em vista da sua impossível imutabilidade e universalidade.

Já anotamos o fato decorrente do Direito Natural quanto à observância do repouso periódico por parte de todos os povos. Decerto, as primitivas gerações o praticavam.

Na verdade, a observância de um dia de repouso em sete fora sugerida aos homens antes mesmo da revelação bíblica por efeito do próprio curso da natureza como influência do apreço que os primitivos consagravam à lua, o nosso satélite, cujas fases são mais patentes aos homens.

Conquanto as Sagradas Escrituras silenciem este fato e Gênesis 2:3 apenas declare um pormenor sem estabelecer um preceito, infere-se do relato sobre o dilúvio ocorrido por ocasião da décima geração de descendentes do primeiro casal, a prática da divisão septenária das semanas no ano calendar.

Edificada a arca consoante as minúcias estabelecidas por Deus, disse o Senhor a Noé: “Entra tu e toda a tua casa na arca porque te hei visto justo diante de Mim nesta geração... Porque, passados ainda SETE dias, farei chover sobre a terra” (Gênesis 7:1-4).

E quando se aproximava o fim do pavoroso juízo, e as águas diminuían e os cumes dos montes apareciam, o patriarca soltou um corvo e depois “uma pomba” a ver se as águas tinham minguado de sobre a face da terra. A pomba, porém, não achou repouso para a planta do seu pé e voltou a ele para a arca. “E esperou ainda outros SETE dias, e tornou a enviar a pomba fora da arca. E a pomba voltou a ele sobre a tarde; e eis, arrancada, uma folha de oliveira no seu bico; e conheceu Noé que as águas tinham minguado sobre a terra. Então esperou ainda outros SETE dias, e enviou fora a pomba; mas não tornou mais a ele” (Gênesis 8:8-12).

Após o dilúvio, a humanidade se propagou novamente e, com Abraão, da décima geração descendente de Noé, Deus começou a preparar a vinda do Seu Filho ao mundo. Sua primeira iniciativa foi a de separar Abraão, mandando-o retirar-se de Ur dos Caldeus (Mesopotâmia), sua terra natal, onde, como já vimos, se praticava o repouso septenário em decorrência do Direito Natural. Por certo, Abraão transmitiu aos seus descendentes esse costume. Em sendo homem de fé no único Deus, deve ter depurado semelhante prática dos vestígios do politeísmo.

O flagelo da fome tangeu os primeiros descendentes do Patriarca para o Egito, onde supunham encontrar segurança econômica. Se no início o acolhimento egípcio lhes favorecia bem estar, posteriormente, contudo, foram reduzidos à mais degradante escravidão (Êxodo 1:13-14).

Como escravos, faltava-lhes a satisfação do repouso, apesar de sentirem a sua necessidade.

Quando Moisés e Arão solicitaram a Faraó permissão para levar o povo israelita ao deserto a fim de cultuar ao Senhor, o rei egípcio protestou diante da interrupção do trabalho de que, como escravos, os israelitas não tinham direito: “Por que fazeis cessar o povo das suas obras? Ide a vossas cargas... Eis que o povo da terra já é muito, e vós os fazeis abandonar as suas cargas” (Êxodo 5:4-5).

Irritado, o Faraó determinou se agravasse a dureza da escravidão e aos gemidos dos hebreus clamava: “Vós sois ociosos; vós sois ociosos, por isso dizeis: Vamos, sacrifiquemos ao Senhor” (Êxodo 5:17).

Libertos entre tantos prodígios, os israelitas se acamparam no deserto de Sim e puderam usufruir do repouso que a brutal escravidão por tanto tempo lhes havia impedido.

Cada manhã colhiam o maná, o pão dos céus, na porção suficiente para cada dia. Se colhessem quantidade maior como provisão para o dia seguinte, deteriorava-se. Ao sexto dia, porém, colhiam em dobro e se preservava miraculosamente a quantidade reservada para o dia do descanso e também neste dia o maná não era encontrado no campo. “Seis dias o colhereis”, dissera Moisés, “mas o sétimo dia é o sábado [= repouso]; nele não haverá” (Êxodo 16:26). E Deus confirmou a palavra de Moisés: “Vede, visto que o Senhor vos deu o sábado [= repouso], por isso Ele no sexto dia vos dá pão para dois dias; cada um fique no seu lugar, que ninguém saia do seu lugar no sétimo dia” (Êxodo 16:29).

“Assim repousou o povo no sétimo dia” (Êxodo 16:30).

Sétimo dia após seis dias de trabalho. Este sétimo dia, já se vê, tratava-se apenas de um dia de repouso. Um dia estranho a todo e qualquer rito e a qualquer obrigação cerimonial.

Além de ocorrer às necessidades para a preservação da vida dos israelitas, o Senhor Deus provisionou-lhes a bênção de desfrutarem do Direito Natural do descanso com a interrupção de todo e qualquer trabalho, inclusive de prosseguimento da viagem, após seis dias consecutivos de labutas.

A consciência bloqueada daquele povo subjugado sob os ergástulos de Faraó durante tanto tempo dever-se-ia impressionar com tão espetacular prodígio. Dia de bênçãos e não um dia nefasto no conceito dos povos idólatras.

Poucas semanas após o início da prodigiosa oportunidade de descanso, no Monte Sinai, o Senhor Deus entrega a Moisés o seu Decálogo, com uma das prescrições sobre o repouso semanal.

“Lembra-te do dia do sábado [= descanso]” são as palavras iniciais deste preceito por supô-lo conhecido, dada a necessidade biológica do organismo humano.

O REPOUSO, outrossim, DEVE SER TOTAL, ou seja, a interrupção de todo o trabalho deve ser completa: “NÃO FARÁS NENHUMA OBRA”.

Atingir indistintamente a todos os indivíduos: os servos, as servas e os estrangeiros (= “ger” é o que vive em terra estranha à sua sem abdicar de sua própria nacionalidade). E também os animais.

3º) - O ASPECTO SAGRADO DO DESCANSO

“Lembra-te do dia do sábado [= descanso], para o SANTIFICAR... O sétimo dia é o sábado [= descanso] do Senhor teu Deus” (Êxodo 20:8-9).

Etimologicamente, SANTIFICAR significa cortar, segregar, separar dos outros com a destinação de se reservar para Deus.

Além de sua necessidade biológica, este aspecto sagrado do repouso semanal decorre também do Direito Natural do homem, que, por índole íntima, se curva perante a Divindade.

Por outro lado, ainda é de Direito Divino que Deus, como Senhor do Universo, requeira de Sua criatura a dedicação de um espaço de tempo para o Seu serviço e Seu culto.

Em consonância com os reclamos da natureza humana, os homens, desde as tribos primitivas, reservavam dias especiais para o descanso e práticas religiosas.

É oportuna a lembrança dos SHAPPATTU dos povos da Mesopotâmia, o sétimo dia dedicado ao repouso e às celebrações religiosas como os ritos de purificação e de expiação. No vocabulário assírio-babilônico o SHAPPATTU se constituía em UM NUB LIBBI, isto é, em dia da tranquilidade do coração porque nesse dia os deuses restabeleciam a paz com os homens por se aplacarem com os sacrifícios expiatórios e as ofertas a eles dedicados.

As analogias entre o SHAPPATTU mesopotâmico e o sábado hebreu decorrem do fator Direito Natural já com insistência lembrado nestas páginas.

A Legislação Positiva Divina, com a intenção religiosocúltica, contudo, aperfeiçoou também o aspecto sagrado desse Direito e o expungiu do politeísmo e das práticas idólatras, levando-se em conta os três primeiros mandamentos. O dia TABU das outras religiões transformara-se entre o povo eleito em dia CONSAGRADO ao Senhor.

EM RESUMO: O texto capital do nosso assunto a sintetizar a Legislação Positiva Divina, em consonância com a Lei Natural, determina:

1º) - Seis dias consecutivos de trabalho.

2º) - Após esses dias de trabalho um dia de repouso.

3º) - Este dia de descanso (o sétimo após seis de trabalho) não se vincula a um dia determinado da semana, pois, se se determinasse um dia da semana, incorrer-se-ia em ritualismo.

4º) - O descanso deve, por motivos humanitários, ser completo e para todos.

5º) - Este dia de repouso deve ser santificado ao Senhor.

O SÁBADO CERIMONIAL

A Lei Natural é inerente à natureza humana porque esta tem direitos vinculados à sua própria essência. Se a pessoa tem o direito natural à vida, há uma lei na consciência dos outros que os move a respeitar aquele direito. É a lei moral ditada pela razão natural ou consciência que se funda na própria natureza humana.

Como já vimos, a Lei Natural pode se tornar explícita ou manifestada por um decreto do Legislador. E esta explicitação ou declaração se chama Lei Positiva.

Esta Lei Positiva pode ser Humana ou Divina.

Humana, se o legislador for humano. E Divina, se Deus for o Legislador. Então, teremos a Lei Positiva Divina.

Também já verificamos que, conturbada a consciência pelo pecado e bloqueada pelas paixões, teria dificuldades de, em muitas circunstâncias, atender às exigências da Lei Natural, tanto mais que o orgulho impulsiona o indivíduo a se sobrepor aos demais.

Em Sua misericórdia, Deus resolveu amparar a Sua criatura, orientando-a, iluminando-lhe a consciência, ao promulgar a Lei Positiva Divina.

a) - Ele, como Criador, é o Legislador Supremo da Lei Natural e da Lei Positiva. Esta, por conseguinte, em sendo a explicitação daquela, é coerente com a primeira.

A Bíblia é o Livro completo por ser a Revelação de Deus.

Completo em todos os sentidos.

Impressionamo-nos com a leitura de Gênesis ao notarmos a extrema decadência moral da humanidade. Nem bem se completara a sua décima geração e a “maldade se multiplicara sobre a terra” (Gênesis 6:5) a tal extremo de haver pesado ao coração do Senhor o haver feito o homem.

Nem a tragédia do dilúvio restaurou a consciência do homem e os crimes se sucederam.

Ao decidir iniciar os preparativos para cumprir Sua promessa de redenção, desde Abraão, Deus separou um povo e lhe deu a Sua Lei Positiva.

b) - Se a Lei Natural é universal, a sua explicitação (a Lei Positiva) também o é. Por isso, aquele povo peculiar de Deus estava incumbido de uma missão universal.

Da missão universal de levar a revelação Divina a todos os povos, consoante a informação do próprio Jesus: “A salvação vem dos judeus” (João 4:22).

Constituíram-se estes em simples depositários da revelação Divina, inclusive da Lei (Deuteronômio 4:6-8), tanto assim que, ao aceitarem os gentios a religião de Israel, sujeitavam-se à Lei de Deus (Números 15:15-16).

Depositários da Lei, competia aos judeus a instrumentalidade da comunicação da revelação Divina aos outros povos porque Deus é Deus também dos gentios (Romanos 3:29) e os cristãos se tornaram descendentes de Abraão e herdeiros conforme a promessa (Gálatas 3:29).

Separado dos outros povos para se preservar de suas contaminações, contudo, jamais Deus o quis trancado no isolacionismo hermético. Deus elegeu o povo israelita exatamente para ser testemunha Sua em todo o mundo (Isaías 42:10-12; 55:4-5), para anunciar a salvação a todas as gentes até aos últimos confins da Terra (Isaías 52:10).

Jonas, enviado a pregar o arrependimento aos ninivitas, demonstra essa missão do povo israelita e o fato de ser universal a Lei Positiva Divina, tanto mais serem idênticas a natureza humana do hebreu e a do gentio.

A Lei Positiva Divina é a expressão da misericórdia do Senhor e a promulgação dela foi a Sua primeira providência para a organização de

Israel como povo, como nacionalidade, logo após o livramento da escravidão egípcia.

Dentro do Seu plano, pois, Moisés é o grande profeta, o grande veículo do Senhor para a transmissão ao Seu povo de Sua Legislação Positiva.

O Pentateuco, portanto, é o grande compêndio dessa Lei cujos postulados morais se cercam de normas acessórias em elementos cerimoniais, civis, higiênicos etc.

c) - A Lei Positiva Divina se constitui numa unidade indivisível e a consciência judaica assim a aceitou.

Em Neemias 8, a mesma Lei é chamada ora Lei (vv. 2, 3, 7, 9 e 13), ora Lei de Moisés (v. 1), ora Lei de Deus (vv. 8 e 18) e ora Lei do Senhor (v.14). Em Lucas 2, a circuncisão e os sacrifícios são, indistintamente, chamados Lei (v. 27), Lei de Moisés (v. 22) e Lei do Senhor (vv. 23 e 24).

O próprio Jesus considerou-a una. “Qualquer, pois, que violar um destes mais pequeninos mandamentos, e assim ensinar aos homens, será chamado o menor no Reino dos Céus; aquele, porém, que os cumprir e ensinar será chamado grande no Reino dos Céus” (Mateus 5:19). Aliás, a prescrição moral da obediência aos pais é por Jesus, em Marcos 7:10, considerada como Lei de Moisés.

Paulo Apóstolo de igual forma aceita a unidade essencial da Lei (a Torah) quando assegura: “E de novo protesto a todo o homem que se deixa circuncidar, que está obrigado a guardar toda a Lei” (Gálatas 5:3).

Os vários elementos nela contidos (moral, ritual ou cerimonial, civil, penal, familiar, econômico, social, higiênico) não afetam, em absoluto, a sua unidade. Ao contrário, confirmam-na.

Vem a calhar, como ilustração, o corpo humano. É uma unidade, embora se notem nele três partes principais: cabeça, tronco e membros, além de tantos órgãos.

1) - O Decálogo (Êxodo 20:3-17) é a síntese de parte da Lei. O seu resumo.

A sua primeira parte compreendia o amparo do Direito Natural (próprio da Natureza) de Deus e, em defluência, do Direito Natural do homem enquanto criatura de Deus para com o seu Criador.

“Não terás outros deuses diante de Mim” (v. 3). É o primeiro preceito decorrente do Direito Natural de Deus por ser Ele único, E, em sendo Ele único, a criatura, de sua parte, tem o Direito também Natural de aceitá-IO como único, rejeitando, pois, a sugestão de outros deuses.

Essa prescrição, contudo, é repetida ao longo das Sagradas Escrituras, e de modo particular, do Pentateuco sob outras maneiras. Assim, em Deuteronômio 6:4-5, lemos: “Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor. Amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração e de toda a tua alma e de todo o teu poder”.

E Jesus, por Seu turno, ao ser interrogado pelo escriba: “Qual é o primeiro de todos os mandamentos?”, respondeu-lhe: “O primeiro de todos os mandamentos é: Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor. Amarás, pois, ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento, e de todas as tuas forças: este é o primeiro mandamento” (Marcos 12:28-30).

De todos os três primeiros preceitos, os quais se referem diretamente a Deus, à extensão das Escrituras, encontram-se repetições em fórmulas ampliadas ou com terminologia diversa, como em Isaías 42:8: “Eu sou o Senhor: este é o Meu Nome; a Minha Glória, pois, a outrem não darei, nem o Meu louvor às imagens de escultura”.

O sacrifício oferecido a Deus constitui-se em direito Seu por ser expressão de culto, aliás, a mais perfeita. Entende-se por sacrifício toda a oferenda, animal ou vegetal, que é destruída total ou parcialmente em honra à Divindade.

Quanto aos preceitos da segunda parte do Decálogo referidos diretamente ao homem, ocorre circunstância idêntica.

Um deles é o da obediência dos filhos aos seus pais. Êxodo 20:12 apresenta-o: “Honra a teu pai e a tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor teu Deus te dá”. Levítico 19:3 expressa-o: “Cada um temerá a sua mãe e a seu pai”.

Paulo, em Efésios 6:1-2, repete-o de forma mais explícita: “Vós, filhos, sede obedientes a vossos pais no Senhor, porque isto é justo. Honra a teu pai e a tua mãe, que é o primeiro mandamento com promessa”.

Àquele escriba Jesus apresenta o resumo da segunda parte do Decálogo: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Não há outro mandamento maior que este” (Marcos 12:31).

Com efeito, os dois mandamentos: o do amor a Deus e o do amor ao próximo sintetizam todo o Decálogo e a Lei.

2) - A disposição moral da Lei cercada de outros aspectos.

O Culto ao Deus único consubstanciado na primeira parte do Decálogo é regimentado por uma série de elementos rituais ou litúrgicos.

O sacrifício, por ser a forma mais perfeita e principal de culto é, por isso, da própria exigência da Lei Natural e, em consequência, o mais cercado de normas cerimoniais celebradas por um sacerdócio legítimo num templo legítimo. Sacerdócio e templo de cunho litúrgico.

No Pentateuco há um livro eminentemente litúrgico ou cerimonial. É o de Levítico.

Estudá-lo à luz da Epístola aos Hebreus redundará em alto apreço aos elementos rituais dos sacrifícios do Velho Testamento.

Além de outras formas cúllicas, como os ritos de purificação, os de consagração e o da oração praticados na vigência do Antigo Concerto, a dos sacrifícios centraliza em Levítico toda a ritualística da Lei.

Eles, dada a sua importância, se distinguem em três espécies:

1ª) - *O holocausto*, porque implicava na consumação completa da vítima em estado de pureza ritual e era seguido da oferenda de flor de farinha com azeite e de uma libação de vinho.

2ª) - *O sacrifício pacífico* quando a vítima era dividida entre Deus, o sacerdote e o ofertante. Podia ser de louvor, de gratidão, de impetração, por voto ou por simples devoção.

3ª) - *Os sacrifícios expiatórios* pelo pecado e de reparação. A vítima, neste caso, variava segundo a importância do transgressor.

Todas as formas cúllicas do Antigo Testamento instituídas por Deus como elementos cerimoniais da Lei indivisível objetivavam o perfeito atendimento das prescrições estabelecidas na primeira parte do Decálogo. Por isso que desrespeitar qualquer pormenor de qualquer uma delas se constituía em ofensa a Deus.

3) - Quanto à Legislação Divina relativa diretamente ao homem, no Pentateuco há imensa cópia de elementos civis, familiares, higiênicos.

Nas atuais faculdades de Direito estuda-se o pagão Direito Romano porque os códigos dos povos atuais estão amuleados nele. Com melhores resultados se beneficiariam as nações se naquelas escolas de Ciências Jurídicas se estudasse a jurisprudência pentatêuca.

A defesa do direito à vida, à integridade física, à propriedade particular, ao trabalho, à honra dos pais por parte dos filhos, à verdade, à família é cercada de meticulosa e ampla série de elementos civis e penais.

Elementos penais que cercam inclusive os impostergáveis direitos de Deus como quando em Êxodo 22:18 e 20 a feiticeira e o sacrificante aos deuses devem morrer.

4) - O quarto preceito é o elo entre as duas partes do Decálogo.

Elo por atender direitos de Deus e, simultaneamente, direitos do homem.

Na qualidade de Lei Positiva Divina ele explicita o Direito Natural do descanso precedido de um período de seis dias de trabalho.

Como outros preceitos, ele também está cercado ao longo do Pentateuco de elementos cerimoniais e civis, não lhe faltando, outrossim, o infligir de penas aos seus infratores.

O princípio moral estabelecido pelo mandamento é o de um dia de repouso de sete em sete dias com a oportunidade de mais intensa dedicação a Deus, o Criador.

Ao descanso de um dia em sete junta-se a necessidade do culto a Deus, pois, em sendo o sentimento religioso um instinto humano é inseparável da nossa natureza humana.

Agora, seria um problema muito sério a barafunda provocada se cada um guardasse o dia do repouso quando bem entendesse durante a semana. Suponhamos que um começasse a contar os seis dias de trabalho numa quarta-feira, então repousaria na terça da semana seguinte. Outro repousaria na sexta. Outro na segunda.

A sociedade se desorganizaria.

A designação de um dia determinado da semana não se baseia, é evidente, no Direito Natural e nem, portanto, no aspecto moral da Lei Positiva Divina expresso no Decálogo.

Os próprios movimentos da Terra que redundam em diferença de horários e a duração do dia nos planetas, maior nuns e menor noutros, impediriam a sua observância universal, ferindo, portanto, a sua imutabilidade.

Durante a escravidão do Egito, o povo de Israel via os nativos repousando cada dez dias, não obstante a situação de escravos lhe impedisse semelhante regalia.

Nenhum hebreu lá no Egito, decerto, conhecia um dia com o nome de sábado.

Logo no princípio de sua peregrinação pelos desertos, ao lhes providenciar alimento com o miraculoso maná, Deus, que sempre Se revela organizadíssimo em tudo, determinou o recolhimento dele durante seis dias e a interrupção dessa colheita no sétimo. “Isto é o que o Senhor tem dito: amanhã é repouso. o santo repouso [= sábado] do Senhor. Seis dias o colhereis, mas o sétimo dia é o repouso [= sábado]. Vede, visto que o Senhor vos deu o repouso [= sábado], por isso Ele, no sexto dia, vos dá pão para dois dias; cada um fique no seu lugar, que ninguém saia do seu lugar no sétimo dia. Assim repousou [= sabadeou] o povo no sétimo dia” (Êxodo 16:23, 26, 29, 30).

E isso para todas as pessoas da multidão israelita. É evidente que Deus atendeu a necessidade da organização para a boa ordem proveniente do repouso de todos num dia só.

E nem teria sentido uma situação diversa com sete grupos de pessoas, cada um repousando num dia diferente dos demais. Ficariam todos estacionados num só lugar do deserto e jamais chegariam a Canaã.

Durante os quarenta anos, ininterruptamente, o maná sustentou Israel e durante os quarenta anos esse sétimo dia foi de repouso [= de sábado].

Criou-se, é evidente, o costume de se guardar esse dia de repouso entre os judeus e se lhe deu o nome de descanso [= sábado].

Não se fundamenta na natureza humana a fixação de um dia na semana para o repouso, a cessação das atividades normais. Esta fixação de um dia da semana é o primeiro elemento cerimonial da prática do Quarto Preceito da Lei.

5) - O segundo elemento cerimonial de sua observância é o de haver sido constituído em SINAL.

Sinal entre Deus e um determinado povo, o israelita. “Certamente guardareis Meus sábados porquanto isso é um SINAL entre Mim e os FILHOS DE ISRAEL, será um SINAL para sempre” (Êxodo 31:13, 17).

Até então, o único sinal de aliança entre Deus e o povo era a circuncisão. Agora acrescentou-se o sábado.

Em sendo o sábado sinal de aliança entre Deus e Israel, quem o profanasse se tornava réu do rompimento dessa aliança e cometia, em defluência, grave delito contra Deus e contra Israel, um sacrilégio e um crime de lesa-majestade Divina e pátria, incorrendo, por isso, em graves sanções.

Ao tratar do sábado como SINAL de aliança com Israel, Deus, por intermédio do profeta Ezequiel, inculca o seu aspecto cerimonial ao distingui-lo de “estatutos” e “juízos” quando lamenta a rebeldia do Seu povo: “E dei-lhes os Meus estatutos, e lhes mostrei os Meus juízos, os quais, cumprindo-os o homem viverá por eles. E também lhes dei os Meus sábados, para que servissem de SINAL entre Mim e eles; para que soubessem que Eu sou o Senhor que os santifica. Mas a CASA DE ISRAEL se rebelou contra Mim no deserto, não andando nos Meus estatutos, e rejeitando os Meus juízos, os quais, cumprindo-os o homem, viverá por eles; e profanaram grandemente os Meus sábados; e Eu disse que derramaria sobre eles o Meu furor no deserto, para os consumir” (Ezequiel 20:11-13).

Os “estatutos” e “juízos” aludidos são os preceitos morais, porquanto cumprindo os elementos cerimoniais da Lei o homem por eles não viverá.

Aliás, o próprio Jesus assim entendeu em seu diálogo com o “moço de qualidade” (Mateus 19:16-17) e em Sua parábola do “bom samaritano” (Lucas 10:25-28).

No texto de Ezequiel, o Senhor caracteriza o elemento cerimonial do sábado como sinal, distinguindo-o por isso do aspecto moral da Lei.

Deuteronômio 5:15 chama a atenção do povo israelita quanto ao pormenor do sábado ser o sinal da lembrança de sua libertação. “Porque te lembrarás que foste servo na terra do Egito, que o Senhor teu Deus te tirou dali com mão forte e braço estendido; pelo que o Senhor teu Deus te ordenou que guardasses o dia de sábado”

Durante o exílio na Babilônia (587-538 a.C.), quando os judeus foram privados do Templo e do culto ritual, o cumprimento do sábado,

junto com a circuncisão, ficou sendo o sinal a distinguir Israel dos outros povos (Ezequiel 20:12, 20).

Sinal ou selo de um pacto, o sábado forçosamente é cerimonial. A nenhum dos aspectos morais da Lei Deus classifica como sinal. A razão é óbvia.

6) - Aos elementos cerimoniais do sábado ligaram-se atos litúrgicos. E esta vinculação sublinha mais ainda o aspecto cerimonial do dia sabático dos judeus. Os fieis iam ao santuário (Isaías 1:12-13) ou esperavam a visita do “homem de Deus”, ou seja, do profeta (I Reis 4:23). Reunia-se o povo em santa assembleia. “Seis dias obra se fará, mas ao sétimo dia será o sábado do descanso, santa convocação” (Levítico 23:3).

O ponto alto da liturgia sabática, contudo, consistia nos sacrifícios. “Porém no dia de sábado dois cordeiros de um ano, sem mancha, e duas décimas de flor de farinha, misturada com azeite, em oferta de manjares, com a sua libação; holocausto é do sábado em cada sábado, além do holocausto contínuo, e a sua libação” (Números 28:9-10).

Renovavam-se também os pães da proposição (Levítico 24:8; I Crônicas 9:32).

O rei Salomão, tendo edificado o Templo, providenciou o cumprimento dessas cerimônias (II Crônicas 8:11-13) e de modo semelhante se houve Ezequias ao restaurar as normas do culto (II Crônicas 31:2-4).

Em tempos posteriores, solenizou-se mais ainda a liturgia sabatina. “A porta do átrio interior, que olha para o oriente, estará fechada durante os seis dias que são de trabalho; mas no dia de sábado ela se abrirá; também no dia da lua nova se abrirá. E o príncipe entrará pelo caminho do vestíbulo da porta, por fora, e permanecerá junto da ombreira da porta; e os sacerdotes prepararão o seu holocausto, e os seus sacrifícios pacíficos, e ele se prostrará no umbral da porta, e sairá; mas a porta não se fechará até à tarde. E o povo da terra se prostrará à entrada da mesma porta, nos sábados e nas luas novas, diante do Senhor. E o holocausto que o príncipe oferecer ao Senhor será, no dia de sábado, seis cordeiros sem mancha e um carneiro sem mancha. E a oferta de manjares será uma efa pelo carneiro; e pelo cordeiro a oferta de manjares será o que puder dar; e de azeite um him para cada efa” (Ezequiel 46:1-5)

7) - Até 1.491 anos, mais ou menos, depois de haver Deus completado a obra da Criação, nunca aparece a palavra sábado (Êxodo 16:23-26). Nesse longo período, o Senhor cominou duros castigos por causa de vários pecados. Contudo, nem é mencionado durante todo esse longo tempo qualquer pena por desrespeito ao sétimo dia. É outro pormenor a revelar o aspecto cerimonial do sábado.

O próprio Adão, aliás, não o praticou. Com efeito, criado no sexto dia à tarde (Gênesis 1:31), guardou o dia seguinte: o do descanso de Deus. Portanto, observou o PRIMEIRO DIA de sua vida e não o sétimo. O sábado (= repouso) de Deus foi o PRIMEIRO DIA DO HOMEM.

Se o dia de descanso do homem devesse coincidir exata e cronologicamente com o dia do repouso de Deus, o homem teria deixado de cumprir a primeira parte do Quarto Preceito: “SEIS DIAS TRABALHARÁS”.

Deus estaria se contradizendo se a disciplina do sábado fosse elemento moral da lei. Por ser impossível qualquer incoerência em Deus, segue-se que a observância do sábado é apenas cerimonial.

8) - Os próprios judeus tinham trabalho obrigatório na preparação da Páscoa que ocorria no dia 14 de Abib ou Nizan, o primeiro mês do ano.

A véspera da Páscoa, a grande solenidade comemorativa da libertação do jugo egípcio, implicava em imprescindíveis tarefas em torno dos preparativos do cordeiro, que deveria ser morto aí por 2 horas da tarde e assado inteiro.

O sacrifício do animal exigia obra servil vetada pela Lei com a ameaça de pena de morte (Êxodo 31:14-15). E o assá-lo obrigava o acender fogo, operação também proibida pela Lei (Êxodo 35:3; 16:23).

Ora, quando o dia 14 de Nizan, o da preparação da Páscoa, caía num sábado, os judeus não a adiavam. Cumpriam-na à risca a fim de, no dia seguinte, segundo prescrições rituais, celebrarem o magno evento,

Portanto, se o sábado fosse ditame moral da Lei, o povo escolhido, nessa conjuntura, transferiria os preparativos para outro dia. Isto, contudo, jamais se fez, provando, em consequência, constituir-se a Páscoa, festa sempre reconhecida como cerimonial, superior ao sábado hebdomadário.

Numa evidência de axioma, conclui-se ser a observância do sábado semanal também para os judeus do Velho Testamento uma simples norma ritual.

A OBSERVÂNCIA RIGOROSA DO SÁBADO

À infração do preceito impunha-se a pena capital. “Aquele que o profanar certamente morrerá; porque qualquer que nele fizer alguma obra, aquela alma será extirpada do meio do seu povo” (Êxodo 31:14). “Todo aquele que fizer obra nele morrerá” (Êxodo 35:2).

E nas Escrituras encontramos a execução do castigo extremo a um transgressor.

De certa feita, “estando, pois, os filhos de Israel no deserto, acharam um homem apanhando lenha num dia de sábado. E os que o acharam apanhando lenha o trouxeram a Moisés e a Araão, e a toda a congregação. E o puseram em guarda porquanto ainda não estava declarado o que se lhe devia fazer. Disse, pois, o Senhor a Moisés: Certamente morrerá o tal homem; toda a congregação com pedras o apedrejará para fora do arraial. Então toda a congregação o tirou para fora do arraial, e com pedras o apedrejaram, e morreu, como o Senhor ordenara a Moisés” (Números 15:32-36).

1) - Os israelitas, com a máxima rigidez, observavam, sob a ordem divina, a interrupção de todas as atividades (Êxodo 35:2; Levítico 23:3) incluindo-se de modo destacado:

- * as transações comerciais (Amós 8:5);

- * as viagens e o trato de negócios (Neemias 10: 31; 13:15-16);

- * o carregar peso (Jeremias 17:21);

- * o transporte de qualquer objeto de casa, ou introduzi-los em Jerusalém (Jeremias 17:21-22), a tal ponto que Neemias determinou o fechamento das portas da Capital de Judá para impedir a entrada de mercadores aos sábados (Neemias 3:19-22);

- * o aparato do palácio real cuja guarda era reduzida pela metade (II Reis 11:5-9);

- * a aradura da terra e a colheita dos seus frutos e cereais (Êxodo 34:21);

- * o recolher lenha (Números 15:32-36);

- * o acender fogo (Êxodo 35:3);

- * o cozer alimentos (Êxodo 16:23).

As Escrituras Veterotestamentárias especificamente vetavam esses trabalhos considerados incompatíveis com o caráter sagrado do sábado.

Note-se que a proibição de acender fogo aos sábados se devia ao fato da tribo dos quenitas, os forjadores de ferro (Gênesis 4:22), deixar de acender as suas forjas em cada sete dias em honra do deus Saturno, patronímico do sábado.

2) - Com o decorrer do tempo, a tradição se mesclou às orientações divinas e as prescrições sabáticas se envolveram numa casuística crescente.

Ao tempo dos macabeus, no cognominado período interbíblico, um grupo de israelitas preferiu deixar-se matar por soldados sírios a violar, defendendo-se, o sábado. E tropas judias vitoriosas contra Nicanor interromperam a batalha ao início do sábado.

O apócrifo livro dos Jubileus vedava o uso do matrimônio. O Documento de Damasco relaciona 12 proibições em dia de sábado. Os

essênios eram ainda mais rigorosos do que os outros judeus, pois não só preparavam de véspera os alimentos para não se acender o fogo como nem removiam um utensílio e vetavam a defecação (cf. Elávio José, De Bello Iud. 2, 8, 9).

A casuística da legislação rabínica levou o Talmud a dedicar dois tratados inteiros: o SHABBAOTH e o ERUBIM para as suas minudíssimas e ridículas prescrições concernentes ao sábado.

Codificaram-se 39 tarefas vetadas nesse dia como acender e apagar uma lâmpada, cozer um ovo, atar ou desatar um nó numa corda, dar dois pontos com uma agulha, escrever duas letras, esfregar as mãos, saltar, remover um objeto de um lugar para outro; limitava-se o número de passos (“caminho de um sábado”), dever-se-ia levar em conta a urgência da visita a um enfermo, proibía-se a cura que requeria o movimento de membros, como no caso da luxação de um pé.

Ao tempo de Jesus Cristo, os judeus se mantinham rígidos na execução do preceito sabático, como se depreende de algumas passagens das Escrituras do Novo Testamento. Proíbiam, por exemplo, andar pouco além de um quilômetro (Atos 1:12), colher espigas (Mateus 12:2), transportar uma cama (João 5:10), curar doentes (Marcos 3:2; Lucas 13:14).

Todo esse rigorismo acerca do sábado visava a preservar o elemento cerimonial, cúllico, desse preceito.

A EXTINÇÃO DO SÁBADO

Parte integrante do regime das sombras e das figuras do Velho Testamento, o sábado estava fadado a ser abolido com o aparecimento da realidade em Jesus Cristo, porquanto a Nova Aliança em Jesus Cristo ultrapassa a antiga Lei.

No contexto da vigência da Lei, os judeus viviam debaixo da sombra dos bens futuros (Hebreus 10:1). Ao consumir no Calvário a obra objetiva da Redenção, Jesus Cristo, Luz do mundo, extinguiu todas as sombras e nEle se consumaram todas as figuras.

Extintas as sombras e consumadas as figuras, o sábado também caducou porque das sombras e figuras fazia parte.

Com efeito, dentre as figuras e sombras se destacavam no Antigo Testamento os dias das solenidades judaicas.

Essas solenidades se encontram discriminadas em Levítico 23: “As solenidades do Senhor, que convocareis, serão santas convocações; estas são as Minhas solenidades” (v. 2):

O SÁBADO (v.3),

A Páscoa (vv. 4-8),

As primícias (vv. 9-22),

A dos tabernáculos (vv. 24, 34-36, 39-43),

O dia da expiação (vv. 27-32).

“ESTAS SÃO AS SOLENIDADES DO SENHOR” (vv. 4 e 37).

É notável a inclusão do sábado semanal (v. 3) entre as solenidades cerimoniais. Solenidades, sombras e figuras da verdadeira realidade. E entre as sombras e figuras, já na instituição das solenidades, o sábado é incluído como pré-figurativo.

Posteriormente, Oseias (2:11) prediz a abolição de todas as solenidades, incluindo, é evidente o sábado hebdomadário, por ser também cerimonial como as demais festas: “E FAREI CESSAR TODO O SEU GOZO, AS SUAS FESTAS, AS SUAS LUAS NOVAS, E OS SEUS SÁBADOS, E TODAS AS SUAS SOLENIDADES”.

O anúncio profético de Oseias se cumpriu em Jesus Cristo e, por isso, no Novo Testamento se encontra um texto afim, isto é, sobre o mesmo assunto, do texto do profeta.

Com efeito, Paulo Apóstolo aos crentes de Colossos recomenda cuidado para que não se tornem presas dos pregadores de filosofias e vãs sutilezas, segundo a tradição dos homens, segundo os rudimentos do mundo, e não segundo Cristo. “Portanto, ninguém vos julgue pelo comer, ou pelo beber, ou por causa dos DIAS DE FESTA, ou da LUA NOVA, ou dos SÁBADOS, que são SOMBRAS DAS COISAS FUTURAS, mas o Corpo é de Cristo” (Colossenses 2:16-17).

Estas Escrituras, a de Oseias e a de Paulo, a primeira anunciando a futura abolição do sábado e a segunda, o fato consumado da extinção dele, merecem, por serem de suma importância, exame detido e pormenorizado.

Nossa pesquisa, destituída de qualquer juízo preconcebido, é feita em oração e com o propósito de submissão incondicional à Vontade Soberana do nosso Deus.

E o nosso desejo ardente é o de que os nossos leitores, também em oração e sem quaisquer preconceitos sectaristas, examinem este capítulo, lendo, outrossim, os textos das Escrituras aqui mencionados.

1) - Na Escritura de Oséias leio: “SEUS SÁBADOS”.

Em outras passagens, encontro o Senhor aludindo a esse dia da semana com o pronome possessivo na primeira pessoa: “MEUS sábados” (Êxodo 31:13; Ezequiel 20:12,13,16, 20, 21; 22:8, 26; 23:38), “MEUS sábados”, disse Deus, por serem eles “DO SENHOR” (Levítico 23:3; Deuteronômio 5:14).

O profeta Oseias, contudo, diz: “SEUS sábados”.

O pronome possessivo, embora em ambos os casos esteja no plural, encontra-se em diferentes pessoas.

Por quê?

Será que, ao dizer “MEUS sábados”, Deus aludia ao sábado semanal e, ao dizer, Oseias 2:11 “SEUS sábados” se referia às festas anuais?

De certa feita, ao apresentar a um guardador do sábado esses dois textos (Oseias 2:11 e Colossenses 2:16-17), ele me explicou: Essas passagens não afirmam a extinção do sábado semanal, mas sim a abolição das festas anuais, que eram cerimoniais. O sábado semanal é do Senhor e, por isso, nós encontramos a locução “MEUS sábados” e as festas anuais designadas de “SEUS sábados” porque estes eram simplesmente cerimoniais. Estas festas, chamadas por Oseias 2:11 de “SEUS sábados” é que foram peremptas.

Com esta explicação daquela pessoa observante do sábado hebdomadário, fui examinar as Escrituras. Confesso com sinceridade: fui examiná-las sem o propósito de desfazer a explicação dada. Desejava confirmá-la a fim de seguir com toda a fidelidade os ensinamentos da Palavra de Deus.

Meu estudo meticuloso me levou à conclusão de ser impossível e inviável o argumento do orientador sabatista.

Efetivamente, o uso de pessoas diferentes nos pronomes possessivos: “MEUS” e “SEUS” naquelas locuções não invalida a profecia de Oseias 2:11 quanto à abolição do sábado semanal.

Carece de sentido e falta base para a explicação de que a locução “MEUS sábados” porque o pronome possessivo “MEUS” está na primeira pessoa se refere ao sétimo dia da semana e a locução “SEUS sábados” de Oseias 2:11 porque o pronome possessivo “SEUS” está na terceira pessoa se relaciona com as festas anuais, por serem os sábados pré-figurativos.

Nas Sagradas Escrituras, encontrei QUATRO razões que me levaram a repelir a “explicação” do meu amigo praticante do sábado:

PRIMEIRA

Se o sábado é o SINAL de uma aliança ou pacto entre Deus e o povo israelita atribui-se-lhe, logicamente, o aspecto de bilateralidade. Concerto ou aliança é um contrato. E todo o contrato é bilateral, isto é, exige o cumprimento de condições para ambas as partes concertantes ou contratantes e concede regalias a ambas também. Então a Aliança ou Concerto pertence a Deus e a Israel. É de Deus e do povo.

Quando alguém aluga uma casa faz com o locador (proprietário) um contrato (uma aliança) verbal ou escrito.

Nessa aliança há obrigações e direitos para as duas partes contratantes: o locador e o locatário.

O imóvel, de direito, continua propriedade do locador, mas, na vigência da locação, o inquilino considera a casa como sua, também de

direito. Então, o proprietário, quando conversa com o seu inquilino ou com outra pessoa acerca daquele imóvel, pode dizer: MINHA casa e SUA casa.

Circunstância semelhante ocorre com o sábado hebdomadário, o “SINAL” entre Deus e o povo Israel. Era do Senhor e era dos judeus.

SEGUNDA

Em Levítico 23 encontro o sábado semanal incluído entre as solenidades do Senhor: “Estas são as MINHAS solenidades” (v. 2): O sábado hebdomadário (“sábado do Senhor”) (v. 3) e as festas anuais (vv. 4 ss.).

Estas solenidades todas, inclusive o sábado semanal nos vv. 4 e 37 são chamadas de “solenidades do Senhor”.

No v. 2, Deus designa todas as solenidades: o sábado semanal e as festas anuais com o pronome possessivo também na primeira pessoa: “MINHAS solenidades”.

Os sábados pré-figurativos (as festas anuais) foram também cognominadas por Deus de propriedade dEle, valendo-se da primeira pessoa no possessivo.

Se as festas anuais são pré-figurativas e, portanto, cerimoniais, o sábado semanal também o é. Por conseguinte, também ele é cerimonial e sujeito à caducidade, à abolição como sombra dentre as outras sombras da ritualística judaica.

TERCEIRA

Se o sábado semanal é uma prescrição moral da Lei e, por isso, não pode ser extinto, por ser em vários lugares das Escrituras chamado por Deus de “MEUS sábados”, teremos que admitir situação semelhante de inabrogabilidade para os sábados dos 7 e dos 50 anos, o ano sabático e o ano do jubileu.

Naquele tempo havia o sábado septenário e o sábado do jubileu. Depois de seis anos consecutivos de trabalho, o sétimo era de repouso total. E também depois de 49 anos de trabalho o quinquagésimo era de descanso completo.

Deveriam ser estes dois sábados (o septenário e o do jubileu) também prescrição moral porque também eles eram do Senhor. O sábado septenário era “um sábado ao Senhor” (Levítico 25:2 e 4). O sábado cinquentenário também era do Senhor porque a Ele santificado (Levítico 25:10 e 12).

Nesse caso, deveríamos guardar, para sermos coerentes, o sábado septenário e o sábado cinquentenário. Se o sábado hebdomadário, por haver sido chamado por Deus de “MEU sábado” é uma disposição moral

da Lei eterna, o septenário e o quinquentenário de semelhante maneira o são também.

Ora, os próprios respeitadores do sábado semanal admitem que o septenário e o quinquentenário foram abolidos. Portanto, a coerência nos leva a aceitar a extinção também do sábado hebdomadário.

QUARTA

No capítulo 26 de Levítico deparo as expressões alusivas ao sábado em três pessoas diferentes: primeira do singular, terceira e primeira do plural: “MEUS sábados” (v. 2); “SEUS sábados” (vv. 34 e 43) e “VOSSOS sábados” (v. 35).

Lendo os Evangelhos, encontro Jesus a usar esta expressão: “MEU Pai e VOSSO Pai; MEU Deus e VOSSO Deus” (João 20:17).

Se os sábados chamados por Deus de “MEUS sábados” e os chamados por Oseias 2:11 e Levítico 26:34, 43 de “SEUS sábados” e “VOSSOS sábados” de Levítico 26:35 são diferentes, isto é, essas locuções não designam o mesmo sábado semanal, aquele PAI mencionado por Jesus como “MEU Pai” é diferente do Pai também mencionado por Jesus com a locução de “VOSSO Pai”.

Só porque mudou a pessoa do pronome possessivo, também mudou o Pai?

Seria absurdo!

Quanto ao Templo, encontro da mesma forma o emprego do pronome possessivo em diferentes pessoas. Em Isaías 56:7, Deus chama de “MINHA casa” e Jesus de “VOSSA casa” (Mateus 23:38). São, porventura, templos diferentes? Um de Deus e o outro dos judeus?

Igual circunstância ocorre com os sacrifícios. Em Números 28:3, 6 encontro a menção de sacrifícios e ofertas ao Senhor.

Em Levítico 10:13 encontro: “Ofertas queimadas do Senhor”. Esses sacrifícios, essas ofertas, esses holocaustos, do Senhor, em Deuteronômio 12:6 são chamados de: “VOSSOS sacrifícios”. Em Josué 43:23, 24 são designados por “TEUS sacrifícios”.

Deixam de ser os mesmos sacrifícios, as mesmas ofertas, os mesmos holocaustos?

Em Levítico 23:2 eu me deparo com a referência: “As MINHAS solenidades” e em Isaías 1:14: “As VOSSAS solenidades”. Por acaso não são idênticas essas solenidades?

A mudança de pessoa no pronome em todos esses exemplos não alterou em nada a unicidade do objeto. O Pai, o Templo, os sacrifícios e as solenidades são sempre os mesmos. Haveria de ocorrer mudança só no sábado?

Portanto, é evidente serem os mesmos os sábados mencionados por Oseias 2:11 com a locução: “SEUS sábados” e por Ezequiel 20:12,13

com “MEUS sábados”. Neste caso, como nos outros aludidos, a alteração das pessoas do pronome possessivo não muda o objeto do assunto.

2) – Alegar-se serem os sábados mencionados por Oseias e por Paulo nos textos em exame simplesmente alusivos às festas anuais, sem nada a ver com o sábado da semana é querer fechar os olhos à realidade da revelação Divina.

Algumas considerações sensatas nos levarão à certeza de que aqueles sábados aludidos por Oseias e pelo Apóstolo são os sábados do descanso do sétimo dia e não os sábados, sinônimos das festas anuais.

a) - No calendário israelita encontram-se várias festas anuais: a da Páscoa em conjunto com a dos Asmos, a das Semanas ou das Colheitas ou de Pentecostes, a dos Tabernáculos (as três maiores e mais solenes), a do Dia da Expição (Yom Kippur), a da Dedicção ou das Luzes e a festa do Purim.

Essas festas duravam dias seguidos e é lógico que se incluía no seu decorrer o sábado semanal (Levítico 23:11, 15, 16). Cognominá-las de sábados anuais por esse motivo não tem sentido.

Ocorre, todavia, por parte dos guardadores do sábado o recurso a algumas versões portuguesas da Bíblia baseadas na Vulgata de Jerônimo, que transliterou para o latim o SHABBATH hebraico. Essas versões, como a dos clérigos romanistas, a de Matos Soares e a de Figueiredo, em lugar de repouso, que seria a tradução certa de SHABBATH, puseram sábado.

Figueiredo, em Levítico 23:24, onde se refere à festa de Pentecostes, seguindo a Vulgata, simplesmente transliterou o SHABBATH hebraico: “O sétimo mês, o primeiro dia do mês será para vós um SÁBADO e uma recordação”.

João Ferreira de Almeida, contudo, traz a versão correta: “No mês sétimo, ao primeiro do mês, tereis DESCANSO, memória de jubilação, santa convocação”.

Ainda, Levítico 23:39 alude à festa dos Tabernáculos e a simples transliteração de SHABBATH serve à deturpação das Escrituras de Oseias e de Paulo: “No dia quinze do sétimo mês... celebrareis as festas do Senhor... o primeiro e o oitavo dia vos será o sábado” é a tradução-transliteração do romanismo, sempre interessado em ocultar e, pior, deturpar a revelação Divina.

Almeida foi coerente com a tradução: “Ao primeiro dia haverá DESCANSO, e ao dia oitavo haverá DESCANSO”, embora esse dia oitavo pudesse cair em qualquer dia da semana, não coincidindo assim com o sábado semanal.

Quanto ao dia anual de expiação procedem de igual maneira os interessados na sustentação do sábado semanal a ser observado como prescrição moral.

Do v. 32 de Levítico 23, em Almeida a tradução é: “Sábado de descanso vos será”, sendo, contudo, esse dia o décimo do sétimo mês (v. 27).

Nada curial seria se ele houvesse traduzido de verdade: “Descanso de descanso”, sendo consentâneo com o original.

Com efeito, é uma força de expressão literária a repetição de um mesmo nome ou de uma forma abstrata em lugar do nome concreto, equivalente ao superlativo como na expressão bíblica “ vaidade das vaidades”. “Descanso de descanso” significa repouso completo, absoluto, superlativo.

SHABATH SHABATHON (= sábado do sábado, sábado do descanso, sábado sabático) de Êxodo 31:15; 35:2; Levítico 16:31 significa absoluto repouso, descanso superlativo. É essa locução encontrada ainda em Levítico 23 nos seguintes versículos: 3 (alusivo ao sábado semanal) e 32 (ao Dia da Expição).

O recurso de transliteração de SHABATH, portanto, invalida a ambição de se considerarem sábados anuais as festas do calendário litúrgico dos israelitas.

3) - A palavra “SÁBADOS”, no plural, dos textos do profeta Oseias e do Apóstolo Paulo designa mesmo o sétimo dia da semana, que era cerimonial como já verificamos à luz das razões alinhadas.

Esses SÁBADOS de modo algum significam os “sábados anuais” ou festas anuais, pelo fato de se encontrarem no plural.

E chegamos a esta conclusão mediante o argumento “ad hominem”, isto é, o argumento usado pelo próprio adversário.

Se a festa da Páscoa é chamada de sábado anual, se a festa de Pentecostes é chamada de sábado anual, se a festa dos Tabernáculos é chamada de sábado anual, se a festa da Expição é chamada de sábado anual, esses sábados, sábados festivos anuais, são chamados de “FESTAS”, como, de resto, querem os próprios interessados na permanência do sábado semanal.

Então, à luz das próprias Escrituras são chamados “FESTAS”. Voltemos ao capítulo 23 de Levítico, onde encontramos a confirmação de nossa assertiva.

Quanto à Páscoa, no v. 6, diz: “E aos quinze dias deste mês é a FESTA dos Asmos do Senhor”.

Quanto à dos Tabernáculos no v. 34: “Aos quinze dias deste mês sétimo será a FESTA dos Tabernáculos ao Senhor por sete dias”.

Nos vv. 2 e 37 todas as FESTAS antes mencionadas (Páscoa, Pentecostes, etc.) são chamadas de “SOLENIIDADES DO SENHOR”.

“Estas são as solenidades do Senhor, que apregoareis para santas convocações, para oferecer ao Senhor oferta queimada, holocausto e oferta de manjares, sacrifício e libações, cada qual em seu próprio dia” (v. 37).

Todo o ritualismo sublinha o aspecto das SOLENIDADES, sinônimo de FESTAS.

Aliás, os defensores do sábado semanal como disposição moral da Lei em caráter permanente, dizem que, sem se confundirem com os sábados semanais, os sábados festivos anuais estão incluídos nas “FESTAS” que os abrangem a todos.

Assim procedem para fugir do ensino de Oseias e de Paulo quanto à cessação do sábado semanal como prescrição moral, alegando que os sábados aludidos por esses escritores sacros são as “festas” anuais dos israelitas, portanto, são os sábados cerimoniais.

Vamos, porém, ler outra vez as duas Escrituras:

Oseias 2:11: “E farei cessar todo o seu gozo, as suas FESTAS, as suas luas novas, e os seus SÁBADOS”.

Gálatas 2:16: “Portanto, ninguém vos julgue pelo comer, ou pelo beber, ou por causa dos dias de FESTA, ou da lua nova, ou dos SÁBADOS”.

Ora, se os sábados são as mesmas festas anuais, ou se os sábados estão incluídos nessas festas, por que destacá-los das festas?

E nem se alegue aqui no caso a equivalência do superlativo, absolutamente impossível, dada a interposição da expressão: “Suas luas novas”, e “da lua nova” entre as palavras “FESTAS” e “SÁBADOS”.

A conclusão é patentíssima!

O termo plural SÁBADOS corresponde aos sábados semanais, “sombra das coisas futuras”.

4) – Entrevistou-me doutra feita um sabadeador. Empenhara-se em sabadear-me. Ao apresentar-lhe os textos de Oseias 2:11 e Colossenses 2:16, tentou ele escapar à evidência da abolição do sábado semanal, alegando significar o vocábulo no plural, como se encontra nessas Escrituras, os sábados cerimoniais das festas anuais, que eram pré-figurativos.

A puerilidade do argumento do moço é tão gritante que, suponho, a evitam os mestres sabatistas.

No Novo Testamento em português, a palavra sábado, no singular ou no plural, ocorre pelo menos 57 vezes. E sempre designa o sábado semanal. Jamais as festas litúrgicas judaicas anuais.

Encontro-a 10 vezes no plural nas seguintes passagens do Novo Testamento em grego: Mateus 12:5, 12; Marcos 1:21; Lucas 4:31; 6:2, 9; Atos 13:27; 17:2; 18:4 e Colossenses 2:16.

Aliás, esse plural SÁBADOS ocorre porque o sábado se repete em cada semana.

Note o uso, ainda hoje em voga, do plural nos dias da semana quando se quer salientar a sua constante repetição.

Assim, o pastor de uma igreja que tem o seu culto de oração numa noite de semana, como por exemplo, na quarta-feira, diz: Às quartas-feiras reunimo-nos para a oração. Aos domingos à noite o culto é evangelístico.

No próprio Velho Testamento fui achar o emprego desse plural. “Estas são as solenidades do Senhor... além dos SÁBADOS do Senhor” (Levítico 23:37-38). Ainda a locução plural “MEUS SÁBADOS”, oito vezes repetida em Ezequiel (20:12, 13, 16, 20, 21; 22:8, 26; 23:38), “SÁBADOS” (Ezequiel 45:17; 46:3) sempre se refere ao sábado hebdomadário como, de resto, todos os sabadeadores admitem e defendem.

Se nas passagens do Novo Testamento relacionadas acima onde se encontra o plural SÁBADOS ele quer dizer o sábado semanal, por que só em Colossenses 2:16 haveria de ser o tal sábado cerimonial das solenidades anuais?

Faltaria sentido! E semelhante argumento sabático revela desespero de causa!

5) - Tanto em Oseias 2:11 como em Colossenses 2:16 deparamo-nos com a fórmula: “DIAS DE FESTA, LUAS NOVAS E SÁBADOS”.

Essa fórmula se refere aos dias santificados ANUAIS, MENSAIS e SEMANAIS.

Se em Levítico 23 se distinguem mais as datas do calendário das solenidades com suas características específicas, em Números 28 e 29 se prescrevem os pormenores rituais dos sacrifícios. Além do holocausto diário de dois cordeiros, um de manhã e outro à tarde (vv. 3-4), nos sábados hebdomadários, “além do holocausto contínuo”, sacrificavam-se dois outros cordeiros com oferendas de manjares e libações (vv. 9-10). “HOLOCAUSTO É DO SENHOR EM CADA SÁBADO” (v. 10).

O mês começava no ciclo da lua nova, a neomênia, oportunidade em que também se ofereciam holocaustos ao Senhor (“nos princípios dos vossos meses” - v. 11) dois bezerros, um carneiro e sete cordeiros seguidos de oblação de manjares e libações de vinho (vv. 11-14). “ESTE É O HOLOCAUSTO DA LUA NOVA DE CADA MÊS, SEGUNDO OS MESES DO ANO” (v. 14).

Aos sacrifícios litúrgicos dos sábados hebdomadários e dos primeiros dias (= luas novas) de cada mês, os israelitas deveriam acrescentar holocaustos concernentes às festas anuais. A partir do v. 16 até ao final do capítulo 29, segue-se a relação dessas festas, a

começar pela da Páscoa, a primeira de cada ano, com a discriminação do ritualismo dos holocaustos de cada uma.

À base dessas Escrituras (Levítico 23 e Números 28 e 29) tem-se o calendário litúrgico com os ritos sacrificiais: semana, mês e ano, designados, respectivamente, pelas palavras: “SÁBADOS, LUAS NOVAS e FESTAS”.

Quando Davi transmitiu a Salomão o trono real, dentre todas as suas recomendações, ao destacar os turnos e as funções dos levitas, às ordens dos “filhos de Arão no ministério da casa do Senhor”, das quais também era a de “estarem cada manhã em pé para louvarem e celebrarem ao Senhor, e semelhantemente à tarde; e para cada oferecimento dos holocaustos do Senhor, nos SÁBADOS, nas LUAS NOVAS, e nas SOLENIDADES [= Festas]” (I Crônicas 23:30-31).

Na circunstância de solicitar a colaboração do rei de Tiro para a construção do Templo, Salomão pede-lhe: “Como usaste com Davi meu pai, e lhe mandaste cedros, para edificar uma casa em que morasse, assim também usa comigo. Eis que estou para edificar uma casa ao Nome do Senhor meu Deus, para Lhe consagrar, para queimar perante Ele incenso aromático, e para o pão contínuo, e para os holocaustos da manhã e da tarde, nos SÁBADOS e nas LUAS NOVAS, e nas FESTIVIDADES do Senhor nosso Deus, o que é perpetuamente a obrigação de Israel” (II Crônicas 2:3-4).

Ao concluir a construção do Templo, Salomão promove a oferta de holocaustos, “oferecendo segundo o preceito de Moisés, nos SÁBADOS, e nas LUAS NOVAS, e nas SOLENIDADES, três vezes no ano: na festa dos Pães Asmos, e na festa das Semanas, e na festa das Tendões” (II Crônicas 8:13).

Salientou-se o rei Ezequias como o restaurador do culto e das celebrações litúrgicas dos sacrifícios. “Também estabeleceu a parte da fazenda do rei para os holocaustos, para os holocaustos da manhã e da tarde, e para os holocaustos dos SÁBADOS, e das LUAS NOVAS, e das SOLENIDADES, como está escrito no livro da Lei do Senhor”.

Tendo sido reedificado o templo após o exílio babilônico, coube a Neemias reconstruir os muros de Jerusalém, após a leitura pública da Lei, restabelecer outra vez o culto. “Também sobre nós pusemos preceitos, impondo-nos cada ano a terça parte dum siclo, para o ministério da casa de Deus; para os pães da proposição, e para a contínua oferta de manjares, e para o contínuo holocausto dos SÁBADOS, das LUAS NOVAS, para as FESTAS solenes” (Neemias 10:32-33).

Em todos esses textos, consoante as prescrições do livro de Números (28 e 29), sob a fórmula consagrada como num refrão:

“SÁBADOS, LUAS NOVAS e FESTAS”, destaca-se a ordem natural e lógica dos holocaustos diários, semanais, mensais e anuais.

À luz dessas Escrituras seria ilógico e aberrante mesmo supor-se serem os SÁBADOS aludidos em Oseias 2:11 e em Colossenses 2:16 os tais sábados anuais, sinônimos de FESTAS.

Teríamos, a seguir-se esta aberração, a referência em todos aqueles textos de sacrifícios diários, ANUAIS, mensais e, de novo, ANUAIS.

Seria uma enumeração desprovida de ordem e lógica porque dos holocaustos diários passar-se-ia aos anuais, omitindo-se os semanais e os mensais, e dos anuais voltar-se-ia aos mensais para tornar novamente aos sacrifícios anuais.

Sinonimizarem-se ou confundirem-se os SÁBADOS das perícopes de Oseias 2:11 e de Colossenses 2:16 com as solenidades ou festas anuais é incorrer-se num pleonasma sem sentido. Um pleonasma e inconsequente com descabido sintoma de escandaloso sofisma. Com efeito, os dias de sacrifícios anuais, então, seriam apresentados, em Oseias e em Colossenses, duas vezes: uma sob a palavra FESTA e a outra sob o nome de SÁBADOS, incorrendo-se, em desacordo com Levítico 23:3, na omissão do dia dos sacrifícios semanais, o dia mais importante de todos.

Em Oseias 2:11: “Farei cessar todo o seu gozo, as suas FESTAS, as suas LUAS NOVAS, e os seus SÁBADOS, e todas as suas festividades”, é o anúncio da abolição, da supressão, da extinção, do fim de todo o cerimonialismo judaico, inclusive o SÁBADO SEMANAL por ser este também do conjunto das disposições cerimoniais do pacto das obras.

Em Jesus Cristo cumpriu-se a promessa ao ser na cruz cravada a “cédula”: “Portanto ninguém vos julgue pelo comer, ou pelo beber, ou por causa dos dias de FESTA, ou da LUA NOVA, ou dos SÁBADOS’.

Tudo isso, inclusive o SÁBADO HEBDOMADÁRIO, são “sombras das coisas futuras”, do “melhor concerto”, do qual Jesus Cristo é o Mediador e que está confirmado em “melhores promessas” (Hebreus 8:6).

A PERPETUIDADE DO SÁBADO

Verificaram-se no capítulo anterior, à luz de Oseias 2:11 e Colossenses 2:16, a transitoriedade e a abolição do sábado hebdomadário.

Os defensores da permanência perpétua do sábado, contudo, se escoram em duas passagens bíblicas no propósito da sustentação desse dia como prescrição moral inviolável e eterna.

No desejo de solidificar ainda mais nossas convicções quanto à inoquidade da atual observância sabatina e quanto aos motivos de enaltecimento de nosso Senhor Jesus Cristo, em Quem encontramos o verdadeiro repouso, do qual o sábado se constituía figura, analisaremos esses dois textos.

I

O primeiro texto encontra-se em Isaías 66:23: “E será que desde uma lua nova até a outra, e desde um sábado até ao outro, virá toda a carne a adorar perante Mim, diz o Senhor”.

Os defensores sabatinos interpretam este texto ao lume de uma das visões da senhora Ellen G. White: “Eu vi que o sábado nunca será removido, mas que os santos remidos, e todas as hostes angelicais o observarão por toda a eternidade em honra ao grande Criador” (Spiritual Gifts, vol.1, pg.113).

Com todo o respeito aos seguidores da senhora Ellen G. White, declaramos ser impossível aceitar-se a permanência do sábado à base dessa Escritura interpretada por essa revelação. E alinhamos os seguintes motivos:

a) – Leia-se com toda atenção o versículo do profeta.

A ênfase da frase está na contínua adoração ao Senhor. Ele quer esclarecer a continuidade permanente ou a permanência contínua da adoração a Deus no Éden restaurado. E não se trata de UMA REUNIÃO MENSAL na oportunidade da “lua nova” e de outra REUNIÃO SEMANAL aos sábados. É este o sentido de sua expressão “desde uma lua nova até a outra, e desde um sábado até ao outro”.

Com a ideia de assegurar a alguém a minha presença permanente numa cidade, posso, ainda hoje, se quiser, usar essa linguagem: “Estarei lá desde uma lua nova até a outra, e desde um sábado até ao outro”. Como poderia dizer: “Estarei em São Paulo ou no Rio de Janeiro desde o dia 1º do mês até ao outro dia 1º do mês, e desde um domingo até ao outro domingo”.

Não quero assim dizer, é claro, que só estarei lá nos dias da lua nova ou no primeiro dia de cada mês, ou nos sábados somente, ou apenas nos domingos, ausentando-me nos outros dias do mês e da semana.

Veza ou outra, encontram-se nos jornais anúncios com essa maneira de expressar. Por exemplo, a empresa tal funciona de domingo a domingo.

A frase de Isaías enfatiza e sublinha a continuidade do culto a Deus.

É questão de se ler lendo o texto isaiano.

É, outrossim, ilegítimo o valimento à versão do clérigo Matos Soares: “E DE MÊS EM MÊS, E DE SÁBADO EM SÁBADO, toda a carne virá prostrar-se perante Mim, e Me adorarão, diz o Senhor”. O clérigo fugiu do original.

b) - Se o sábado era a festa semanal, a lua nova, por ser o primeiro dia do mês, era a festa mensal. Se se admitir a perpetuidade do sábado em decorrência dessa interpretação da senhora White, para se ser coerente, há, outrossim, de se aceitar a permanência, também como disposição moral eterna, da guarda da neomênia. Teríamos, portanto, de modificar o nosso calendário. Deveríamos começar cada mês no dia da lua nova como ao tempo do Velho Testamento.

c) - A senhora White viu “todas as hostes angelicais” dispostas a observar o sábado semanal “por toda a eternidade”.

Sábado semanal implica em tempo. E a eternidade exclui o tempo. O que é temporal ou temporário não é eterno. E o que é eterno não é temporário.

Na eternidade não há horas, dias, nem há meses e nem anos. Não há relógio. Lá não se cronometra a semana: segunda, terça, quarta, quinta, sexta-feira, sábado. Porque lá nem há semana.

Na eternidade, Jesus Cristo é o SÁBADO (REPOUSO) dos remidos. E repouso perene.

Através de Isaías, o Senhor falava para homens vivendo no tempo e, por isso, usou aquela expressão para significar a permanência contínua do culto a Ele no Éden restaurado.

II

A segunda passagem bíblica em que almejam estribar a vigência permanente do sábado hebdomadário está em Êxodo 31:16-17: “Guardarão, pois, o sábado os filhos de Israel, celebrando o sábado nas suas gerações por concerto PERPÉTUO. Entre Mim e os filhos de Israel será um SINAL PARA SEMPRE; porque em seis dias fez o Senhor os céus e a terra, e ao sétimo dia descansou, e restaurou-se”.

Se é perpétuo, então, estamos no dever de respeitar o sábado e respeitá-lo PARA SEMPRE.

a) - O adjetivo qualificativo PERPÉTUO (= para sempre), no hebraico é OLAM com “o sentido condicionado à natureza daquilo a que se aplica”. Sendo assim, “as festas cerimoniais teriam duração até ao tempo em que seriam necessárias”, elucida um conespícuo pregador sabático.

Esta explicação está certa e é coerente com as Escrituras.

Senão vejamos!

A palavra PERPÉTUO, que das 42 vezes no Pentateuco, encontrei 19 vezes em Levítico, o livro eminentemente litúrgico no Velho

Testamento, significa uma permanência durante o tempo da economia judaica.

É nesse sentido que foram perpétuas as festas anuais: a Páscoa (Êxodo 12:14, 24), a dos Asmos (Êxodo 12:17), a de Pentecostes (Levítico 23:41), o Dia da Expição (Levítico 16:29, 31, 34; 23:31).

Nesse sentido, a duração do sacerdócio araônico (Números 25:13) e o ministério dos levitas (Números 18:23), bem como o toque das Trombetas pelos sacerdotes (Números 10:8) e a presença das lâmpadas de azeite (Levítico 24:3) deveria ser perpétua. A abstenção da gordura e do sangue (Levítico 3:17) e a manducação por parte dos sacerdotes, das ofertas queimadas como expiação do pecado (Levítico 6:17) também eram instituições perpétuas. E da mesma forma também o ritual dos sábados semanais com os seus holocaustos (Levítico 24:8-9).

Apesar de todas essas instituições e estatutos serem no Antigo Testamento PARA SEMPRE (= perpétuas) caducaram quando da morte de Jesus Cristo. Nenhuma delas e nenhum deles se encontram no Cristianismo.

Foram “perpétuas” no sentido de durarem por toda a vigência do Velho Testamento.

O sábado semanal, de igual maneira, foi perpétuo com o significado de duração restrita à permanência do cerimonialismo judaico.

Se somos obrigados ainda hoje ao cumprimento do sábado semanal por ser em Êxodo 31:16-17 prescrito para o povo israelita como perpétuo, em sendo ele um “sinal para sempre”, então, dever-se-ia, de igual maneira, por questão de coerência, oferecer o holocausto estabelecido em Levítico 24:8-9 também como perpétuo.

b) - Aliás, o próprio texto de Êxodo 31:16-17, invocado pelos sabadeadores, confirma a restrição da perpetuidade do sábado hebdomadário às gerações judaicas: “Os filhos de Israel”, “NAS SUAS GERAÇÕES”, “entre Mim e os filhos de Israel será um sinal para sempre”, são as expressões que marcam o circunscrever, o limitar-se do sábado setimanal ao sistema judaico.

SINAL do Concerto entre Deus e Israel, o sábado se restringiu às gerações israelitas sem implicar os gentios.

Leve-se em conta, outrossim, ser o SINAL uma particularidade no nosso caso para um determinado povo. Ele não pode ser geral. Se o fosse, não seria sinal. A moral não é particularidade de nenhum povo. É universal por ser comum a todos. O “não matarás” não pode ser sinal por ser de âmbito universal. Se o sábado do sétimo dia é SINAL, por conseguinte, não é do contexto moral da Lei.

Concluída a economia israelita, o SINAL do sábado perdeu sua razão de ser. Caducou esse sábado, como caducaram as demais instituições e estatutos.

c) - Quando Salomão, o filho e sucessor de Davi no trono, solicitou de Hirão, rei de Tiro, a sua ajuda para a edificação do Templo, declarou: “Eis que estou para edificar uma casa ao Nome do Senhor meu Deus, para Lhe consagrar, para queimar perante Ele incenso aromático, e para o pão contínuo da proposição, e para os holocaustos da manhã e da tarde, nos sábados, e nas luas novas, e nas festividades do Senhor nosso Deus; o que é PERPETUAMENTE OBRIGAÇÃO DE ISRAEL”.

O advérbio PERPETUAMENTE se vincula à duração do cerimonialismo judaico. Encerrado este, é evidente, extinguiu-se a sua liturgia: incenso, pão da proposição, holocaustos. E findaram-se os seus dias cerimoniais: os sábados (semanais), as luas novas (os sábados mensais) e as festividades (os sábados anuais).

O pedido de Salomão se baseia no seu propósito de atender o “estatuto perpétuo” de Levítico 24:5-9. Os pães da proposição deveriam ser renovados em cada sábado “perante o Senhor CONTINUAMENTE, pelos filhos de Israel, por CONCERTO PERPÉTUO”.

Se o adjetivo perpétuo referido ao sábado me obriga a atendê-lo, também sou, por uma evidência de axioma, impelido ao cumprimento dos pães da proposição. Estarão os atuais sabadeadores preocupados em dispor esses pães perante o Senhor?

d) - Lendo e relendo, examinando e reexaminando o Pentateuco, jamais encontrei qualquer elemento moral da Lei acompanhado com o adjetivo qualificativo PERPÉTUO ou assinalado com o advérbio PERPETUAMENTE.

Nenhum!

Onde se diz que o “não furtarás” é um mandamento perpétuo? Onde se diz que o “não matarás” é um mandamento perpétuo? Onde se diz que o “não adulterarás” é um mandamento perpétuo?

Onde se diz que o “não terás outros deuses diante de Mim” é mandamento perpétuo? Onde se diz que o “santos sereis” é mandamento perpétuo? Onde se diz que o “amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu poder” é mandamento perpétuo?

Só os elementos cerimoniais ou rituais da Lei são acompanhados desse adjetivo.

Eis outra confirmação em Êxodo 31:16-17 do fato inescurecível de constituir-se o sábado semanal num elemento cerimonial da Lei vigente apenas durante a economia judaica.

Êxodo 31:16-17, por conseguinte, ao contrário de favorecer os sabadeadores, anula-lhes a argumentação e frustra-lhes as pretensões sabatinas.

e) - De semelhante forma, nessa Escritura, o fato de ser declarado o sábado semanal “concerto perpétuo” e “sinal para sempre” entre “os

filhos de Israel”, ao invés de favorecê-los, como sonham os guardadores sabatinos, levanta-lhes sérios obstáculos por confirmar ser cerimonial o sábado hebdomadário.

Com efeito, a circuncisão constituíra-se, de igual modo, em “CONCERTO PERPÉTUO” e “SINAL” para os mesmos israelitas. “Este é o Meu CONCERTO, que guardareis entre Mim e vós, e a tua [de Abraão] semente depois de ti: Que todo o macho será circuncidado. E circuncidareis a carne do vosso prepúcio; e isto será por SINAL DO CONCERTO entre Mim e vós. Com efeito, será circuncidado o nascido em tua casa, e o comprado por teu dinheiro; e estará o Meu concerto na vossa carne por concerto PERPÉTUO” (Gênesis 17:10-11, 13).

Paulo Apóstolo em Romanos 4:11, por seu turno, lembra ter sido a circuncisão “SINAL” e “SELO da justiça da fé” para que Abraão “fosse pai de todos os que creem”.

Ora, o pacto da Lei através de Moisés foi transitório e posterior ao concerto da fé através de Abraão.

O primeiro vigiu de Moisés até Cristo, numa espécie de hiato entre Abraão e Cristo. Os crentes em Cristo são da “descendência de Abraão” (Gálatas 3:29) e não da descendência de Moisés.

Qual dos dois concertos é o mais importante? Qual, por conseguinte, dos dois sinais é o mais importante?

Para os crentes em Jesus Cristo seria o da circuncisão!

Mas a circuncisão da carne caducou (Colossenses 2:11).

Se a circuncisão, “sinal” e “concerto perpétuo” foi perempta, abolida, com a morte de Cristo, que razões poderiam assistir às pretensões da observância atual do sábado semanal?

Ainda! Se a circuncisão, com todos aqueles predicados, se resumiu a um rito cerimonial, não foi esta também a situação do sábado semanal?

E não se venha com o sofisma de que o sábado não pertencia ao sistema expiatório judaico e, por isso, não era cerimonial. A circuncisão, de igual maneira, não se incluía na sistemática expiatória judaica. Também por esse lado a abolição do SINAL circuncisatório, superior ao sabatino, exige a extinção do sábado.

EM ADENDO - A sustentação da perpetuidade do sábado como ‘lei moral’ pelo fato de encontrá-lo incluído no Decálogo é, de igual maneira, improcedente e falha.

a) - Improcede porque, como já vimos, o vocábulo sábado do texto capital (Êxodo 20:8-11) foi simplesmente transliterado. Se traduzido, seria repouso. O descanso, de um dia em sete, sim, é disposição moral da Lei.

No Decálogo o termo sábado (= descanso) não marca um dia determinado da semana exatamente porque o Decálogo é a sùmula de

parte das disposições morais da Lei Positiva Divina. E a fixação de um determinado dia é de aspecto litúrgico ou ritual.

b) - Para efeito da argumento “ad hominem”, admitamos, constituir-se o sábado hebdomadário elemento exclusivamente moral da Lei por se encontrar incluído entre os preceitos morais do Decálogo.

Então, seríamos obrigados a aceitar a lógica irretorquível de que o mesmo sábado é simples “lei cerimonial” porquanto ele se encontra muitas vezes ao longo das Escrituras associado a cerimônias judaicas. Em Levítico 23 ele está entre as SOLENIDADES instituídas por Deus. Acha-se entre a Páscoa, os Asmos, as Primícias, o Pentecostes, o Dia da Expição.

Em Números 28 e 29, onde se estabelecem as normas litúrgicas dos sacrifícios, também veio ele mencionado com as outras festas e cerimônias.

O mesmo ocorre em I Crônicas 23:31 e em II Crônicas 2;4; 8:13.

Em Isaías 66:23, o texto examinado por primeiro neste capítulo, está ligado à “lua nova”. E se a “lua nova” foi temporária, por que deixaria de o ser o sábado?

Associado às festas e cerimônias judaicas, ao sábado tornara-se impossível a perpetuidade. Abolidas aquelas, também ele foi extinto.

O vincular-se o sábado semanal ao Decálogo exige sua vinculação ao cerimonialismo do Antigo Testamento e, com maior razão, porquanto entre este ele está referido inúmeras vezes. Em consequência, o argumento dos guardadores do sábado arma-lhes a própria derrocada. É questão de lógica! Da lógica de que se recheiam as Sagradas Escrituras!

JESUS E O SÁBADO

Jesus Cristo que nasceu “sob a Lei”, Jesus Cristo que ratificou e reafirmou a unidade e a inviolabilidade da Lei, Jesus Cristo que obedeceu a Lei em todos os seus elementos, Jesus Cristo que ordenou a obediência à Lei também em todos os seus aspectos, Jesus Cristo que cumpriu a Lei, como terá se comportado perante o sábado semanal?

Tendo “nascido sob a Lei”, como judeu viveu sob as suas prescrições. Foi circuncidado e celebrou a Páscoa. E também aos sábados ia à sinagoga.

“Entraram em Cafarnaum e, logo no sábado indo Ele à sinagoga, ali ensinava”, informa-nos Marcos (1:21). E Lucas, com mais pormenores, elucida: “E ensinava nas sinagogas, e por todos era louvado. E, chegando a Nazaré, onde fora criado, entrou num dia de sábado,

SEGUNDO O SEU COSTUME, na sinagoga e levantou-se para ler” (4:16).

Decerto Jesus fazia milagres em todos os dias da semana. Os evangelistas, contudo, registram alguns feitos no sábado. Os outros dias não são mencionados. Em vista de três preciosos ensinamentos, porém, os prodígios realizados nos sábados têm este dia sublinhado:

PRIMEIRO: Em sendo Jesus o “Senhor do sábado”, podia abolir-lo.

SEGUNDO: O Mestre considerava o sábado disposição cerimonial e não moral da Lei.

TERCEIRO: Jesus obedeceu prescrições cerimoniais da Lei, como as festas, a circuncisão, mas transgrediu a lei sabática.

A análise de Suas curas processadas aos sábados demonstrar-nos-á essas lições.

Nos quatro Evangelhos encontram-se registrados oito milagres de cura realizados por Jesus Cristo em dia de sábado. Quatro deles em sinagogas: a libertação do endemoninhado de Cafarnaum, a cura do homem da mão mirrada, a de alguns poucos enfermos em Sua visita a Nazaré e o da mulher encurvada. Um outro, o da cura da sogra de Pedro, na residência do Seu discípulo, e o da cura do hidrópico, na casa de um príncipe dos fariseus. E, em Jerusalém, fez dois: o da cura do paralítico de Betesda e da do cego de nascença.

1º) - No prodígio da libertação do endemoninhado, ocorrido em Cafarnaum, relatado por Marcos 1:21-26 e por Lucas 4:31-36, houve admiração diante do portentoso fato sem que alguém O censurasse como transgressor do sábado.

É de se notar que, nesse mesmo dia, Ele curou a sogra de Pedro, sem qualquer constrangimento.

2º) - Quando, noutro sábado, Jesus retornou à sinagoga da mesma Cafarnaum, escandalizados com o prodígio anterior por haver sido feito num sábado, e por sua defesa dos discípulos acusados de violadores do sábado, os fariseus “para O acusarem O interrogaram: É lícito curar nos sábados?” E Ele lhes disse: “Qual dentre vós será o homem que, tendo uma ovelha, se num sábado ela cair numa cova, não lançará mão dela, e a levantará? Pois quanto mais vale um homem do que uma ovelha? É, por consequência, lícito fazer bem nos sábados” (Mateus 12:10-12).

E para provocar aos fariseus maior indignação com o Seu gesto de desobediência à guarda sabática, “disse ao homem que tinha a mão mirrada: Levanta-te e vem para o meio. E perguntou-lhes: É lícito no sábado fazer bem ou mal? Salvar a vida ou matar?” (Marcos 3:3-4).

Estupefatos com a argumentação de Jesus, o violador do sábado, “calaram-se” (Marcos 3:4).

Marcos observou os sentimentos do Mestre: “E, olhando para eles em redor com indignação, condoendo-se da dureza do seu coração” (v. 5). Aqueles sabatolátras são dignos de compaixão e de indignação simultaneamente.

O atrevimento de Jesus, ao violar a Lei e ao desafiar-los quanto àquilo que mais prezavam na prática religiosa, ou seja, o respeito ao cerimonialismo sabatino, aumentara-lhes o furor. “E, tendo saído os fariseus, tomaram logo conselho com os herodianos contra Ele, procurando ver como O matariam” (Marcos 3:6).

Haviam apreendido nas Escrituras que ao infrator do sábado cominava-se a pena de morte.

É certo, dispostos à salvaguarda da integridade da observância do sábado, estribavam-se na Lei: “Qualquer que no dia do sábado fizer obra, certamente morrerá” (Êxodo 31:15).

3º) - Doutra feita, Jesus profanou o sábado na sinagoga de Nazaré quando “somente curou alguns poucos enfermos e estava admirado da incredulidade deles” (Marcos 6:5-6).

Em Nazaré, a cidade onde fora criado e passara Sua mocidade, ninguém protestou por atuar num sábado. Escandalizaram-se porque lhes parecia impossível alguém da terra e de condições sociais humildes, ter tantos poderes e tanta sabedoria.

4º) – Lucas 13:10-17 é o único a registrar a cura da mulher encurvada há dezoito anos, portento esse também ocorrido num sábado numa das sinagogas.

Vendo Jesus violar a Lei ao libertá-la, “tomando a palavra o príncipe da sinagoga, INDIGNADO porque Jesus curava no sábado, disse à multidão: Seis dias há em que é mister trabalhar (Êxodo 20:9); nestes, pois, vinde para serdes curados, e não no dia de sábado” (v. 14).

No caso específico da mulher encurvada, Jesus poderia curá-la noutro dia porquanto, havendo ela padecido já há dezoito anos, um dia a mais ou um a menos não teria tanta importância para ela. Para quem sofre durante dezoito anos, um dia a mais nada significa!

Qual teria sido, contudo, a reação do Mestre?

Teria confirmado a palavra do chefe da sinagoga, aliás, coerente com o preceito sabático?

Em absoluto!

Revidou-lhe, desautorizando-o perante o público: “HIPÓCRITA, no sábado não desprende da manjedoura cada um de vós o seu boi, ou jumento, e não o leva a beber? E não convinha soltar desta prisão, no dia de sábado, esta filha de Abraão, a qual há dezoito anos Satanás tinha presa?” (vv. 15-16).

É notável a ternura de Jesus para com as adúlteras, as prostitutas, os ladrões, os publicanos, enfim, com a escória moral.

É notável, sobretudo, o extremo oposto com que trata os deturpadores dos ensinamentos divinos e da Palavra de Deus, os seguidores de erros doutrinários religiosos. A este deturpador da Lei do repouso porque ele a identifica com o elemento cerimonial ao fixá-lo num dia determinado da semana, Jesus o chama de hipócrita.

Com efeito, se o sábado fosse prescrição moral da Lei, o Mestre levaria em conta a advertência do chefe da sinagoga, movendo a multidão a acatá-la. Elogia-lo-ia como enalteceu a palavra certa de um escriba dita em outra oportunidade (Marcos 12:28-34).

5º) - A cura de certo homem hidrópico também é relatada somente por Lucas (14:1-6). E ocorreu na residência de um dos principais dos fariseus.

“Eles O estavam observando” (v. 1), por certo revoltados com a Sua desconsideração pelo sábado.

Ao se deparar com o hidrópico, Jesus desafiou os doutores da Lei e os fariseus com uma pergunta: “É lícito curar no sábado?” (v. 3).

“Eles, porém, calaram-se” (v. 4).

Enfatuados na sua suficiência doutrinária e encastelados no seu orgulho religioso, preferiram o silêncio como resposta à pergunta do Mestre.

Curado e despedido aquele homem, embora a mudez deles persistisse, interrogou-os: “Qual será de vós o que, caindo-lhe num poço, em dia de sábado, o jumento ou o boi, o não tira logo?” (v. 5).

E o silêncio deles continuou. Replicar como?

6º) - Se em Cafarnaum os fariseus e os doutores da Lei, irritados com o fato de Jesus transgredir o cerimonialismo sabático, se mancomunaram com os herodianos no intento de matá-lo, em Jerusalém as nuvens do ódio se toldaram com mais densidade.

Subira o Senhor à Capital Jerosolimitana a atender o cumprimento do preceito ritual de uma festa anual e, junto do tanque de Betesda, curou o paralítico enfermo há trinta e oito anos, relata João (5:1-15).

“E aquele dia era sábado” (v. 9).

A festa anual fora em atendimento a uma prescrição cerimonial da Lei e, na mesma oportunidade, infringe a disposição cerimonial do sábado hebdomadário.

Pessoalmente, ao curar o enfermo, transgride esta prescrição e, ainda, manda que Seu beneficiário cometa igual infração: “Toma a tua cama e anda” (v. 8), incorrendo no desagrado dos judeus (v. 10) porque proibia-se o transporte de qualquer objeto (Jeremias 17:21-22).

Descoberto o profanador e mandante da transgressão sabatina, João diz-nos que “por esta causa os judeus perseguiram a Jesus, e procuravam matá-lo; PORQUE FAZIA ESTAS COISAS NO SÁBADO” (v.16).

Estas coisas: curar e autorizar a infringência do sábado semanal.

O Mestre, que jamais perdeu uma oportunidade de Se revelar contrário à prescrição sabatina, declarou-lhes: “Meu Pai trabalha até agora, e Eu trabalho também” (João 5:17).

“E Eu trabalho também”!!!

Que desaforo! Deveriam, irritados, ter pensado aqueles judeus. O Rabi a trabalhar aos sábados... “Por isso, pois, os judeus ainda mais procuravam matá-LO, porque não só quebrantava o sábado, mas também dizia que Deus era Seu próprio Pai, fazendo-Se igual a Deus” (João 5:18).

Eles entenderam muito bem a atuação de Jesus Cristo. E não se esqueceram da “afrota” do Mestre à sua autoridade de preservadores do sábado.

I

Com efeito, quando Jesus Cristo retornou a Jerusalém para as solenidades da festa dos Tabernáculos, e ensinava no Templo, os fariseus, ainda agastados com Ele, foram abordá-LO, ensejando-Lhe apresentar outro argumento - argumento tipo “a fortiori” - porque violava o sábado e o incluía entre os elementos cerimoniais da Lei: “Pelo motivo de que Moisés vos deu a circuncisão (não que fosse de Moisés, mas dos pais), no sábado circuncidais um homem. Se o homem recebe a circuncisão no sábado, para que a Lei de Moisés não seja quebrantada, indignais-vos contra Mim, porque no sábado curei de todo um homem?” (João 7:22-23).

À luz da Palavra de Jesus, chamemos a atenção dos atuais sabadeadores para quatro observações:

PRIMEIRA: - Na economia judaica a circuncisão era mais importante do que o próprio sábado semanal por ser o rito que marcava o varão judeu como da descendência de Abraão (Gênesis 15 e 17). Por isso, Moisés a ordenara sem estabelecer restrições explícitas, ao oitavo dia (Levítico 12:3). E os próprios rabinos a autorizavam aos sábados a fim de dar cumprimento material à legislação mosaica.

SEGUNDA: - Tão mais importante a circuncisão que se circuncidava no sábado a fim de se manter infrangível a Lei de Moisés, apesar de o ato de circuncidar supusesse diversas atividades, as quais eram vedadas em outras circunstâncias.

TERCEIRA: - Os próprios sabadeadores reconhecem a abolição da circuncisão e, em consequência, não a praticam. Se omitem a circuncisão por reconhecê-la caduca, por que teimam em praticar o sábado semanal judaico? O sábado hebdomadário que é inferior à caduca circuncisão?

QUARTA: - Se a circuncisão, rito cerimonial, como os atuais sabadeadores admitem também, em sendo mais importante do que o sábado, se este (sábado semanal) fosse da lei moral, como eles querem, então teríamos o absurdo de ser mais importante uma “Lei Cerimonial” do que uma “Lei Moral”.

E teria Jesus concordado com um assassinato.com um roubo, com um adultério ou com uma fornicação, com um ato idólatra se surgisse a necessidade de se cometer algum desses pecados contra a moral para o cumprimento do rito circuncidatório?

Evidentemente, não!

Por conseguinte, considerou Ele o sábado como elemento cerimonial e até inferior à circuncisão.

7º) - Interrompida a discussão entre o Mestre e os judeus, enquanto estes maquinavam a Sua morte, recolheu-Se Jesus ao Monte das Oliveiras.

Retornando ao Templo na manhã seguinte, prosseguiu em Sua faina de ensinar quando ocorreu a denúncia contra a mulher colhida em flagrante adultério (João 8:1-11).

Os judeus sentiam-se agredidos pelas terríveis objurgatórias dAquele Rabi atrevido e, como vindita, decidiram apedrejá-lo. Ao retirar-se do Templo, vê Jesus um cego de nascença e o cura (João 9:1-41). “Cuspiu na terra, e com saliva fez lodo, e untou com o lodo os olhos do cego. E disse-lhe: Vai, lava-te no tanque de Siloé (que significa o Enviado). Foi, pois, e lavou-se e voltou vendo” (vv. 6-7). “E era sábado” (v. 14).

No conceito dos sabadeadores judaicos, a atitude de Jesus atingia o máximo do desrespeito.

Ao parálítico mandara carregar a cama. E agora induz o cego a quebrantar o sábado, indo lavar-se. E tendo antes violado o sábado, fazendo lodo com o próprio cuspe.

Era escarnecer da observância do sábado

“ESTE HOMEM NÃO É DE DEUS; POIS NÃO GUARDA O SÁBADO” (v. 16). “ESSE HOMEM É PECADOR” (v. 24).

II

A atitude de Jesus Cristo ao fazer milagres no dia de sábado não visava apenas escoimá-lo das exigências esdrúxulas que o tornavam “um fardo quase insuportável”, exigências essas acumuladas pelos rabinos e que “obscureceram o verdadeiro caráter do sábado”.

Não!

Cristo visava, sim, transgredir a guarda do sábado semanal por reconhecê-lo mero preceito ritualista ou cerimonial em vésperas de ser prescrito, tanto quanto a circuncisão. De maneira particular contra o

sábado porque previa em tempos posteriores seus legalistas praticantes, teimosos em sustentar as “sombras”.

Importa notar-se o Seu respeito pelas demais prescrições cerimoniais da Lei, como a circuncisão e a Páscoa e, por outro lado, a Sua indisposição quanto ao sábado que contra Si levantou e acirrou o furor dos judeus.

Insurgiu-se não apenas contra os rabinos que envolveram a observância do sábado com meticulosas e ridículas exigências, oriundas de uma complicada casuística. Não reprovou apenas a observância formal, à letra, do sábado. Insurgiu-se também contra as disposições estabelecidas pela própria Lei Mosaica.

Em Sua disputa com os rabinos jerosolimitanos, provocada pela cura do paralítico de Betesda, como já verificamos, é patente Sua rebeldia contra aquelas prescrições. Seu repúdio ao sábado hebdomadário por considerá-lo cerimonial e inferior à circuncisão.

1) Há, porém, outra passagem, e muito enfática, confirmadora desta assertiva.

Registraram-na os três Sinóticos (Mateus 12:1-8; Marcos 2:23-28 e Lucas 6:1-5).

Logo após a segunda Páscoa do Seu ministério público, atravessava Jesus as searas seguido de Seus discípulos, quando estes “começaram a colher espigas, e a comer” (Mateus - v. 1). Lucas pormenoriza esse gesto: “Os Seus discípulos iam arrancando espigas e, esfregando-as com as mãos, as comiam” (v. 1).

Os fariseus recriminam Jesus: “Eis que os Teus discípulos fazem o que não é lícito fazer num sábado (Mateus 12:2).

Censuravam-nO não porque considerassem os discípulos praticando furto. A Lei permitia arrancar espigas para saciar a fome (Deuteronômio 23:25).

Desaprovavam-nO porque eles as colhiam em dia de sábado.

E realmente os fariseus estavam com a Lei Mosaica. Em Êxodo 34:21 se vetava qualquer colheita: “Seis dias trabalharás, mas ao sétimo dia descansarás; na aradura e na SEGA [= colheita] descansarás”.

Quando o povo peregrinava pelo deserto, Deus o alimentava com o maná celestial. No sexto dia, cada qual recolhia dobrada quantidade, reservando uma parte para o dia posterior, o dia do repouso. Se tomassem esta providência em outros dias, o maná se deteriorava (Êxodo 16:14-31).

Houve, contudo, alguns teimosos e, no dia do repouso, saíram a colher do chão o maná, mas não o acharam e foram incriminados pelo Senhor: “Até quando recusareis guardar os Meus mandamentos e as Minhas leis?” (Êxodo 16:28).

Após haver entregue o Decálogo a Moisés, em que se consubstancia o aspecto moral da Lei, o Senhor prosseguiu apresentando os seus elementos civis e, sobretudo, cerimoniais, ressaltando aqui e ali em Seu relato o elemento moral.

Quanto às prescrições litúrgicas ou cerimoniais destacam-se aquelas sobre as festas anuais, as pormenorizadas normas da construção do tabernáculo, o sacerdócio araônico e suas vestes, os sacrifícios e os ritos da consagração, encerrando, desta feita, Suas declarações acerca da Lei, aludindo ao repouso em cada sete dias (Êxodo 20 a 31).

E nesta ocasião comina a pena máxima aos transgressores: “Portanto guardareis o sábado porque santo é para vós; AQUELE QUE O PROFANAR CERTAMENTE MORRERÁ; porque qualquer que nele fizer ALGUMA OBRA, aquela alma será extirpada do meio do seu povo” (Êxodo 31:14).

Depois de haver entregue a Moisés, de novo, as tábuas da Lei, quanto ao sábado o Senhor confirma a pena capital contra os profanadores deste item cerimonial da Lei. “Todo aquele que fizer obra nele morrerá” (Êxodo 35:2).

Encontra-se, com efeito, um fato de aplicação desta pena contra um homem surpreendido em flagrante a colher lenha no dia de sábado. “Certamente morrerá o tal homem; toda a congregação com pedras o apedrejará para fora do arraial”, foi a inexorável sentença. “Então toda a congregação o tirou para fora do arraial, e com pedras o apedrejaram, e morreu, como o Senhor ordenara a Moisés” (Números 15:35-36).

Os fariseus, testemunhas da violação contra o sábado por parte dos discípulos do Mestre, cobriam-se de razões. Sua advertência a Jesus abrigava-se sob o pálio da Lei.

Aquele homem do passado simplesmente apanhava lenha. Os discípulos do Mestre, acintosos, se excediam: ARRANCAVAM AS ESPIGAS E DEBULHAVAM-NAS. Duas obras vetadas pela Lei exigente de repouso absoluto com a cessação de toda e qualquer atividade, inclusive a de se acender fogo em casa (Êxodo 35:3).

Os fariseus, dentro da Lei, exigiam o seu cumprimento, sem quaisquer exorbitações, mas sim de acordo com a determinação divina a Moisés. Não reclamavam nesta circunstância acerca da transgressão de determinações posteriores acrescentadas pelos teólogos rabinos.

2) - A defesa de Jesus, em pronta intervenção, contudo, postula a violabilidade do sábado por ser apenas um preceito cerimonial da Lei. “Nunca lestes o que fez Davi quando estava em necessidade e teve fome, ele e os que com ele estavam? Como entrou na casa de Deus, no tempo de Abiatar, sumo sacerdote, e comeu os pães da proposição, dos quais

não era lícito comer senão aos sacerdotes, dando também aos que com ele estavam?” (Marcos 2:25-26).

Reportou-se o Mestre ao fato registrado em I Samuel 21:1-6. Quando Davi, com sua escolta, precipitado, fugia da ira de Saul, e chegou extenuado pela fome a Nobe, onde naquela ocasião se encontrava o Tabernáculo. E pediu alimento ao sumo sacerdote. Havia, contudo, somente os pães da proposição. Aqueles doze pães asmos em forma de tortas, como representação das doze tribos, que se renovavam todos os sábados quando se os punham em uma mesa de ouro, à esquerda do altar do incenso.

Em sendo eles uma oferta a Deus e por haver estado uma semana no lugar mais sagrado do santuário, aqueles pães, ao serem removidos, só podiam servir de alimento aos sacerdotes (Levítico 24:5-9).

E Jesus, nesta circunstância, lembra aos denunciadores dos Seus discípulos que o sumo sacerdote não teve dificuldade em entregar os pães sagrados da proposição a Davi e a seus companheiros.

Ora, a Lei terminantemente vetava aos estranhos ao sacerdócio a destinação dos pães da proposição (Êxodo 29:32-33; Levítico 24:9) e a entrada no lugar santo.

Tratava-se, é evidente, de uma prescrição puramente litúrgica.

Ao arrolar em defesa dos discípulos aquela ocorrência do passado, concedendo-lhes um aval perante os doutores de acusação, o Mestre incluiu o sábado semanal entre as prescrições rituais da Lei Mosaica. E nessas condições, violável como qualquer uma delas. Aliás, se o sábado fosse de preceito moral, Cristo teria pecado e oferecido guarida ao pecado porque, no caso das espigas, Ele o violou e autorizou a sua transgressão.

E, mais ainda, se os próprios fariseus admitissem o sábado como preceito moral, teriam replicado a Jesus que Davi havia transgredido uma determinação cerimonial e que os discípulos violavam um preceito moral.

3) - A defesa de Jesus se vale, outrossim, de outro argumento no intuito de inculcar a violabilidade do sábado semanal por ser apenas litúrgico: “Ou não tendes lido na Lei que, aos sábados, os sacerdotes no templo violam o sábado, e ficam sem culpa?” (Mateus 12:5).

É de mister observar-se que o culto no Templo requeria muitas obras servis, como matar os animais e esfolá-los na preparação deles para o sacrifício, bem como manipular ferozmente o fogo. É exatamente aos sábados que o trabalho aumentava porque os holocaustos eram em maior quantidade (Números 28:9-10; Levítico 24:8). E aumentava mais ainda quando a neomênia coincidia com o sábado (Números 28:11-14). Com tudo isso os sacerdotes não infringiam o sábado e os próprios rabinos consideravam mais importante o serviço do Templo do que a

observância daquele dia. A própria Mixná declara: “O culto do Templo sobrepuja o sábado”.

Dispensa-se qualquer profundidade em matéria de jurisprudência para se entender que uma prescrição ritual é inferior a uma moral.

Se hoje alguma igreja estiver celebrando a cerimônia memorial da Ceia do Senhor e havendo já se cumprido a manducação do elemento pão, for o celebrante advertido de que na espécie vinho há veneno adicionado por alguma mão criminosa, ele deve, se não houver outro vinho em condições, sustar a cerimônia. Se a levasse a termo, seria também responsável pelo crime de envenenamento, de atentado de homicídio.

A moral sobrepuja o ritual.

Se os sacerdotes do Antigo Testamento ficavam inculpáveis aos sábados é porque também no Antigo Testamento o sábado semanal era considerado, como prescrição cerimonial, inferior ao exercício litúrgico dos sacerdotes.

Porventura poderiam os sacerdotes violar quaisquer preceitos morais, no Templo, como adulterar, roubar, introduzir estátuas e prestar culto a ídolos? Manter-se-iam isentos de culpa?

O silêncio dos fariseus acusadores confirmou a incontestabilidade dos argumentos de Jesus ensejando-Lhe a luminosa proclamação: “O sábado foi feito por causa do homem, e não o homem por causa do sábado” (Marcos 2:27). “Pois Eu vós digo que está aqui Quem é maior do que o Templo. Mas, se vós soubésseis o que significa: Misericórdia quero, e não sacrifício, NÃO CONDENARÍEIS OS INOCENTES. Porque o Filho do Homem até do sábado é Senhor” (Mateus 12:6-8).

Senhor do sábado, Ele tem autoridade para esclarecer acerca da natureza do sábado, como fez nesta ocasião.

Os nossos destaques servem para sublinhar a sentença absolutória dos discípulos, em defluência da violabilidade do sábado hebdomadário por ser mero elemento cerimonial da Lei.

Transgrediram a Lei quanto à observância do sábado. E Jesus os impronuncia como INOCENTES porque admitia no sábado semanal um simples aspecto cerimonial da Lei.

Jamais Cristo violaria o sábado e nem permitiria que os Seus discípulos o fizessem se fosse ele uma disposição moral da Lei.

Ele não roubou. Ele não adulterou. Ele não matou. Ele não praticou a idolatria. Mas o sábado Ele transgrediu!

III

Deparar-se-á, por acaso, ao longo dos registros evangélicos, alguma outra palavra de Jesus Cristo acerca do sábado semanal?

Encontramo-la!

Discorria o Senhor sobre os fatos trágicos a culminarem com a destruição de Jerusalém quando aos discípulos recomendou: “E orai para que a vossa fuga não aconteça no inverno nem no sábado; porque haverá então grande aflição, como nunca houve desde o princípio do mundo até agora, nem tampouco há de haver” (Mateus 24:20-21).

Supõem os sabadeadores nesta Palavra do Mestre uma escora para a permanência do preceito sabatino na vigência do Novo Testamento e, nesse intuito, alegam três razões:

PRIMEIRA: - O Livro de Mateus foi escrito pelo menos 25 anos após esta declaração. Se a registrou é porque vigia o preceito entre os cristãos.

SEGUNDA: - Jesus se dirigia aos discípulos e não aos judeus incrédulos.

TERCEIRA: - Os discípulos, devendo sobrepor os interesses espirituais aos materiais, naquela conjuntura muito padeceriam ao verem o perigo de ser comprometida a espiritualidade do sábado com os cuidados, apreensões e atropelos da fuga.

A pretensão, contudo, excede a significação da palavra de Jesus tanto mais que essas razões são discordantes de tudo quanto o Mestre disse acerca do assunto.

Não é pelo fato de haver Mateus escrito o seu livro cerca de 25 anos após e nele anotado aquela recomendação de Cristo que os cristãos guardavam o sábado.

Se essa razão fosse válida estaríamos celebrando também a Páscoa judaica, porquanto Lucas, que escreveu a sua obra depois de Mateus, registrou a determinação do Mestre aos Seus discípulos Pedro e João: “Ide, preparai-nos a Páscoa, para que a comamos” (Lucas 22:8).

Jesus Cristo jamais disse qualquer palavra em desabono da prática ritual mosaica da Páscoa, enquanto que se revelou infrator do sábado.

Se o Seu conselho da oração para não se dar a fuga no dia de sábado foi feito aos discípulos, a determinação de se preparar a Páscoa também foi dada aos mesmos discípulos e não a judeus incrédulos.

A terceira razão, de semelhante forma, se desvanece como fiapo de nuvem porque em circunstâncias bem menos sérias do que a da fuga de Jerusalém, como a da colheita das espigas, Jesus defendeu a violação do sábado.

Como exigiria Ele dos discípulos a permanência em Jerusalém sitiada e atacada pelos inimigos destruidores? Que suportassem todas as aflições, que se deixassem sacrificar em atendimento à Lei?

Estaria Ele, porventura, em consonância com a sua tese luminosa da superioridade do homem diante do sábado? (“O sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado”).

Seria uma crueldade em conflito, aliás, com Seus ensinamentos e Seu comportamento para com o sábado.

Recomendara aos discípulos: “E orai para que a vossa fuga não aconteça no inverno nem no sábado”. Por que semelhante necessidade de orar?

Nem tantos tratos à bola se precisam dar se se deseja entender a razão dessa necessidade.

Escapando às indizíveis calamidades do cerco de Jerusalém pelas legiões romanas, teriam contra si a indignação furiosa dos seus próprios patrícios ainda agarrados à observância sabatina para a qual a casuística rabina limitava a uns mil e trezentos metros de caminhada.

A intolerância dos judeus para com os transgressores do sábado era notória e assaz saliente. Deliberaram matar Jesus Cristo só porque Ele curara no sábado o homem da mão mirrada (Marcos 3:6) e o paralítico de Betesda (João 5:15-16). Por isso, os próprios discípulos eram reconhecidos como seguidores dAquele que transgredira acintosamente o sábado e, com isso, acirrara o ódio dos chefes fariseus contra Si.

Se a fuga ocorresse num sábado, os discípulos teriam que andar mais do que um quilômetro e trezentos e poucos metros, a distância máxima estabelecida pelos rabinos. E este fato carregaria a indignação dos judeus incrédulos contra eles. Estes, em consequência, encontrariam, fora de Jerusalém, a morte violenta de que escaparam dentro dos seus muros.

O conselho de Jesus fora dado poucos dias antes de Sua morte, cuja sentença tinha como uma das causas jurídicas, a Sua franca discordância do sábado. Com a Sua mente voltada, pois, para a intolerância e para o fanatismo dos judeus é que recomendou aos Seus discípulos o recurso da oração, tendo em vista o livramento de semelhante conjuntura.

.oOo.

A LEI

Em decorrência do comportamento de Jesus Cristo para com a prática do sábado, nesta segunda parte examinaremos a Sua missão para com a Lei, pesquisando-se à luz das Sagradas Escrituras a incumbência da própria Lei, o posicionamento do pecador diante dela e a atuação ou influência dela sobre o crente evangélico.

Esta análise objetiva a tese relacionada com a extinção do sábado hebdomadário que, no conjunto das “SOMBRAS”, foi vencido e superado.

JESUS E A LEI

“Havendo Deus antigamente falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, a nós falou-nos nestes últimos dias pelo Filho. Portanto, convem-nos atentar com mais diligência para as coisas que já temos ouvido, PARA QUE EM TEMPO ALGUM NOS DESVIEMOS DELAS” (Hebreus 1:1; 2:1).

Se “a lei é espiritual”, se “a lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom” (Romanos 7:14, 12), qual tera sido a conduta de nosso Senhor Jesus Cristo para com a Lei? Ele, a consumação da revelação Divina, nos oferecerá lições acerca da matéria. Acatemo-las “PARA QUE EM TEMPO ALGUM NOS DESVIEMOS DELAS”.

Em cinco tópicos verificaremos que, “nascido sob a Lei”, obedecendo e mandando que se obedeça a Lei, com Ele a Lei foi cravada na cruz.

JESUS PERANTE A LEI

1) - ELE NASCEU SOB A LEI. “Mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou Seu Filho, nascido de mulher, NASCIDO SOB A LEI” (Gálatas 4:4).

A preposição SOB no original grego é HUPÓ e denota sujeição ao poder de uma pessoa, ou de uma coisa ou de uma situação.

Em Mateus 8:9 encontramos uma ótima ilustração na palavra do centurião de Cafarnaum para explicar esse significado de HUPÓ: “Pois também eu sou homem sob [= HUPO, = DEBAIXO DE] autoridade, e tenho soldados às minhas ordens [= HUPO, = DEBAIXO DE] e digo a este: Vai, e ele vai; e a outro: Vem, e ele vem; e ao meu criado: Faze isto e ele faz”.

Aquele homem, como militar centurião, encontrava-se sob a autoridade do Império Romano, que envolvia leis, regulamentos e penalidades. E, de semelhante maneira, seus subalternos se achavam sob a sua autoridade.

Jesus nasceu sob a Lei, estando, portanto, sujeito ao indivisível sistema legal de Moisés, que incluía também os sacrifícios, os ritos de purificação e as penalidades.

“Sob a Lei”, aos oito dias foi circuncidado (Lucas 2:21; Gênesis 17:12; Levítico 12:3), apresentado no Templo de Jerusalém, segundo a Lei, por ser o primogênito (Lucas 2:22; Levítico 12:2-4, 6; Êxodo 13:2;

22:29; 34:19; Números 3:13; 8:17; 18:15) e ofereceu o sacrifício de um par de rolas, “segundo o disposto na Lei do Senhor” (Lucas 2:24; Levítico 12:2, 6, 8).

Aos doze anos, por haver “nascido sob a Lei”, outra vez, conduziram-no ao Templo “e, quando acabaram de cumprir tudo segundo a Lei do Senhor, voltaram à Galileia” (Lucas 2:39).

2) - Jesus Cristo, tendo “nascido sob a Lei”, CONFIRMA A INVIOABILIDADE OU A INABROGABILIDADE E A UNIDADE DELA.

Em partes do Seu Sermão da Montanha Ele interpreta a Lei de Moisés, sublinhando-lhe o significado original e profundo.

Quanto à sua inviolabilidade, Ele assegura: “Não cuideis que vim destruir a Lei ou os profetas: não vim abrogar, mas cumprir. Porque em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til se omitirá da Lei, sem que tudo seja cumprido. Qualquer, pois, que violar um destes mais pequenos mandamentos, e assim ensinar aos homens será chamado o menor no Reino dos Céus; aquele, porém, que os cumprir e ensinar será chamado grande no Reino dos Céus” (Mateus 5:17-19).

A Lei é inabrogável até em seus ínfimos pormenores: jota ou til. Lucas anotou a enfática declaração do Mestre: “É mais fácil passar o céu e a terra do que cair um til da Lei” (16:17).

Jesus não veio substituí-la. As mudanças que Ele faz são no sentido do cancelamento de certas concessões motivadas pela dureza do coração humano, como no caso do divórcio (Mateus 5:31-32; 19:8).

A Sua condenação à quebra de qualquer dos mandamentos, embora dos menores, é feita em palavras claras.

3) - A UNIDADE DA LEI em todas as suas prescrições (moral, cerimonial, civil etc.) e em suas penalidades é sustentada com toda a evidência no mesmo Sermão.

O elemento moral ocupa a maior parte da mensagem. O cerimonial se evidencia nos vv. 23 e 24 do capítulo 5: “Se trouxeres a tua oferta ao altar, e ali te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa ali diante do altar a tua oferta, e vai reconciliar-te primeiro com teu irmão, e depois vem e apresenta a tua oferta”. No contexto do legalismo mosaico, a Sua linguagem é toda judaica consentânea com os ritos da Lei. Por isso menciona o “altar” e a “oferta”, da terminologia cerimonial, como fatos em vigência.

No Sermão do Monte é, outrossim, clara a menção ao elemento civil da Lei Mosaica. Em 5:21, 25, a alusão, na contextura da jurisprudência civil judaica, a “juízo” e a “juizes” lembra Deuteronômio 16:18. O “sinédrio” memorado no v. 22 é a referência ao grande tribunal jerosolimitano.

Nesse Sermão, deparamo-nos também com a consideração por parte de Jesus à inviolabilidade das penas da Lei, o que confirma a sua unidade. A forma de governo da Judeia era a teocrática e, em consequência, a autoridade civil se confundia com a autoridade religiosa e as penalidades da Lei abrangiam sanções temporais e eternas.

Assim, em Mateus 5:25-26 há alusão às sanções temporais: “Concilia-te depressa com o teu adversário, enquanto estás no caminho com ele, para que não aconteça que o adversário te entregue ao juiz; e o juiz te entregue ao oficial, e te encerre na prisão. Em verdade te digo que de maneira alguma sairás dali enquanto não pagares o último ceitil”.

E, em 5:22, 29-30, o Mestre lembra aos infratores da Lei as penalidades eternas do inferno: “E qualquer que lhe disser: louco, será réu do fogo do inferno. Portanto, se o teu olho direito te escandalizar, arranca-o e atira-o para longe de ti, pois te é melhor que se perca um dos teus membros do que seja todo o teu corpo lançado no inferno. E, se a tua mão direita te escandalizar, corta-a e atira-a para longe de ti, porque te é melhor que um dos teus membros se perca do que seja todo o teu corpo lançado no inferno”.

Paulo Apóstolo é o teólogo por excelência do Evangelho. Com profundidade ele captou o ensino de Jesus. E em seus dois máximos documentos, a Epístola aos Romanos e a aos Gálatas, a Lei aparece como uma íntima unidade. Alude às prescrições cerimoniais, como a circuncisão (Romanos 2:28; 3:1; Gálatas 2:3, 7; 5:6), mas, no contexto, entende a Lei em seu conjunto onde as disposições morais se demonstram em primeiro plano. Com efeito, como resumo da Lei, evoca o preceito “não cobiçar” (Romanos 7:7) e, ao mencionar a transgressão da Lei, pensa nas transgressões de suas disposições morais (Romanos 2:13-29).

Essas duas Epístolas, outrossim, foram endereçadas a crentes oriundos da gentildade que jamais estiveram sob a obediência às prescrições cerimoniais do sistema judaico.

É supina má fé afirmar-se ser a Lei mencionada nesses documentos simplesmente de conteúdo cerimonial.

Embora o Apóstolo às vezes aluda às prescrições rituais (e sempre que o faz o faz especificando, como, por exemplo, a circuncisão) quando se refere à Lei em sentido genérico quer mencionar o seu aspecto moral.

Supor-se, portanto, uma divisão da Lei Mosaica em lei moral, lei cerimonial, lei higiênica etc., é ir de encontro aos ensinamentos de Jesus e equivale a admitir a sua abrogabilidade.

JESUS OBEDECE A LEI

Em Sua declaração: “Não cuideis que vim destruir a Lei ou os profetas; não vim abrogar, mas cumprir” (Mateus 5:17), é certo, inclui a obediência.

Obediente à Lei, foi circuncidado ao oitavo dia, assistia às festas anuais, celebrava a Páscoa, abstinha-se de carne de porco.

João, o Batista, opôs-se-Lhe ao batismo e Jesus contestou-lhe: “Deixa por agora, porque assim nos convem cumprir TODA A JUSTIÇA” (Mateus 3:15).

A JUSTIÇA aludida nesta oportunidade é, sem sombra de dúvida, a imposta pela Lei. Com efeito, o batismo de João baseava-se no banho em água determinado para o imundo (Números 19:19). Ao sujeitar-se ao rito batismal, cumpriu Jesus a JUSTIÇA porque, embora sem a imundícia pessoal do pecado, Ele quis se identificar com o pecador.

Submeteu-se Jesus à Lei, em todos os seus elementos, e com toda a obediência, porquanto “nEle não existe pecado” (I João 3:5).

Aliás, de certa feita, Ele próprio reptou os Seus adversários: “Quem dentre vós Me convence de pecado?” (João 8:46).

ELE ORDENA QUE SE OBEDEÇA A LEI

No texto de Mateus 5:17-19, páginas anteriores transcrito, Jesus inculca essa obediência à Lei em todos os seus elementos. Da simples leitura do texto se infere essa conclusão.

Ao exigir do “moço de qualidade” que, se quisesse entrar na vida guardasse os mandamentos, apresenta-lhe o elemento moral da Lei (Mateus 19:17-19).

Ao mandar o leproso curado mostrar-se ao sacerdote e apresentar a oferta que Moisés determinara (Mateus 8:4), revela que Ele exigia também a obediência do aspecto cerimonial da Lei.

Nenhuma resistência opôs quando de Sua prisão no Getsêmane e até repreendeu Pedro por sacar da espada e ferir um dos soldados (Mateus 26:47-52), requerendo-lhe sujeição à autoridade civil (Êxodo 22:28).

JESUS CUMPRIU A LEI

Jesus “nascido sob a Lei” (Gálatas 4:4), confirmou a sua inabrogabilidade e a sua unidade, obedeceu todas as suas prescrições (exceto a do sábado), determinou obediência a ela e também a CUMPRIU.

Leiamos de novo o texto do Sermão do Monte quando Jesus assegurou: “Não cuideis que vim destruir a Lei ou os profetas: não vim abrogar, mas cumprir. Porque em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til se omitirá da Lei, sem que tudo seja cumprido” (Mateus 5:17-18).

Detenhamo-nos, pois, em análise mais metódica sobre ele por se constituir em trincheira dos supostos cumpridores do sábado.

1) - O texto deve ser examinado em seu todo. Se alguém separar os dois versículos, deixando à parte o v. 18, como, de resto, fazem os observantes do sábado hebreu, pode ter uma noção muito diferente daquilo que Cristo disse. Uma ideia oposta à Sua afirmação.

Ele disse que não veio destruir a Lei ou os profetas. Disse que veio cumprir.

E, para destacar o valor soberano de Sua missão quanto à Lei, afirmou a sua indestrutibilidade até ser cumprida. Quem veio cumprir a Lei?

Jesus Cristo!

E só Jesus Cristo pode cumpri-la!

Portanto, depois de ser por Ele cumprida, ficou cumprida.

A frase: “Até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til se omitirá da Lei” é um provérbio semítico que significa: “NUNCA” ou “ENQUANTO EXISTIR O MUNDO”.

É cristalina a ideia de Jesus. Enquanto existir o mundo, nada se omitirá da Lei porque ela será cumprida. Isto é, a Lei tem que ser cumprida em sua integridade. Ela não pode deixar de ser cumprida, como as profecias também não podem deixar de ser cumpridas.

Nada se omitirá da Lei! E das profecias! E pronto?

Jesus parou aí?

Ocultando-se o final do v. 18, trunca-se o pensamento do Mestre.

Ele assegurou que, enquanto existir o mundo, isto é, nunca, nada se omitirá da Lei, “SEM QUE TUDO SEJA CUMPRIDO”.

Sendo cumprido tudo da Lei, evidentemente, deixa ela de ter razão de ser.

Até a morte de Cristo encontrava-se ela em vigor. Com a Sua morte e a Sua ressurreição a Lei foi por inteiro cumprida.

Ele não veio abrogá-la, sem cumpri-la.

Cumpriu-a em plenitude ao ser cravado na cruz, quando Deus com Ele cravou também a Lei na mesma cruz (Colossenses 2:13-14).

Em Mateus 11:13 há uma outra palavra de Cristo concorde com a anotada em Mateus 5:17-18. Ele afirma: “Todos os profetas e a LEI profetizaram até João”.

A expressão “os profetas e a Lei” quer dizer: O Velho Testamento. O ministério do precursor, ao proclamar a aproximação do Reino de Deus,

encerra o Antigo Pacto como preparação para a plenitude dos tempos. É neste sentido que o Mestre disse em Lucas 16:16: “A LEI e os profetas [duraram] até João; desde então é anunciado o Reino de Deus”.

A Lei e as profecias (ou seja, o Antigo Testamento inteiro) falavam dEle.

Aos incrédulos caminantes de Emaús esclareceu que nEle se cumpriram a Lei e os profetas (Lucas 24:27).

Cumprida por Cristo (e só Ele poderia cumpri-la), a Lei foi por Cristo abolida.

Paulo Apóstolo assim entendeu quando salientou em II Coríntios 3:14, que o Velho Testamento “foi por Cristo abolido”.

O Velho Testamento ou o Velho Concerto, o Pacto das Obras, aludido por Paulo neste tópico de sua Epístola se sinonimiza com a “Lei e os profetas” da palavra de Cristo em Mateus 5:17-18. Aliás, no contexto da locução de Paulo se destaca sobretudo a Lei, o Testamento da Letra, com o seu ministério da morte, “gravado com letras em pedra” (II Coríntios 3:7), testamento esse outorgado através de Moisés.

Cristo disse que não veio abrogar ou abolir a Lei. E Paulo Apóstolo disse que o Velho Testamento, a Lei, “foi por Cristo abolido”. Contradizem-se os dois?

Evidentemente, não!

Segundo Jesus, a Lei não passaria sem antes ter sido cumprida. Em sendo cumprida por Ele e nEle, ela foi abolida. No Antigo Testamento (= a Lei e os profetas) se adensavam as sombras e figuras do porvir. Cristo, a própria realidade, aperfeçoou e cumpriu tudo quanto dEle estava escrito (I Coríntios 10:6, 11).

É de se lamentar o fato de estar o véu da face de Moisés posto sobre o coração dos observantes do sábado (II Coríntios 3:13, 15). “Mas, quando se converterem ao Senhor, então o véu se tirará” (II Coríntios 3:16). É o nosso anelo!

É o nosso ardente desejo “porque o precedente mandamento abrogado por causa de sua fraqueza e inutilidade (pois a Lei nenhuma coisa aperfeçoou)” (Hebreus 7:18-19).

2) - A compreensão dos vocábulos à luz das Sagradas Escrituras nos leva ao completo esclarecimento da Palavra de Jesus em Mateus 5:17-18.

No grego original do v. 17 encontro repetido duas vezes o verbo KATALUO que Jerônimo, na sua Vulgata, traduziu em latim: SOLVERE, que Antonio Pereira de Figueiredo e Matos Soares verteram para o nosso vernáculo por DESTRUIR e que João Ferreira de Almeida no primeiro hemistíquio do v. 17 traduziu por DESTRUIR e no segundo por ABROGAR.

Ora, esse verbo KATALUO é encontrado pelo menos 17 vezes no Novo Testamento (das cinco vezes que Mateus o emprega, duas estão nesse v. 17).

É, outrossim, usado com quatro significados:

1° - No sentido de revolver (pedras) em Mateus 24:2; Marcos 13:2 e Lucas 21:6, quando Jesus discorria acerca da destruição do Templo, evento que não permitiria ficasse pedra sobre pedra.

2° - No sentido de destruir (edifício) em Mateus 26:61; 27:40; Marcos 14:58; 15:29; Atos 6:14, consoante a palavra de Cristo no sentido de destruição do Templo, figura do Seu Corpo. Neste sentido é ele usado metaforicamente em Romanos 14:20; II Coríntios 5:1 e Gálatas 2:18.

3° - No significado de privar de sua eficácia, em Atos 5:38-39 no conselho de Gamaliel.

4° - No significado de tornar irritado, de rescindir, de abrogar, é achado as duas vezes em Mateus 5:17.

Abrogar quer dizer: cassar (lei ou privilégio), suprimir, pôr fora de uso.

Abrogar significa tornar nulo um contrato, rescindindo-o por falta de cumprimento de alguma de suas cláusulas.

Se um inquilino, por exemplo, subloca a casa locada, contrariando a cláusula contratual que lhe veta semelhante ato, o contrato está rescindido ou abrogado por completo. Inclusive as cláusulas que foram respeitadas.

Abroga-se uma lei quando se a cancela, quando se a destrói, SEM CUMPRI-LA, e isto por qualquer motivo, inclusive por se haver tornado inexecutável.

Quando o ímpio peca, atinge frontalmente TODA a Lei de Deus. E, em consequência, torna-se réu por havê-la violado em todos os seus preceitos (Tiago 2:10).

Jesus não veio abrogar ou rescindir a Lei. Não veio torná-la irritada, nula. Nem suprimi-la. Não veio pô-la fora de uso como algum dos fariseus poderia imaginar vendo-O desligado das injunções religiosas causadas pela tradição rabínica.

Não veio invalidá-la. Por isso, neste v. 17, Mateus não adota o verbo AKUROO por ele empregado em 15:6 (Marcos 7:13) quando Jesus invectivava o povo: “E assim INVALIDASTES, pela vossa tradição, o mandamento de Deus”.

NEle a Lei se tornou plenamente executável. Válida. Aliás, só Ele pôde satisfazê-la na sua totalidade. Portanto, somente Ele pode enaltecê-la. Cumprindo-a, aboliu-a.

3) - Outro verbo muito importante do texto mateano em estudo é PLEROO, encontrado por mais de 50 vezes nos livros do Novo Testamento.

Mateus adota-o 16 vezes.

Jerônimo no latim da sua Vulgata traduziu-o por ADIMPLERE, que Figueiredo e Matos Soares verteram por CUMPRIR, aceito também por Almeida.

Em que sentido Jesus Cristo cumpriu a Lei?

Como se houvesse cumprido uma sentença? Um degredo? Ou uma penitência? Sujeitando-se a ela?

Como se houvesse tornado efetivas as prescrições de toda a Lei, inclusive as cerimoniais?

Não!

Ele cumpriu a Lei como cumpriu as profecias.

Ele cumpriu a Lei e as profecias executando-as, realizando-as, satisfazendo-as. Circuncidou-Se, foi apresentado no Templo, absteve-Se de carne de porco, compareceu às festas anuais.

Ele, porém, veio cumprir (= PLEROO) a Lei e os profetas de uma maneira muito mais exuberante.

Não guardou os mandamentos como aquele moço rico observou parte deles (Mateus 1:16-20).

A nossa versão CUMPRIR é muito fracadante da ênfase do verbo grego PLEROO.

Em Lucas 2:40 é usado para nos informar que Jesus Se enchia de sabedoria. Em Lucas 3:5, lemos: “Todo o vale se encherá”. Em João 12:3: “E encheu-se a casa do cheiro do unguento”. Em João 15:1: “E o vosso gozo seja completo”. Em Efésios 3:19 para desejar que “sejais cheios de toda a plenitude de Deus”. Em Efésios 5:18: “Enchei-vos do Espírito”. Em Filipenses 1:11: “Cheios de frutos de justiça”. Em Colossenses 1:9: “Sejais cheios do conhecimento”.

Nas Escrituras Novotestamentárias encontram-se duas palavras da família desse verbo: PLEROPHORIA e PLEROMA.

A compreensão do significado delas muito contribui para o entendimento completo do verbo PLEROO.

PLEROPHORIA quer dizer o levar-se uma coisa a plena perfeição. À plenitude (I Tessalonicenses 1:5: “muita certeza”; Hebreus 6:11: “completa certeza”; Hebreus 10: 22: “Plena certeza da fé”).

PLEROMA significa tanta abundância até transbordar. Opulência plena.

Esse vocábulo é encontrado, dentre outros lugares, em Marcos 6:43: “doze cestos cheios”; em João 1:16: “da Sua plenitude”; em Romanos 15:25: “a plenitude dos gentios”; em Romanos 15:29: “a plenitude da bênção”; em Efésios 1:23: “a plenitude dAquele que

cumpra tudo em todos”; em Efésios 3:19 (no mesmo versículo onde está o verbo PLEROO): “para que sejais cheios de toda a plenitude de Deus”; em Colossenses 1:19: “toda a plenitude habitasse nEle”; em Colossenses 2:9: “nEle habita corporalmente toda a plenitude da Divindade”.

Ao lume do significado de exuberância total desses vocábulos, entendemos melhor o sentido do verbo PLEROO.

Jesus veio plenificar ou “plenitudificar” (= PLEROO) a Lei, justificando-nos pela fé porque à Lei tornara-se impossível essa obra. “Se dada fosse uma Lei que pudesse vivificar, a justiça, na verdade, teria sido pela Lei” (Gálatas 3:21).

4) - PLEROO é ainda aplicado pelos escritores sagrados quando registram a realização ou a efetivação das profecias em Jesus Cristo.

“E esteve lá [no Egito] até a morte de Herodes para que se cumprisse o que foi dito da parte do Senhor pelo profeta, que diz: Do Egito chamei Meu Filho” (Mateus 2:15). “E chegou e habitou numa cidade chamada Nazaré, para que se cumprisse o que fora dito pelos profetas: Ele será chamado Nazareno” (Mateus 2:23). “E disse-lhes: São estas as palavras que vos disse estando ainda convosco: Que convinha que se cumprisse tudo o que de Mim estava escrito na Lei de Moisés, e nos profetas e nos salmos” (Lucas 24:44). “Porque isto aconteceu para que se cumprisse a Escritura que diz: Nenhum dos Seus ossos será quebrado” (João 19:36). “Por não terem conhecido a Este, os que habitavam em Jerusalém e os seus príncipes, condenaram-nO, cumprindo assim as vozes dos profetas que se leem todos os sábados” (Atos 13:27).

São estes alguns exemplos das muitas vezes que o verbo PLEROO é empregado ao longo do Novo Testamento para significar que em Jesus Cristo se cumpriram as profecias ou que Jesus Cristo cumpriu as profecias.

Cumpridas as profecias, já se realizaram. Deixaram propriamente de ser profecias. Hoje ninguém mais vai esperar que Jesus, como homem, nasça de uma virgem, nem que seja crucificado. Como profecias, portanto, em se consumando seus vaticínios, caducaram.

Pois bem, em Mateus 5:17 Jesus afirma que veio cumprir a Lei e os profetas. Assim como Ele não veio destruir a Lei e os profetas, Ele não veio abrogar a Lei como não veio abrogar os profetas.

Se as profecias, pelo fato de terem sido por Ele cumpridas, foram plenificadas, de igual maneira ocorre com a Lei.

Pelo fato de terem sido cumpridas as profecias tiveram o seu fim, a Lei também em Cristo teve o seu fim (Romanos 10:4).

É de se notar, outrossim, que nEle se cumpriu a Lei com todas as suas prescrições morais.

No Sermão da Montanha, de resto, Ele retificou aspectos das normas morais, enquanto ratificou com o Seu exemplo, excetuando-se o sábado, as cerimônias rituais, embora com a Sua morte também estas caducaram.

Em satisfazendo a Lei é que o fim dela é Jesus Cristo “para justiça de todo aquele que crê” (Romanos 10:4).

Cristo cumpriu, “plenitudificou” a Lei porque nEle ela teve seu fim, o seu termo, em defluência de ser Jesus Cristo, ao cumpri-la como ao cumprir as profecias, a sua plenitude. Consumada, deixou a Lei de ter razão de ser para o crente nEle. “Já não estamos debaixo da Lei” (Gálatas 3:25). “Se sois guiados pelo Espírito, não estais debaixo da Lei” (Gálatas 5:18).

Se o crente em Jesus Cristo não está debaixo ou sob a Lei por havê-la o Senhor cumprido, consumado, plenificado, ela nada mais lhe diz.

Em decorrência de haver Jesus Cristo cumprido em plenitude a Lei, o Velho Testamento, do qual a Lei era a máxima expressão, “foi por Cristo abolido” (II Coríntios 3:14).

Em Hebreus 7:18 Paulo Apóstolo volta a tratar do assunto da extinção da Lei ao exaltar o Sacerdócio de Jesus Cristo. “E muito mais manifesto é ainda se à semelhança de Melquisedeque se levantar outro sacerdote, que não foi feito segundo a lei do mandamento carnal, mas segundo a virtude da vida incorruptível. Porque dEle assim se testifica: Tu és Sacerdote eternamente, segundo a ordem de Melquisedeque. Porque o PRECEDENTE MANDAMENTO É ABROGADO POR CAUSA DE SUA FRAQUEZA E INUTILIDADE (POIS A LEI NENHUMA COISA APERFEIÇOOU)” (Hebreus 7:15-19).

O verbo abrogar deste texto é muito mais forte do que o usado em Mateus 5:17.

Paulo, neste passo, não usou KATALUO de Mateus 5:17. Empregou ATHETESIS que, por ter o sentido de ANIQUILAR, é muito mais vigoroso.

Aliás, este verbo é aplicado apenas duas vezes em todo o Novo Testamento. E ambas na Epístola aos Hebreus. Uma em 7:18 acima transcrito e a outra em 9:26.

Exibimos também este último versículo em cujo contexto Paulo discorre acerca da toda a suficiência e da unicidade do Sacrifício de Cristo, para comprovar o seu vigor: “Doutra maneira, necessário lhe fora padecer muitas vezes desde a fundação do mundo; mas agora na consumação dos séculos uma vez se manifestou, para ANIQUILAR O PECADO pelo sacrifício de Si mesmo”.

Se o pecado foi aniquilado, a Lei, de igual maneira foi aniquilada pelo sacrifício de Jesus Cristo, o Sacerdote do Novo Testamento.

Na Epístola aos Colossenses há outro texto de preciosidade inexcelsível sobre o estudo em tela.

‘E, quando vós estáveis mortos nos pecados, e na incircuncisão da vossa carne, vos vivificou juntamente com Ele, perdoando-vos todas as ofensas, havendo RISCADO A CÉDULA que era contra nós nas suas ORDENANÇAS, a qual de alguma maneira nos era contrária, e a TIROU do meio de nós, CRAVANDO-A na cruz” (2:13-14).

Dois vocábulos dessa Escritura precisam ser estudados: CÉDULA e ORDENANÇAS.

1) - A palavra KEIROGRAPHON do v. 14 (única vez adotada no grego original de todo o Novo Testamento), traduzida por CÉDULA, em sua etimologia, significa ATA, MANUSCRITO, AUTÓGRAFO.

Por não encontrar no latim popular do seu tempo um vocábulo que o vertesse, Jerônimo simplesmente a transliterou na Vulgata: CHIROGRAPHUM. Matos Soares, de sua parte, também não achou em português um vocábulo que o traduzisse. Imitou Jerônimo: transliterou também por QUIRÓGRAFO.

À época de Paulo, KEIROGRAPHON exprimia com precisão um DOCUMENTO PELO QUAL ALGUÉM RECONHECIA SEU DÉBITO DE DINHEIRO A OUTREM, UM OBRIGAÇÃO PASSADA POR UM DEVEDOR.

Era um escrito de dívida, uma espécie de nota promissória atual ou uma duplicata.

E é este o sentido dessa palavra CÉDULA (= KEIROGRAPHON) nesta passagem, exigido, aliás, pelo próprio contexto.

O KEIROGRAPHON (= CÉDULA), a nota promissória do nosso débito insolvente posta “contra nós” nas Mãos de Deus, o nosso CREDOR.

Em Cristo, Deus, o nosso CREDOR, cravou na cruz esse KEIROGRAPHON, riscando-o, anulando-o, do nosso débito, tornando a escrita da dívida sem efeito.

Há ainda comerciantes que, quando pagas, cravam num prego afixado na parede ou num prendedor feito à semelhança de uma pequena mão, as notas promissórias ou as duplicatas com um risco em forma de L para lembrar sua liquidação.

KEIROGRAPHON é uma metáfora da Lei Mosaica, sobretudo em seu aspecto moral, que nos fazia grandes e insolventes devedores, porquanto, ao proibir o pecado, fazia-o, contudo, mais abundante, escravizando-nos e levando-nos à morte (Romanos 5:20; 7:5-13; II Coríntios 3:6; Gálatas 5:1).

Em Efésios 2:15 encontra-se, por paralelismo, outra referência à Lei Mosaica como um documento implacável por nos acusar (DOGMASIN). Deus o desfez, tirou-o do nosso meio, matando-o na

Carne de Jesus Cristo, nosso Senhor. E em Colossenses 2:14, segundo a metáfora do KEIROGRAPHON (= CÉDULA), Jesus deu cabal satisfação da Lei por haver nEle tal documento sido por Deus cravado na cruz.

Aquela sentença de morte contra nós proveniente da Lei, foi, com a morte de Cristo, cancelada porque, em tendo “nascido sob a Lei” (Colossenses 4:4), Deus O fez “pecado” e “maldito” a fim de, em Sua Pessoa, riscar o documento que nos condenava (II Coríntios 5:21; Gálatas 3:13).

Como fim ou termo da Lei, Cristo, ao tomar “por nós” (Gálatas 3.13) sobre Si as maldições da Lei, Ele, cumprindo a Lei, nos libertou da maldição da mesma Lei e, em consequência, da própria Lei.

É relevante uma observação! Não abrogou Ele a Lei como se antes dEle ela houvesse se constituído em recurso da salvação. Abrogou-a Deus ao cravá-la na cruz como simples norma vinculante na vigência do Novo Testamento.

2) - O vocábulo plural ORDENANÇAS adotado por Almeida no texto de Colossenses 2:13-14 retrotranscrito, em hipótese alguma se restringe às cerimônias judaicas.

Os modernos cumpridores do sábado, na esteira da exegese católica, defendem o ponto de vista de na palavra ORDENANÇAS figurar a sistemática litúrgica do Antigo Testamento composta de uma multidão de ordenações rituais, sendo ela (e somente ela) cravada na cruz com a permanência em vigor das disposições morais da Lei. Dizem que Deus cravou na cruz a “lei cerimonial” apenas. A “lei moral” não. (Entreaspemos a “lei cerimonial” e a “lei moral” porque essa distinção defendida pelos sabadeadores não tem suporte bíblico).

a) - A questão é com muita facilidade dirimida se recorrermos ao grego, o idioma original do Novo Testamento.

DOGMASIN, cujo nominativo singular é DOGMA e cujo genitivo do mesmo número é DOGMATOS, quer dizer DECRETO ou RECEITO.

Jerônimo, no latim da sua Vulgata, neste ponto foi feliz ao registrar: “CHIROGRAPHUM DECRETI”.

Encontramo-lo no texto grego cinco vezes. Em Lucas 2:1 em alusão ao decreto do recenseamento; em Atos 16:4 em referência aos decretos do Concílio de Jerusalém; em Atos 17:7 em menção aos decretos de César; em Efésios 2:15 em relação aos decretos ou imposições da lei dos mandamentos; e em Colossenses 2:14 que é o texto do nosso exame.

Em Colossenses 2:20 deparamo-nos com a forma verbal DOGMATIZOMAI.

Se se tratasse de ordenanças rituais o texto teria se valido do termo DIKAIOMA aplicado no plural DIKAIÓMATA com este sentido ao aludir a cerimônias judaicas em Hebreus 9:1, 10. Ou ter-se-ia valido do vocábulo ETHOS que significa rito e costumes, encontrado em Lucas

1:9; João 19:40; Atos 6:14; 15:1 (onde especificamente se refere ao rito da circuncisão); 16:21; 21:21; 25:16; 26:3; 28:17 e Hebreus 10:25).

Mediante esta análise, conclui-se que o termo plural “ORDENANÇAS” da versão de Almeida em lugar de “DECRETO” de outras traduções alude aos preceitos morais da Lei e não aos cerimoniais.

b) – Há, outrossim, um destaque valiosíssimo a se frisar. A Epístola aos Colossenses destinara-se aos cristãos gentios de Colossos, da Província da Frígia, na Ásia Menor. Dirigia-se, portanto, a cristãos procedentes da gentilidade, incircuncisos na carne (v. 13), isentos das disposições litúrgicas da Lei. Sabemos, contudo, que apenas os judeus estavam sujeitos ao cerimonialismo centralizado no Templo de Jerusalém.

As “ORDENANÇAS” aludidas em Colossenses 2:14, sem sombra de dúvida, são os mandamentos ou postulados morais da Lei.

c) - A leitura atenta do texto também nos convence de referir-se a palavra “ORDENANÇAS” aos preceitos morais (e não cerimoniais) da Lei. Note-se, com efeito, o v. 13: “E, quando vós estáveis mortos nos pecados, e na incircuncisão da vossa carne, vos vivificou juntamente com Ele, perdando-vos todas as OFENSAS”.

Se os gentios incircuncisos não estavam sob a sistemática cerimonial judaica, suas ofensas não eram causadas pela transgressão dos preceitos cerimoniais. As ofensas procediam, portanto, das suas transgressões contra as disposições morais da Lei. E Deus os perdoou havendo riscado a cédula que era contra eles nos seus decretos, ou preceitos; ou mandamentos morais. E não cerimoniais,

d) – Também à luz da Carta aos Hebreus inadmissível o entender-se a expressão DÓGMASIN (= DECRETOS ou ORDENANÇAS) como elementos simplesmente cerimoniais.

Com efeito, no contexto litúrgico do judaísmo salientava-se o sacerdócio levítico.

Os próprios observantes do sábado hebdomadário, de resto, concordam em ser aquele sacerdócio parte da sistemática cerimonial. Não o admitem como “lei moral”.

A leitura do Pentateuco, sobretudo dos seus livros Levítico e Números, nos convence do fato de se erguer todo o ritualismo judaico sobre o sacerdócio levítico ou araônico.

Ora, foi sob esse sacerdócio que o judeu recebeu a Lei. A Lei que não aperfeiçoou coisa alguma (Hebreus 7:19).

O sacerdócio levítico ou segundo a ordem de Arão, de sua parte, conquanto oferecesse dons e sacrifícios também nada aperfeiçoou (Hebreus 9:9), “porque a Lei constituiu sumos sacerdotes a homens fracos” (Hebreus 7:28).

Mudou-se o sacerdócio ao extinguir-se o sacerdócio levítico com a presença do perpétuo Sacerdócio de Jesus Cristo, o Sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque: “De sorte que, se a perfeição fosse pelo sacerdócio levítico (porque sob ele o povo recebeu a Lei), que necessidade havia logo de que outro sacerdote se levantasse, segundo a ordem de Melquisedeque, e não fosse chamado segundo a ordem de Arão? Porque, mudando-se o sacerdócio, necessariamente se faz também a mudança da Lei” (Hebreus 7:11-12).

Jesus Cristo, portanto, deu cumprimento à Lei como deu cumprimento às profecias a Seu respeito anunciadas.

Satisfeita a Lei e cumpridas as profecias, evidentemente se tornaram ambas caducas. “Porque o precedente mandamento é abrogado por causa da sua fraqueza e inutilidade” (Hebreus 7:18) e, em tendo sido “a lei a sombra dos bens futuros” (Hebreus 10:1), o primeiro concerto, o da Lei, foi removido e foi estabelecido o segundo, ou seja o de Jesus Cristo (Hebreus 10:9). Jesus Cristo, “perfeito para sempre” (Hebreus 7:28).

Aliás, “se aquele primeiro fora irrepreensível, nunca se teria buscado lugar para o segundo” (Hebreus 8:7).

Ao dar cumprimento à Lei (Mateus 5:18; Colossenses 2:13-14; Romanos 10:4; Hebreus 7:11-12), nosso Senhor Jesus Cristo estabeleceu o “mais perfeito tabernáculo” (Hebreus 9:11). E “de tanto melhor concerto Jesus foi feito fiador... tem um sacerdócio perpétuo. E, portanto, pode também salvar perfeitamente os que, por Ele, se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles” (Hebreus 7:22, 24-25).

O apego ao dia sabático como necessidade de se obedecer e executar a Lei conspurca a plena suficiência da Obra Salvífica de nosso Senhor Jesus Cristo. E significa agarrar-se a fiapos de sombras...

MALDITO POR NÓS

A Lei salva o pecador?

Não!

Não, “porque a Lei opera a ira” (Romanos 4:15). E desde que “todos pecaram” (Romanos 3:23), a todos encerra debaixo, ou seja, sob a escravidão do pecado (Romanos 3:9).

A ninguém ela pode dar força para realizar o bem que ela exige. Denomina-a Paulo de “Lei da justiça” (Romanos 9:31); porque ela exige a justiça sem, contudo, comunicar força no sentido de se lhe executar a imposição. Se pudesse ocorrer a esta necessidade, a justiça procederia da Lei (Gálatas 3:21).

Como Lei ela é uma pura prescrição: GRAMMA, simples letra (no grego de Romanos 2:27,29; 7:6; II Coríntios 3:6-7).

Prescrição ou letra (= GRAMMA) que impõe obrigação. (Lucas em 16:6-7 usa esse vocábulo no sentido de obrigação).

A Lei é como uma letra promissória ou uma duplicata que juridicamente prova a obrigatoriedade de se pagar certo débito, mas de si própria não tem a capacidade de produzir a quantia para o seu resgate.

Quem é incapaz de saldar uma promissória ou uma duplicata incide em débito.

Por isso, através da Lei, que é GRAMMA, uma letra insolvente, o resultado é a condenação. A Lei condena: “Ora, nós sabemos que tudo o que a Lei diz, aos que estão debaixo da Lei o diz, para que toda a boca esteja fechada e todo o mundo seja condenável diante de Deus” (Romanos 3:19).

Contudo, “Deus encerrou a todos debaixo da desobediência, para com todos usar de misericórdia” (Romanos 11:32). “Porque eu pela Lei estou morto para a Lei, para viver para Deus” (Gálatas 2:19).

Porque “Cristo nos resgatou da maldição da Lei, fazendo-se MALDIÇÃO por nós: porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado no madeiro” (Gálatas 3:13).

É a essa justiça que Ele aludiu ao contestar João, o Batista, inibido com o Seu pedido de batismo.

Jesus exigiu a completa obediência à Lei (Mateus 5:1-20), dando, aliás, o exemplo de obedecê-la, por haver “nascido sob a Lei”.

Exigiu esta total obediência no propósito de levar o pecador à consciência de sua total incapacidade de cumprir a Lei e à convicção de pecado.

Ao “moço rico” disse: “Se queres entrar na vida, guarda os mandamentos”. E do Decálogo mencionou alguns preceitos: “Não matarás, não cometerás adultério, não furtarás, não dirás falso testemunho; honra teu pai e tua mãe, e amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mateus 19:18-19).

Diante da resposta afirmativa do rapaz quanto à observância desses preceitos, o Senhor revelou-lhe a sua trágica condição de pecador por ser avarento, propondo-lhe uma “crise espiritual”: “Vai, vende tudo o que tens, e dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu” (Mateus 19:21).

Conquanto guardasse alguns dos preceitos, o moço estava perdido. Tão perdido que foi perguntar a Jesus: “Que bem farei para conseguir a vida eterna?” (Mateus 19:16).

Recusou o repto da “crise espiritual” e, em consequência, fugiu do apelo do Redentor: “Vem e segue-Me” (19:21).

Jesus Cristo sabia em toda a extensão de sua tragédia a incapacidade de o pecador obedecer a Lei. Sua missão, por isso, foi a de se tornar MALDITO por nós ao ser crucificado.

Nós somos os pecadores, mas “o Senhor fez cair sobre Ele a iniquidade de todos nós” (Isaiás 53:6), fazendo-Se Ele maldito por nós.

Maldito por nós, Ele CUMPRIU a Lei.

Com efeito, as exigências da Lei jamais poderiam ser afrouxadas no sentido de se acomodarem à fraqueza dos homens.

Impossível por se constituir ela numa expressão da natureza santíssima e imutável de Deus.

Nem o próprio Deus poderia suavizar as demandas absolutas da Lei ao ponto de possibilitar a sua observância por parte dos pecadores porque a inalterabilidade da Lei é a expressão da imutabilidade Divina.

Deixaria de ser misericórdia essa misericórdia do “dar um jeitinho” porque em Deus a misericórdia é o resultado de Sua Justiça. “Justiça e Juízo são a base do Teu trono [= domínio]; misericórdia e verdade vão adiante do Teu rosto” (Salmos 89:14).

Sem quaisquer adulterações, ou adaptações, ou acomodações, ou afrouxamento da Lei, Jesus Cristo, o Filho de Deus, na cruz do Calvário, maldito por nós, satisfaz completamente e exuberantemente as exigências da Lei violada pela humanidade em favor dos que nEle creem.

A Sua morte efetuou mais do que a salvação do pecador. Ela proclamou a infinita justiça de Deus, ao satisfazer superabundantemente a santidade de Deus ultrajada pelo pecado.

É a lição de Paulo Apóstolo: “Porque .todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus; sendo justificados gratuitamente pela Sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus, ao Qual Deus propôs para propiciação pela fé no Seu Sangue, PARA DEMONSTRAR A SUA JUSTIÇA pela remissão dos pecados dantes cometidos, sob a paciência de Deus; PARA DEMONSTRAÇÃO DE SUA JUSTIÇA neste tempo presente, para que Ele seja Justo e Justificador daquele que tem fé em Jesus” (Romanos 3:23-26).

Supor-se, portanto, o cumprimento efetuado por Cristo só das prescrições cerimoniais da Lei, é desvalorizar por inteiro o Seu Sacrificio e diminuir a Justiça e a Santidade de Deus.

Maldito por nós, Cristo satisfaz em nosso lugar e em nosso favor, todas as exigências da Lei, cumprindo-a, e salvaguardou a Justiça de Deus por conservar inviolável a Sua Santa Lei.

A fé, portanto, não anula a Lei. Antes estabelece, exalta, dignifica a Lei (Romanos 3:31) porque move o pecador a compreender o Amor de Deus e a Sua Justiça e a Sua Santidade infinitas em sustentar as normas inalteráveis e implacáveis da Sua própria Lei.

A MISSÃO DA LEI

“Nascido sob a Lei”, Jesus Cristo confirmou a unidade e a inabrogabilidade da Lei, obedeceu-a, inclusive em suas determinações cerimoniais (exceto o sábado), e ordenou que se lhe obedecesse com total integridade.

Por quê?

I

1) - Para se obter através da obediência à Lei a vida eterna?

Sim!

As Sagradas Escrituras revelam esse objetivo da Lei. “Portanto os Meus estatutos e os Meus juízos guardareis; os quais, fazendo-os o homem, viverá por eles: Eu sou o Senhor” (Levítico 18:5).

Ratificou Jesus esse propósito da Lei quando disse ao jovem rico: “Se queres, porém, entrar na vida guarda os mandamentos” (Mateus 19:17).

E Paulo Apóstolo o reconhece: “Ora, Moisés descreve a justiça que é pela Lei, dizendo: O homem que fizer estas coisas viverá por elas” (Romanos 10:5).

2) – É um propósito ou objetivo hipotético da Lei. É uma suposição. Uma conjectura.

Hipotético porque quem a pratica tem que ser perfeito. Perfeito na prática de TODA a Lei. TODA a Lei em todos os seus preceitos.

Às vésperas de passar o comando do seu povo a Josué, Moisés proclama as maldições contra os transgressores da Lei, especificando, para exemplificar, alguns itens, e as conclui: “Maldito aquele que não confirmar as palavras desta Lei, não as cumprindo” (Deuteronômio 27:26). “Será, porém, que, se não deres ouvidos à voz do Senhor teu Deus, para não cuidares de fazer todos os Seus mandamentos e os Seus estatutos que hoje te ordeno, então sobre ti virão todas estas maldições, e te alcançarão” (Deuteronômio 28:15).

Séculos posteriores, o salmista lembra: “Tu repreendeste asperamente os soberbos, amaldiçoados, que se desviam dos Teus mandamentos” (Salmos 119:21).

O ministério dos profetas se caracterizou em lançar objurgatórias e maldições contra o povo israelita por haver transgredido a Lei.

E Paulo, em Gálatas 3:10, ao configurar o contraste entre a Lei e a Fé, rememora a antiga assertiva: “Maldito todo aquele que não permanecer em todas as coisas que estão escritas no livro da Lei, para fazê-las”.

A obediência à Lei deve ser total, por inteiro, em todos os preceitos, conquanto se considere algum como menor. A Lei é um todo de maneira que, se alguém violar um dos seus mandamentos, é réu como se houvesse transgredido a todos. É o ensino da Palavra de Deus através de Tiago 2:10: “Porque qualquer que guardar toda a Lei, e tropeçar em um só ponto, tornou-se culpado de todos”.

A observância total da Lei implica também numa atitude íntima além da ação externa. E esta é incompleta sem aquela.

É o ensino de Jesus exemplificado com o caso do adultério. “Ouvistes que foi dito aos antigos: não cometerás adultério. Eu, porém, vos digo que, qualquer que atentar numa mulher para a cobiçar, já em seu coração cometeu adultério com ela” (Mateus 5:28).

II

Na realidade, porém, o pecador não pode salvar-se pela Lei. Exatamente por ser pecador!

Ninguém, absolutamente ninguém, pode salvar-se pela Lei porque “todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus” (Romanos 3:23). “Ora, nós sabemos que tudo o que a Lei diz, aos que estão debaixo da Lei o diz, para que toda a boca esteja fechada e todo o mundo seja condenado diante de Deus. Por isso nenhuma carne será justificada diante dEle pelas obras da Lei” (Romanos 3:19-20). “É evidente que pela Lei ninguém é justificado diante de Deus” (Gálatas 3:11).

Ao aludir às obras da Lei, que não podem justificar o pecador, Paulo se refere às disposições morais da Lei (Romanos 2:13-29). Ignorar-se-ia redondamente a seriedade do ensino do Apóstolo acerca da justificação se se interpretasse a sua assertiva no sentido de serem aquelas obras da Lei as prescrições rituais do Velho Testamento. A tese de Paulo visa as obras da Lei no sentido de suas prescrições morais.

Toda a Escritura, do Gênesis ao Apocalipse, com exemplos, testifica a impossibilidade de, na prática, a Lei poder, em suas disposições morais, evidentemente, salvar o pecador.

Paulo Apóstolo sobre a ineficácia da Lei quanto à salvação do pecador, arrola duas provas: a da experiência histórica e a da experiência individual.

Em Romanos 2:1-23 mostra a falibilidade da Lei como via de justiça, na história do judaísmo. Os judeus, apesar de invocarem a Lei, como recurso de salvação, não a cumpriram. Embora se glóriassem na Lei, transgrediram-na e desonraram a Deus (v. 23).

E em Romanos 9:31-33, Paulo apresenta a suprema desgraça do judeu em consequência do seu fracasso: “Mas Israel, que buscava a Lei da justiça, não chegou à Lei da justiça. Por quê? Porque não foi pela fé, mas como que pelas obras da Lei; tropeçaram na pedra de tropeço;

como está escrito: Eis que eu ponho em Sião uma pedra de tropeço, e uma rocha de escândalo; e todo aquele que crer nela não será confundido”.

A segunda prova, a da experiência individual, é básica. Desenvolve-a o Apóstolo em Romanos 7:7-26. Ao se encontrar com a Lei, o homem irredento, vendido sob o pecado (Romanos 7:14) e sujeito à desobediência de Adão (Romanos 5:12-21), encaminha-se, por força de sua própria natureza, para a transgressão da mesma Lei. Ele pode aceitá-la em sua razão. Falta-lhe, contudo, a força para observá-la e pratica o contrário dela.

Contra ela Paulo fulmina a terrível sentença: “Todos aqueles, pois, que são das obras da Lei estão debaixo da maldição” (Gálatas 3:10).

O próprio Apóstolo confessara haver, ao tempo de tributário do farisaísmo, conduzindo-se “segundo a justiça que há na Lei, irrepreensível”, e, agora, na nova situação de discípulo de Jesus Cristo, considera tudo aquilo como “perda”, e mais, como “esterco” (Filipenses 3:7-8).

Iluminado pelo Espírito Santo, ao converter-se a Cristo, Paulo Apóstolo renunciou a sua vaidade de cumpridor fiel da Lei.

“A Lei nenhuma coisa aperfeiçoou” é a terrível conclusão de Hebreus 7:19.

2) - A Lei não pode salvar não porque seja fraca, incapaz, em si mesma.

Nela não há defeito. “A Lei do Senhor é perfeita e refrigera a alma... Os preceitos do Senhor são retos e alegram o coração; o mandamento do Senhor é puro, e alumia os olhos” (Salmos 19:7-8).

Ninguém como Paulo admitiu a impossibilidade de a Lei salvar, como se pode verificar por suas palavras aludidas no item anterior. Ninguém como ele, outrossim, soube avaliar essa mesma Lei: “A Lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom” (Romanos 7:12). “A Lei é boa” (I Timóteo 1:8).

De acordo com o seu próprio testemunho, ele foi “instruído conforme a verdade da Lei” (Atos 22:3) e sua conduta foi “segundo a justiça que há na Lei, irrepreensível” (Filipenses 3:6).

O defeito está no homem. A fraqueza se encontra na humanidade e não na Lei. “Porque sabemos que a Lei é espiritual; mas eu sou carnal, vendido sob o pecado”, doutrina o Apóstolo. “Porque o que faço não aprovo; pois o que quero isso não faço, mas o que aborreço isso faço. E, se faço o que não quero, consinto com a Lei, que é boa. De maneira que agora já não sou eu que faço isto, mas o pecado que habita em mim. Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem algum; e com efeito o querer está em mim, mas não consigo realizar o bem. Porque não faço o bem que quero, mas o mal que não quero esse

faço. Ora, se eu faço o que não quero, já o não faço eu, mas o pecado que habita em mim. Acho então esta lei em mim; que, quando quero fazer o bem, o mal está comigo. Porque, segundo o homem interior, tenho prazer na Lei de Deus; mas vejo em meus membros outra lei, que batalha contra a lei do meu entendimento, e me prende debaixo da lei do pecado que está em meus membros” (Romanos 7:15-23).

Ademais, a própria miséria do homem pecador deixou a Lei impotente por enfermá-la, tornando-a carnal”. “O que era impossível à Lei, visto que estava enferma pela carne” (Romanos 8:3).

“Porquanto a inclinação da carne é inimizade contra Deus, pois não é sujeita à Lei de Deus, nem, em verdade, o pode ser. Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus” (Romanos 8:8).

III

Então, por que a Lei? A Lei que “é boa”? A Lei que “é espiritual”? A Lei “santa, e o mandamento santo, justo e bom”?

Qual o propósito da Lei Divina?

É a pergunta de Paulo Apóstolo: “Logo, para que é a Lei?” (Gálatas 3:19).

Com vários objetivos promulgou-a o Senhor.

PRIMEIRO: - “Por causa das transgressões” (Colossenses 3:19).

“A Lei não é feita para o justo, mas para os injustos e obstinados, para os ímpios e pecadores, para os profanos e irreligiosos, para os parricidas e matricidas, para os homicidas e fornicários, para os sodomitas, para os roubadores de homens, para os mentirosos, para os perjuros, e para o que for contrário à sã doutrina” (I Timóteo 1:9-10). Ela foi acrescentada à Promessa. Sua promulgação ligou-se ao pecado dos homens. “Foi ordenada por causa das transgressões. ATÉ QUE VIESSE A POSTERIDADE a Quem a promessa tinha sido feita” (Colossenses 3:19).

A locução “ATÉ QUE”, posta em destaque, vale ser notada.

No programa de salvar o pecador, portanto, a Lei nem foi a primeira e nem a final.

O Divino propósito salvador e eterno: “A graça nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos dos séculos” (I Timóteo 1:9). Consentânea com esse propósito se revela ao homem prevaricador pela primeira vez em Gênesis 3:15 a promessa da salvação. “E porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua semente e a sua semente; esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar”.

Em Abraão o Senhor repetiu, e de modo mais claro e explícito, a promessa. E só 430 anos após é que a Lei foi promulgada (Gálatas 3:17).

E em Jesus Cristo, de fato, aconteceu aquela posteridade.

SEGUNDO: - O de ensinar aos homens “o conhecimento do pecado” (Romanos 3:20). “Eu não conheci o pecado senão pela Lei; porque eu não conheceria a concupiscência se a Lei não me dissesse: não cobiçarás” (Romanos 7:7).

TERCEIRO: - O de incitar o pecado, descobrindo-lhe a trágica natureza. “Mas o pecado, tomando ocasião pelo mandamento, obrou em mim toda a concupiscência, porquanto sem a Lei estava morto o pecado. E eu, nalgum tempo, vivia sem lei, mas, vindo o mandamento, reviveu o pecado, e eu morri; e o mandamento que era para a vida, achei eu que me era para morte, porque o pecado, tomando ocasião pelo mandamento, me enganou, e por ele me matou. E assim a Lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom. Logo tornou-se-me o bom em morte? De modo nenhum; mas o pecado, para que se mostrasse pecado operou em mim a morte para o bem; a fim de que, PELO MANDAMENTO, O PECADO SE FIZESSE EXCESSIVAMENTE MALIGNO” (Romanos 7:8-13).

A Lei, por conseguinte, se constitui para o homem como um estímulo para o pecado. Aliás, o que se ouve entre o povo é: O que é proibido é melhor.

A proibição aguça a curiosidade e a Lei incentiva à transgressão!

QUARTO: - Pela Lei o pecado se tornou excessivamente maligno. O pecado é uma tragédia: age por meio da Lei que “é santa, e o mandamento santo, justo e bom”; é-lhe impossível ser eliminado pela Lei. “A força do pecado é a Lei” (I Coríntios 15:56).

QUINTO: - Revelar a multidão das iniquidades, ou seja, o imenso número dos nossos pecados. Ela não nos torna piores do que somos. Demonstra-nos com clareza que já somos maus. É neste sentido do revelar a quantidade inumerável dos pecados que Paulo em Romanos 5:20 observou: “Veio, porém, a Lei para que a ofensa abundasse”.

SEXTO: - Sentenciar a penalidade. É o ensino do Apóstolo: “Ora, nós sabemos que tudo o que a Lei diz, aos que estão debaixo da Lei o diz, para que toda a boca esteja fechada e todo o mundo seja CONDENÁVEL diante de Deus” (Romanos 3:19).

É a tendência frequente de se enfraquecer pelo uso o verdadeiro sentido das palavras. CULPADO é uma delas. No conceito popular, culpado é o criminoso, o que pratica um delito. Na terminologia jurídica, contudo, esse vocábulo implica penalidade, isto é, contra o violador da lei, o responsável pelo ato delituoso, recai uma penalidade. Ele tem que padecer um castigo pelo mal que fez.

Paulo emprega o termo grego HUPODIKOS carregado com esse significado na nomenclatura judiciária dos tribunais. O propósito da Lei Divina, por conseguinte, é também o de subjugar todo o mundo sob a sentença judicial de Deus.

A LEI E O INCRÉDULO

O sacrifício de Cristo é de valor infinito. Seus méritos são superabundantes e podem atingir a todos os pecadores.

A aplicação desses méritos, contudo, é condicionada à fé nEle.

Quem não crê EVANGELICAMENTE nEle, ou seja, quem não crê segundo a verdade do Evangelho, permanece debaixo da Lei e escravo do pecado.

I

Quando, ao expirar, Jesus bradou: “Está consumado” (João 19:30), “eis que o véu do Templo se rasgou em dois, de alto a baixo” (Mateus 27:51).

À ordem de Deus, Moisés construíra o Tabernáculo, símbolo da morada de Deus com o Seu povo e, como “sombra dos bens futuros” (Hebreus 10:1), figura de Jesus Cristo em cada uma de suas seções e em cada um dos seus objetos.

Dividia-se ele em três partes: o pátio exterior, o lugar santo e o santo dos santos.

Neste lugar santo dos santos se instalara a arca com as tábuas do Decálogo e permanecia encerrado, oculto do povo por um grande e maciço véu sustentado sobre quatro colunas de prata.

A arca do concerto, que tipificava Cristo, jamais era exposta ao público. Mesmo quando os israelitas a transportaram a outros lugares ela ficou escondida sob o véu.

No exato instante da morte de Jesus mãos sobrenaturais rasgaram o véu, expondo o lugar santo dos santos a fim de significar a abolição de todo o ritualismo judaico com o caducar da economia veterotestamentária.

Encerrado este período do cerimonialismo mosaico, os judeus todos, convertidos a Cristo ou não, deixaram de ser obrigados às suas práticas, aos holocaustos e, de modo particular, à guarda do sábado semanal, que se incluía entre os sábados pré-figurativos.

E há 1900 anos o Templo foi totalmente arrasado pelo Imperador Tito, o qual, no ano de 70, invadiu e destruiu Jerusalém.

Agora, seria grave engano o imaginar-se que, com a extinção da ritualística judaica, Jesus Cristo haja cancelado as disposições morais da Lei também para os incrédulos.

Paulo Apóstolo escreveu suas Epístolas aos Romanos (“A TODOS os que estais em Roma – Romanos 1:7; “porque convosco falo, GENTIOS – Romanos 11:13) e aos Gálatas, povos gentios e não judeus. E escreveu-

as, evidentemente, após a morte de Cristo. Pelo teor desses documentos, eles não teriam sentido se houvesse se extinguido a Lei para os incrédulos gentios!

Em Romanos 7:1, salienta: “Falo aos que sabem a Lei”, e no v. 4: “Assim, meus irmãos, também vós estais mortos para a Lei pelo Corpo de Cristo” (se mortos é porque antes estavam os gentios romanos sob o domínio da Lei). Em Romanos 7:5, por exemplo, ele diz: “Porque, quando estávamos na carne, as paixões dos pecados, que são pela Lei...” E no v. 6: “Mas agora estamos livres da Lei...”

Se no passado os crentes de Roma estavam na carne sob as paixões dos pecados, que são pela Lei, e se agora estavam livres da Lei é porque antes de sua conversão a Lei vigorava para eles.

Repita-se!

Esses luminosos documentos do Epistolário paulino não teriam significado sem que as disposições morais da Lei permanecessem vigorantes para os inconversos judeus e gentios.

Os colossenses também eram gentios, incircuncisos na carne. Perdoou-lhes Deus as ofensas, “havendo riscado a cédula” que era contra eles “nas suas ordenanças” ou preceitos. Ordenanças ou preceitos em alusão clara aos mandamentos morais da Lei.

Se a promessa é destinada aos CRENTES, é evidente que não é para os NÃO CRENTES de todas e quaisquer raças. Neste caso, os inconversos permanecem debaixo da Lei em seus preceitos morais.

Daí a necessidade de, ao anunciar o Evangelho da Graça, se mostrar ao pecador a sua trágica condição sob o domínio da Lei com a sua total incapacidade de cumpri-la por inteiro.

II

A Lei continua a desempenhar o seu papel de aio também para os não judeus incrédulos. Aliás, o termo AIO é encontrado na Epístola de Paulo Apóstolo dirigida não aos judeus, mas aos crentes gálatas, quando ele afirma: “De maneira que a Lei nos [incluindo também os gálatas, portanto] serviu de AIO ‘para nos conduzir’ a Cristo, para que, pela fé, fôssemos justificados. Mas, depois que a fé veio, já não estamos debaixo de aio” (Gálatas 3:24-25).

Colocamos entre aspas a expressão: “para nos conduzir” porque ela não se encontra no original grego e dá a falsa ideia, aliás muito divulgada, de que a Lei é como um mestre a conduzir, a levar o pecador a Cristo como uma babá leva pela mão uma criança à escola.

Não se deseja negar que a Lei revela ao pecador o seu pecado e o seu estado de condenação, conscientizando-o da necessidade de ir a Cristo.

Queremos dizer que aquela falsa ideia não se encontra em Gálatas 3:24.

Paulo Apóstolo, outrossim, e diga-se de passagem, emprega o vocábulo grego “PAIDAGOGOS” e não um termo do linguajar judaico exatamente por se dirigir aos gentios, aos quais queria elucidar a função da Lei no processo da conversão deles.

Com efeito, o “PAIDAGOGOS” (mestre, aio) entre os gregos e os romanos antigos era um escravo de confiança que dominava em disciplina o menino de família ilustre até ser legalmente reconhecido e declarado filho ao atingir a maioridade. O vocábulo AIO (= PAIDAGOGOS) em Gálatas 3:24 inclui, portanto, também para os gentios, a ideia de “guardados debaixo da Lei”, de “restrição”, de “sob a tutela”, de “encerrados” como numa prisão sob a guarda policial, do versículo anterior.

A elucidação de Paulo acerca do assunto se acha em Gálatas 4:1-2: “Todo o tempo que o herdeiro é menino em nada difere do servo, ainda que seja senhor de tudo; mas está debaixo de tutores e curadores [aios] até ao tempo determinado pelo pai”.

A Lei, de si mesma, não tem poder de levar o pecador, judeu ou gentio, a Cristo. Mas, na função de aio, ela impõe domínio, restrições, distância, sobre o pecador até que pela fé ele encontre em Cristo a adoção de filho de Deus.

“Mas, depois que a fé veio, já não estamos debaixo [= sob a tutela ou encerrados sob o seu domínio] de aio. Porque todos sois filhos de Deus pela fé em Cristo Jesus” (Gálatas 3:25-26). “Assim também nós, quando éramos meninos, estávamos reduzidos à servidão debaixo dos primeiros rudimentos do mundo; mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou o Seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a Lei, para reunir os que estavam debaixo da Lei, a fim de recebermos a adoção de filhos” (Gálatas 4:3-5).

O Apóstolo, em Romanos 10:4, ainda, afirma: “Porque o fim da Lei é Cristo para a justiça de todo aquele que crê”.

Fim (em grego, TELOS) aqui não implica apenas em fim cronológico ou a cessação da Lei, mas que a meta, o alvo, meta e alvo no sentido de busca, de procura, da Lei é Cristo a demonstrar-nos a sua intrínseca insuficiência de justificar o pecador, o que, aliás, só Cristo pode fazer. “Sabendo que o homem não é justificado pelas obras da Lei, mas pela fé em Jesus Cristo, temos também crido em Jesus Cristo, para sermos justificados pela fé de Cristo, e não pelas obras da Lei; porquanto pelas obras da Lei nenhuma carne será justificada” (Gálatas 2:16).

De si própria, a Lei é incapaz de levar o pecador a Cristo. Ela se constitui, sim, em recurso do Espírito Santo para movê-lo a se admitir desvalido e incapaz de obedecer a Lei, o que o faz reconhecer-se pecador

perdido. É esta convicção de plena insuficiência e incapacidade total que leva o pecador a se arrepender.

É isto que Jesus quis dizer quando, ao prometer o Espírito Santo, declarou: “E, quando Ele vier, convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo” (João 16:6).

Do pecado que “é iniquidade”; “iniquidade extrema da descrença”. Da justiça que exige total e perfeita obediência à Lei. E do juízo que só pode se dar à vista da Lei a implicar em penas. Neste sentido para esta obra do Espírito Santo a Lei é o Seu instrumento.

Até agora e até sempre, enquanto durar esta humanidade, a Lei é a aio dos pecadores inconversos por mantê-los encerrados como numa prisão sob a guarda policial. É ela aquele recurso do Espírito Santo no processo de convencer o pecador do seu pecado movendo-o à regeneração.

Esta compreensão da Lei no contexto da revelação Divina das Escrituras valoriza a Graça em seu devido conceito. E nesse contexto a fé não destroi a Lei. “Anulamos, pois, a Lei pela Fé?”, pergunta o Apóstolo, que também responde: “De maneira nenhuma, antes estabelecemos a Lei” (Romanos 3:31).

Em defluência, no anúncio do Evangelho da Graça, há de se apresentar a Lei, não para exigir qualquer moralismo legalista, mas para, na sua função de aio, preparar o pecador, convencendo-o do pecado, da justiça e do juízo da condenação. E assim, pela fé, buscar refúgio em Cristo. É esta a mensagem de uma das estrofes de um dos nossos hinos mais conhecidos:

“Mas um dia senti meus pecados e vi
Sobre mim o CASTIGO DA LEI,
Mas com pressa fugi, em Jesus me escondi
E refúgio seguro nEle achei”.

Em Gálatas, o Apóstolo ilustra o propósito da Lei perante Cristo com a metáfora do “PAIDAGOGOS”. Aqui em Romanos com a figura de “TELOS”. Em ambos os casos a Lei se revela intrinsecamente incapaz de salvar.

Cristo é o alvo ou a finalidade da Lei, cujo teor se reduz a uma preparação para se ir a Cristo a tal ponto que só os que nEle creem cumprem a Lei (Romanos 3:31).

Os não crentes permanecem prisioneiros da letra. A letra que mata, enquanto o espírito vivifica (II Coríntios 3:6). A “velha letra” em contraposição com o “espírito novo” (Romanos 7:6). Assim como a morte e a vida se opõem (II Coríntios 3:7), também a Lei e a Graça se opõem

(Romanos 6:14). E de semelhante forma a condenação e a justificação (II Coríntios 3:9).

Cristo é a finalidade da Lei porque nEle o cumprimento dela é perfeito. Ele é o fim da Lei na medida em que a Sua Redenção redonda para nós em libertação da própria Lei. “De maneira que, irmãos, somos filhos, não da escrava, mas da livre” (Gálatas 4:31). “Estai, pois, firmes na liberdade com que Cristo nos libertou, e não torneis a meter-vos debaixo do jugo da servidão” (Gálatas 5:1). É a advertência do Apóstolo aos gálatas assediados pelos legalistas.

O CRENTE EVANGÉLICO E A LEI

Nas Sagradas Escrituras do Novo Testamento, pelo menos, três vezes leio uma significativa declaração.

Em Romanos 6:14 e em Gálatas 5:18: “Não estais debaixo da Lei”.

Em Romanos 6:15: “Porque não estamos debaixo da Lei”.

Estar “debaixo da Lei” ou “sob a Lei”, segundo o sentido do original grego HUPÓ, quer dizer uma sujeição ao domínio completo da Lei indivisível, no sistema legalístico de Moisés, incluindo-se as penalidades.

Ora, o crente evangélico em Jesus Cristo não está sob este jugo da Lei em sentido algum. Em Romanos 6:14, a sua libertação do império do pecado é um resultado de sua libertação do domínio da Lei. E em Gálatas 5:18 esta libertação da Lei é atribuída à evidência de ser ele guiado pelo Espírito Santo. “Se sois guiados pelo Espírito Santo, não estais debaixo da Lei”.

Ao deixar a tutela do aio (a Lei) e ao libertar-se da condição de estar debaixo da Lei por haver encontrado em Cristo Aquele que se tornou maldito pelo pecador que nEle confia, qual, então, o relacionamento do crente evangélico com as normas morais da Lei?

Em alguns tópicos, à luz das Sagradas Escrituras, procuraremos responder:

1) - De maneira alguma e sob aspecto algum está sob a Lei como se esta fosse meio de salvação. Em nada a Lei lhe contribui para a permanência na salvação. No processo de sua conversão, levou-o ao conhecimento do pecado, a tragédia de sua grave moléstia. Processou-lhe a Lei todo aquele diagnóstico examinado em capítulo anterior. “Porque a Lei opera a ira” (Romanos 4:15). “Veio, porém a Lei para que a ofensa abundasse” (Romanos 5:20).

Paulo Apóstolo atribuiu ao Decálogo, “gravado com letras em pedras” o “ministério da morte” (II Coríntios 3:7), “porquanto sem a Lei

estava morto o pecado. E eu, nalgum tempo, vivia sem a Lei, mas, vindo o mandamento, reviveu o pecado e eu morri” (Romanos 7:8-9).

“Por isso, nenhuma carne será justificada diante dEle pelas obras da Lei, porque pela Lei vem o conhecimento do pecado” (Romanos 3:20). A ausência de artigos definidos neste versículo é relevante por demonstrar a total exclusão de todas as obras de toda a Lei no caso da justificação do pecador. O grego original afirma simplesmente: “por obras da Lei”.

Em sua Epístola aos Colossenses, o Apóstolo é muito explícito ao declarar que o Decálogo, chamado por ele de “escrito de dívida” (= KEIROGRAPHON) era-nos contrário e prejudicial. “E quando vós estáveis mortos nos pecados e na incircuncisão de vossa carne, vos vivificou juntamente com Ele, perdoando-vos todas as ofensas, havendo tirado a cédula que era contra nós nas suas ordenanças (= DOGMASIN, determinações, imposições), a qual nos era contrária, e a tirou do meio de nós, cravando-a na cruz” (Colossenses 2:13-14).

Nos primórdios do Cristianismo surgiu uma corrente teológica cuja tese fundamental defendia a necessidade de os carentes se submeterem ao menos a uma parte da Lei. Na assembleia de Jerusalém (Atos 15:1-34) acaloraram-se as discussões. Pedro rebateu com uma ponta de sarcasmo as pretensões dos judaizantes: “Agora, pois, por que tentais a Deus, pondo sobre a cerviz dos discípulos um jugo que nem nossos pais nem nós podemos suportar?” (v. 10).

O alvo da Lei, como aio, é Cristo. “Porque o fim da Lei é Cristo para todo aquele que crê” (Romanos 10:4). A justiça para o crente vem de Cristo. Se o alvo da Lei é Cristo, desde que o pecador se chega pela fé a Cristo, para ele acabou-se a Lei. Está ele “livre da Lei”. O capítulo 7 de Romanos exhibe, como cerne, este assunto. Os crentes estão “mortos para a Lei pelo Corpo de Cristo” (v. 4) e “livres da Lei” (v. 6).

Considere-se o fato de se encontrarem nestes dois versículos os verbos: “ESTAIS mortos” e “ESTAMOS livres” no tempo ariosto, implicando, então, num acontecimento passado e feito de uma vez por todas.

2)- A Lei, de igual maneira, em nada contribui para a segurança eterna do crente.

Jamais Jesus Cristo favoreceu um laivo sequer de possibilidade de se constituir a Lei em garantia de segurança de vida eterna. Esta garantia procede exclusivamente dEle pela instrumentalidade da fé. “Na verdade, na verdade vos digo que aquele que crê em Mim tem a vida eterna” (João 6:47). E em João 10:28, com ênfase acentuada, insiste o Senhor: “E dou-lhes a vida eterna, e nunca hão de perecer, e ninguém as arrebatará da Minha mão”.

Paulo Apóstolo, depois de declarar que “estamos livres da Lei”, no capítulo 8, o luminoso capítulo de sua Epístola aos Romanos, acerca da segurança eterna da salvação do crente, sustenta: “Porquanto o QUE ERA IMPOSSÍVEL À LEI, visto como estava enferma na carne, Deus, enviando Seu Filho em semelhança de carne do pecado, pelo pecado condenou o pecado na carne; para que a justiça da Lei se cumprisse em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o espírito” (vv. 3-4).

A Lei é tão impotente que, ao invés de dominar o pecado, deixou-se enfermar por ele. Jesus Cristo, todavia, encarnando-se, realizou por nós, para nós e em nós a justificação, impossível à Lei. “E aos que justificou a estes também glorificou” (v. 30). E quem tentará acusá-los? Condená-los? “Pois é Cristo quem morreu, ou antes quem ressuscitou dentre os mortos, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós” (v. 34).

3)- Supõem alguns ter o crente na Lei não caminho de salvação, mas regra de vida ou roteiro para sua santificação.

Justificados pela fé em Cristo, pensam eles, deve-se, no processo de santificação, olhar para a Lei para se fugir do pecado.

Isto seria conservar o clima do Antigo Testamento. Naquela fase, como nunca, de resto, a Lei não foi instrumento de salvação. Constituía-se simplesmente numa regra de conduta.

Aceitar, por conseguinte, a ideia de o crente, na vigência do Novo Testamento, usar da Lei como regra em sua santificação é voltar àquele tempo anterior à cruz de Cristo.

Paulo nega à Lei a incumbência de nortear o crente em sua santificação como roteiro normativo na vida dele. “Porque o pecado não terá domínio sobre vós, pois não estais debaixo da Lei, mas debaixo da Graça” (Romanos 6:14). “Porque o justo (= o salvo) viverá da fé” (Gálatas 3:11). “Ora, a Lei não é da fé” (Gálatas 3:12).

Se a Lei não é da fé e o justo vive da fé, então onde a Lei para a sua santificação?

Ao tempo da incredulidade, o pecador se encontrava sob a Lei, como o menino debaixo da tutela do aio. Assim como este, ao completar a maioria escapava definitivamente do aio, também, ao se converter a Cristo, o pecador escapa da curadoria da Lei e passa a viver na atmosfera da Graça (Gálatas 4:1-3). “A fim de que recebam a remissão dos pecados e **SORTE ENTRE OS SANTIFICADOS PELA FÉ EM MIM**” (Atos 26:18).

Aos crentes, por isso, conclamou o Apóstolo: “Estai, pois, firmes na liberdade com que Cristo nos libertou, e não torneis a meter-vos debaixo do jugo da escravidão” (Gálatas 5:1) da Lei, evidentemente.

Acrescentar qualquer aspecto da Lei de nada aproveitará (Gálatas 5:2).

4)- Serão, porventura, os crentes julgados pela Lei?

É a pergunta que se faz nos círculos de pessoas pouco esclarecidas a respeito do propósito da Lei.

A resposta, contudo, é simples. Quanto à salvação, o crente não será julgado pela Lei. Não, porque o crente já foi julgado no momento de sua conversão a Jesus Cristo. “Quem crê nEle não é condenado (= julgado), mas quem não crê já está condenado (= julgado), porquanto não crê no Nome do unigênito Filho de Deus... Na verdade, na verdade vos digo que, quem ouve a Minha palavra e crê nAquele que Me enviou tem a vida eterna, e não entrará em condenação (= julgamento), mas passou da morte para a vida” (João 3:18; 5:24).

A própria lógica nos leva a esta conclusão. Se já tem a vida eterna, se já está salvo, por que seria o julgamento? Impossível quanto à salvação que já possui.

O crente, contudo, será julgado quanto aos seus galardões.

E sob que Lei se dará este julgamento?

Não pela Lei de Moisés! Não pela Lei do Decálogo!

Dar-se-á, sim, sob o Evangelho da Graça de nosso Senhor Jesus Cristo (Romanos 2:16). De Jesus Cristo a quem foi dada toda a autoridade (Mateus 28:18) e a quem o próprio Pai mandou que ouvíssemos (Marcos 9:7).

5)- Se a Lei não é o roteiro normativo para o processo de santificação do crente, qual será, então, o seu modelo, o seu padrão?

Se o justo vive de fé em Jesus Cristo, o seu padrão é Jesus Cristo e não a Lei, a caduca, a superada Lei para ele.

Toda a Bíblia, a Palavra inerrante de Deus, serve como ESPELHO.

Desejo destacar o vocábulo TODA, recorrendo ao ensino do Apóstolo: “TODA a Escritura divinamente inspirada é proveitosa...” (II Timóteo 3:16).

Ela TODA é um ESPELHO perfeito.

Nela, nós, os crentes, nos miramos.

Compara-a Tiago ao nosso espelho quando afirma: “Porque se alguém é ouvinte da Palavra, e não cumpridor, é semelhante ao varão que contempla ao ESPELHO o seu rosto natural; porque se contempla a si mesmo, e foi-se; e logo se esqueceu de que tal era. Aquele, porém, que atenta bem para a Lei perfeita da liberdade, e nisso persevera, não sendo ouvinte esquecido, mas fazedor da obra, tal será bemaventurado no seu feito” (Tiago 1:23-25).

De passagem, ponha-se em destaque a oposição da “Lei perfeita da liberdade” à Lei mosaica do Decálogo.

Nesse texto, Tiago lembra ao homem que contempla o seu rosto no espelho e logo, ao se afastar diante dele, se esquece dos seus traços fisionômicos, em contraste com o outro bem atento. Comparando-o ao ouvinte da Palavra de Deus e “fazedor da obra”.

O contraste saliente entre os dois homens, nesta ilustração, não recai entre a diferença entre o fazer e o não fazer, mas no modo de cada um deles se olhar no espelho da Palavra.

Quanto ao primeiro homem, o verbo do original grego sugere um olhar vago e quanto ao segundo sublinha um olhar meticoloso, um olhar com cuidado. Este “olhar com cuidado” a Palavra de Deus, o nosso espelho, faz-nos perseverantes fazedores da obra e produzir frutos.

Se na Bíblia temos um ESPELHO no qual nos miramos, nesse mesmo ESPELHO contemplamos a imagem de nosso Salvador.

Se olhássemos apenas para nós, nos desesperaríamos. Olhamos, porém, para nosso Senhor Jesus Cristo em toda a Sua misericordiosa Graça e em todo o esplendor de Sua Glória.

Paulo Apóstolo acerca desta figura literária, com maestria, assegura: “Mas todos nós, com rosto descoberto, refletindo como, por um ESPELHO a glória do Senhor, somos transformados de glória em glória na mesma imagem, como pelo Espírito do Senhor” (II Coríntios 3:18). É este contemplar, é este olhar atento para o Senhor no espelho de TODA a Escritura que produz a nossa transformação espiritual e, em consequência, a nossa transformação moral profunda.

No contexto do emprego desta imagem do espelho, leve-se em conta que o sagrado escritor aludia aos cinco livros do Pentateuco (vv. 13-15).

Conquanto transitório este concerto (vv. 11, 13), “o ministério da morte gravado com letras em pedras” (v. 7), isto é, o Decálogo, essa Lei sempre permanecerá como parte do ESPELHO da Palavra de Deus escrita onde contemplamos a glória do Senhor.

Salvos por Jesus Cristo, escapamos da sujeição à Lei, a qual, portanto, continua como uma parte das Escrituras, parte do todo, sendo-nos “proveitosa” (II Timóteo 3:16) como testemunha de nosso Salvador, que nos remiu da condenação da Lei.

Ao contemplar no ESPELHO das Escrituras o Decálogo, “o ministério da morte gravado com letras em pedras”, ergo louvores de gratidão ao meu Salvador por ter-me libertado do jugo da Lei! Aleluia!

Nesse ESPELHO contemplo as longas e meticolosas prescrições rituais, cerimoniais, e exalto o meu Salvador porque nEle todas aquelas prefigurações se cumpriram. Enalteço-Lhe o bendito Nome pela ventura de viver neste tempo de após cruz.

TODA a Escritura é o completo ESPELHO onde o crente, em cada canto, em cada recanto, encontra o seu Salvador, nosso Senhor Jesus Cristo.

O próprio Jesus, no ministério da Sua ressurreição, destacou a importância das Escrituras como um TODO na vida do Seu discípulo. “E, começando por Moisés e por todos os profetas, explicava-lhes o que dEle se achava em todas as Escrituras... E disse-lhes: São estas as palavras que vos disse estando ainda convosco: Que convinha que se cumprisse tudo o que de Mim estava escrito na Lei de Moisés, e nos Profetas e nos Salmos” (Lucas 24:27, 44).

6)- Cristo, e somente nosso Senhor Jesus Cristo, é o exemplo, o modelo, o padrão perfeito para o crente.

E a Bíblia, a Palavra inerrante e infalível de Deus, TODA a Bíblia nos encaminha a Ele. Contemplamo-LO nela, o ESPELHO. E ela, qual nosso guia, “lâmpada para os nossos pés”, a Ele nos conduz. Porque se Deus nos “predestinou conformes à imagem do Seu Filho” (Romanos 8:29), outorgou-nos Ele o instrumento pelo uso do qual obtemos esta confirmação. O instrumento de Sua preciosa Palavra.

Conduzindo-nos a Ele, faz-nos “andar como Ele andou” (I João 2:6), enquanto peregrinamos nesta terra.

Levando-nos a Ele, mostra-no-LO como nosso ideal conforme a advertência de Pedro: “Porque para isto sois chamados, pois também Cristo padeceu por nós, deixando-nos o exemplo, para que sigais as Suas pisadas” (I Pedro 2:21).

Movendo-nos até Ele, com Ele nos identificamos nas profundezas de nosso íntimo, havendo em nós “o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus” (Filipenses 2:5).

Revelam-nos as Escrituras que, apesar das aparências atuais e das condições desfavoráveis, “quando Ele se manifestar, seremos semelhantes a Ele” (I João 3:2). Ele “transformará o nosso corpo abatido, para ser conforme o Seu Corpo glorioso, segundo o Seu eficaz poder de sujeitar também a Si todas as coisas” (Filipenses 3:21).

Com a vivência nesta luminosa atmosfera de predomínio soberano de Jesus Cristo, tornamo-nos cada vez mais puros.

“SOB A LEI” OU NO CONTEXTO DA GRAÇA?

Com o pecado na carne a Lei se tornou enferma (Romanos 8:3). Ao invés de curar, ela se contaminou com o pecado.

A Lei levou aos homens “o conhecimento do pecado” (Romanos 3:20) e por ela o pecado se fez “excessivamente maligno” (Romanos 7:13). “Todos pecaram” (Romanos 3:23) e “veio a Lei para que a ofensa abundasse” (Romanos 5:20).

“Ora, nós sabemos que tudo o que a Lei diz, aos que estão debaixo da Lei o diz, para que toda a boca esteja fechada e todo o mundo seja condenável diante de Deus” (Romanos 3:19).

Estando todos sob a Lei, “Deus encerrou a todos debaixo da desobediência, para com todos usar de misericórdia” (Romanos 11:32).

Ao chegar, na caminhada da tragédia da Lei, a esta conclusão, Paulo Apóstolo exclama um exaltado hino de adoração: “Ó profundidade das riquezas, tanto da sabedoria como da ciência de Deus! Quão insondáveis são os Seus juízos, e quão inescrutáveis os Seus caminhos! Porque quem compreendeu o intento do Senhor? Ou quem foi o Seu conselheiro? Ou quem Lhe deu primeiro a Ele, para que Lhe seja recompensado? Porque dEle, e por Ele, e para Ele são todas as coisas; glória, pois, a Ele eternamente. Amém” (Romanos 11:33-36).

Nos extremos da nossa tragédia, “o Senhor fez cair sobre Ele a iniquidade de todos nós” (Isaías 53:6), tornando-se Jesus Cristo maldição por nós. “Cristo nos resgatou da maldição da Lei, fazendo-se maldição por nós” (Gálatas 3:13).

A Lei nos amaldiçoou por sermos pecadores. E Jesus Cristo nos resgatou dessa maldição desde que nEle confiamos. “Sabendo que o homem não é justificado pelas obras da Lei, mas pela fé em Jesus Cristo, temos também crido em Jesus Cristo para sermos justificados pela fé de Cristo e não pelas obras da Lei; porquanto, pelas obras da Lei nenhuma carne será justificada” (Gálatas 2:16).

“Por isso, nenhuma carne será justificada diante dEle pelas obras da Lei... Sendo justificados gratuitamente pela Sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus, ao qual Deus propôs para propiciação pela fé no Seu sangue, para demonstrar a Sua justiça neste tempo presente, para que Ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus” (Romanos 3: 20, 24-26).

Libertos do jugo do pecado, nós, os crentes evangélicos em Jesus Cristo, escapamos de estarmos debaixo da Lei (Gálatas 1:6).

E agora, ao invés de amaldiçoados, somos abençoados “com todas as bênçãos espirituais nos lugares celestiais em Cristo; como também nos elegeu nEle antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dEle em amor; e nos predestinou para filhos de adoção em Jesus Cristo, para Si mesmo, segundo o beneplácito da Sua vontade, para louvor e glória da Sua Graça, pela qual, nos fez agradáveis a Si no Amado, em quem temos a redenção

pelo Seu sangue, a remissão das ofensas, segundo as riquezas da Sua Graça, que Ele fez abundar para conosco” (Efésios 1:3-8).

É neste contexto da Graça superabundante para conosco que nos fez agradáveis para Ele!

1) - Neste contexto da Graça o crente evangélico, é evidente, está fora da órbita da Lei. Pessoalmente, a Lei em nada lhe afeta o comportamento. Em nada influi em sua conduta. Ela continua GRAMMA para os inconversos. Mas ela não é a norma ou o padrão de vida do crente. Nem roteiro do seu desenvolvimento espiritual. Se tentasse padronizar sua conduta pela Lei aniquilaria a Graça de Deus, “porque, se a justiça provém da Lei, segue-se que Cristo morreu em vão” (Gálatas 2:21).

Esta libertação da Lei não implica em libertinagem ou arbitrariedade pessoal. Sem estar sujeito à Lei (HUPO NOMON) o crente em Jesus Cristo não é um ANOMOS THEOU, ou seja, alguém para o qual não existe nenhuma Lei Divina. Ele está dentro da Lei de Cristo (ENNOMOS CHRISTOU).

Em duas oportunidades Paulo Apóstolo fala expressamente dessa LEI DE CRISTO (= ENNOMOS CHRISTOU). Em I Coríntios 9:21 e em Gálatas 6:2.

Como Lei do Amor, a Lei de Cristo supera em plenitude a Lei do Sinai (Romanos 13:8-10; Gálatas 5:14) porque a Lei de Cristo está unida essencialmente à Sua Divina Pessoa.

É a Lei do Espírito (I Coríntios 3:6) porque, graças à presença dEle, o amor divino foi derramado em nossos corações (Romanos 5:5). Por isso, a Lei de Cristo é de liberdade (Gálatas 5:1, 13). É a “Lei perfeita da liberdade”, a “Lei real”, como a denomina Tiago (1:25; 2:8). É a “Lei da fé” como a chama Paulo (Romanos 3:27).

Em defluência, aprender a conhecer a Cristo é aprender a Lei de Cristo (Efésios 4:20). E observar a Lei de Cristo significa seguir pessoalmente a Cristo, “andar dignamente diante do Senhor, agradar-Lhe em tudo, frutificando em toda a boa obra, e crescendo no conhecimento de Deus” (Colossenses 1:10).

Em sendo a Lei de Cristo a expressão da relação essencial do crente com Cristo, propriamente falando, o crente não está debaixo (ou sob) essa Lei, como o pecador inconverso está sob a Lei do Sinai. O crente não está sob a Lei de Cristo. Ele está NA Lei de Cristo (ENNOMOS CHRISTOU).

Esta Lei de Cristo na qual se encontra o crente nEle confere-lhe uma vida nova no Espírito como uma força no agir moral. Ao contrário do GRAMMA da Lei do Sinai, a Lei de Cristo traz em si aquela DYNAMIS divina, que é dada no PNEUMA.

Impulsionado por esta DYNAMIS, essa força, essa vitalidade da Lei de Cristo, o crente se desenvolve na Graça e conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo (II Pedro 3:18), apropriando-se pela fé das bênçãos do Senhor, “porque andamos por fé” (II Coríntios 5:7) e “pela fé para que seja segundo a graça” (Romanos 4:16).

Este é o testemunho de Paulo, o teólogo insuperável do Cristianismo: “E a vida que agora vivo na carne vivo-a na fé do Filho de Deus, o qual me amou e se entregou a Si mesmo por mim” (Gálatas 2:20).

2) - No contexto da Graça, vivendo pela fé, o crente, através do Espelho da Bíblia, fixa a sua atenção no amor de Cristo.

Sempre se falou em amor. Hoje, então, é a palavra mágica, saliente, no linguajar de todos. O amor segundo o mundo é volatizado no abstrato e se limita a uma idolatria verbal.

Nas Sagradas Escrituras, contudo, surpreende-nos com a “novidade” do amor porque “DEUS É AMOR” (I João 4:8).

Não amor em abstrato. Mas amor em concreto. Amor declarado e provado. “Nisto se manifestou o amor de Deus, não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que Ele nos amou a nós, e enviou Seu Filho para propiciação pelos nossos pecados” (I João 4:10).

Amou-nos quando éramos pecadores e, portanto, distantes dEle. “Porque apenas alguém morrerá por um justo; pois poderá ser que pelo bom alguém ouse morrer. Mas Deus PROVA o Seu amor para conosco em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores (Romanos 5:7-8).

3) - Na contextura da Graça, iluminado pelo amor de Deus, o crente é motivado e impulsionado a amar “porque o amor de Cristo nos constrange” (II Coríntios 5:14). Constrange-nos, incita-nos a amá-lo: “Sede, pois, imitadores de Deus, como filhos amados; e andai em amor, como também Cristo nos amou” (Efésios 5:1-2).

Portanto, a nossa norma moral válida de agir fundamenta-se na comunhão com Cristo. Eis o sentido da Lei de Cristo: a conservação, o aprofundamento e o aperfeiçoamento desta comunhão de ser com Cristo.

E o nosso amor a Jesus Cristo, porventura deverá ser abstrato, meramente subjetivo ou só em teoria?

Não! Não! Concretiza-se na produção de frutos, ou melhor, do FRUTO.

“Mas, agora, libertados do pecado, e feitos servos de Deus, tendes o vosso FRUTO para santificação e, por fim, a vida eterna” (Romanos 6:22).

FRUTO que se multiplica em frutos por ser tratar de serem produzidos pelo amor a Cristo. É, por conseguinte, um amor objetivo, palpável, vivido. E origem de frutos.

FRUTO que é amor a se multiplicar em frutos de infindável variedade. “O FRUTO do Espírito é: AMOR, gozo, paz, longanimidade, bondade, benignidade, bondade, fé [= fidelidade], mansidão, temperança” (Gálatas 5:22).

Frutos esses sinônimos de obras consoante a palavra de Paulo: “Porque somos feitura Sua, criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus preparou para que andássemos nelas” (Efésios 2:10).

Como poderia constituir-se a Lei em modelo ou roteiro de vida para o crente se ele está morto para a Lei? Morto para a Lei, como poderia ser-lhe obediente e submisso? Então, por ela produziríamos frutos?

Impossível!

Produzimos fruto para Deus porque estamos mortos para a Lei e livres dela. “Assim, meus irmãos, também vós estais mortos para a Lei pelo Corpo de Cristo, para que sejais doutro, dAquele que ressuscitou dentre os mortos, a fim de que DEMOS FRUTO para Deus. Porque quando estávamos na carne, as paixões dos pecados, que são pela Lei, obravam em nossos membros para DAREM FRUTO PARA A MORTE. Mas agora estamos livres da Lei, pois morremos para aquilo em que estávamos retidos; para que sirvamos em novidade de espírito e não na velhice da letra” (Romanos 7:4-6).

4) - No contexto da Graça, o nosso fruto é o AMOR, fonte de outros frutos de uma lista infindável. Frutos, no caso, sinônimos de boas obras na obediência amorosa ao Salvador, pois “nós O amamos a Ele porque Ele nos amou primeiro” (I João 4:19).

Poucas horas antes de Sua morte no Calvário, quando culminaria a prova do Seu amor, Jesus, preparando Seus discípulos para viverem intensamente na contextura da Graça, sublinhou: “Se Me amardes, guardareis os Meus mandamentos. Aquele que tem os Meus mandamentos e os guarda, esse é o que Me ama. Se alguém Me ama, guardará a Minha palavra” (João 14:15, 21, 23).

5) - Teria incidido o Senhor no antigo sistema legalístico ao requerer de Seus discípulos a guarda de Suas palavras e de Seus mandamentos? Teria mudado apenas o modo de expressar a mesma coisa?

Absolutamente, não! Mil vezes não!!!

Ouço Jesus a orar ao Pai!

Impossível me é duvidar de Sua sinceridade quando fala aos homens. E poderia duvidar dela quando fala ao Pai?

Em Sua oração dirigida ao Pai, pouco antes de ser preso, Ele declarou: “Manifestei o Teu Nome aos homens que do mundo Me deste

[os discípulos]; eram Teus e Tu Mos deste, e GUARDARAM A TUA PALAVRA” (João 17:6).

Homens fracos, ambiciosos, egoístas, vacilantes, cheios de falhas, guardaram a Palavra. O Senhor conhece o íntimo dos Seus e, conquanto os vê fracos e falhos, diz terem guardado a Palavra!

Com efeito, o julgamento de Jesus não se baseia numa balança legalística em que num dos pratos se põem coisas boas e noutro as más para auferir à luz da Lei os seus méritos ou deméritos.

Os Seus discípulos amam o Senhor e, com Sua Palavra entesourada no coração, andam na direção certa, apesar de possíveis tropeços ou cambaleios na vivência da fê sob a égide da Graça.

.oOo.

O DOMINGO

Sem ser ANOMOS THEOU, o crente evangélico, no contexto da Graça, vive dentro da Lei de Cristo (= ENNOMOS CHRISTOU), essencialmente unida à Sua Divina Pessoa.

Neste contexto da Graça ele anda por fê, fixando sua mente no AMOR de Cristo e pelo AMOR de Cristo ele é impulsionado e dinamizado a produzir FRUTO.

FRUTO que também é AMOR, manancial das boas obras preparadas pelo próprio Deus para que nelas ande (Efésios 2:10).

E nesta economia da Graça, vitalizado pelo amor de Cristo, a produzir fruto com a sua sequência infindável de boas obras é que o crente evangélico, vivendo a realidade, observa o DOMINGO como o DIA DO SENHOR.

Guarda-o por motivos poderosíssimos: a Ressurreição de nosso Senhor Jesus Cristo e o Pentecostes do Espírito Santo.

Motivos esses muito mais ponderáveis do que as razões dos judeus obrigados à observância legalista do sábado hebdomadário, nesga das “sombras”.

A RESSURREIÇÃO

A Ressurreição de nosso Senhor Jesus Cristo é o acontecimento fundamental do Cristianismo.

É o prisma através do qual são contemplados todos os episódios da vida de Cristo, todos os Seus pronunciamentos, e auferidas todas as Suas promessas. É a verdade capital da nossa própria existência, porquanto o Pai que ressuscitou Seu Filho (Romanos 8:11; I Coríntios 6:14; II Coríntios 5:15; 13:4; Efésios 1:19; Colossenses 2:12) é o que justifica os homens (Romanos 3:26, 30; Gálatas 3:8). Jesus “ressuscitou para nossa justificação” (Romanos 4:25).

Se Ele não ressuscitou é vã a nossa fé (I Coríntios 15:14).

Desmoronar-se-ia toda a revelação Divina contida nas Escrituras.

Jesus Cristo teria apodrecido na sepultura como qualquer mortal e permaneceríamos no pecado (I Coríntios 17:17) e seríamos “os mais miseráveis de todos os homens” (v. 19).

A morte de cruz se constituiria em extremo vilipêndio. Um escárnio para os discípulos do Mestre. Tendo Ele ressuscitado, porém, os Seus seguidores estão redimidos deste ultraje.

Anunciar este fato, pois, consistia no núcleo principal das pregações dos apóstolos. Esse foi, de resto, o objetivo da escolha de um ocupante da vaga deixada por Judas Iscariotes, conforme a assertiva de Pedro: “É necessário, pois, que dos varões que conviveram conosco... um deles se faça conosco testemunha da Ressurreição” (Atos 1:21-22).

E, como testemunhas da Ressurreição (Atos 2:32), os apóstolos ousavam anunciar aquele Jesus crucificado no madeiro da ignomínia, mas reabilitado porque não se sujeitou à corrupção. “E os apóstolos davam, com grande poder, testemunho da Ressurreição do Senhor Jesus” (Atos 4:33; 13:31; 22:15; 26:16). E este testemunho resume de forma cabal a sua missão (Atos 2:32; 3:15; 5:32).

O DOMINGO É O ÚNICO DIA DA SEMANA MENCIONADO NOS EVANGELHOS

De si mesmo, nenhum dia é maior ou mais santo que os outros. Os fatos em que neles ocorrem fazem-nos solenes. Os acontecimentos dão importância ao dia em que sucedem.

Lá no Japão, o dia 7 de setembro nada significa. É normal como qualquer dia comum. Para os brasileiros, contudo, tem ele um significado especialíssimo. É o Dia da Pátria por haver nele ocorrido a nossa emancipação política.

O domingo é o dia solene da semana porque nele Cristo ressuscitou. É importantíssimo para os cristãos desde os tempos apostólicos por ser a Ressurreição o fato mais importante de todos os episódios importantes da história da humanidade.

Verifiquem-se os Evangelhos. Os quatro. Leiam-nos com acurada atenção. Frase por frase. Versículo por versículo. Esquadrinhando-os!

Onde a referência do dia semanal do nascimento de Cristo?

Conquanto fato importante o nascimento de Cristo, o dia dele não é referido.

Onde a referência de Sua concepção? Da Sua circuncisão? Do Seu batismo? Da violenta tentação do diabo contra Ele? Do Seu primeiro milagre, o das bodas de Caná, quando, ao manifestar a Sua glória, principiou os Seus sinais? Da eleição dos apóstolos? Da degolação de João Batista? Da multiplicação dos pães? Da ressurreição de Lázaro?

Onde a referência *explícita* do dia da instituição da Ceia? Ou da morte de Jesus?

Os escritores dos Evangelhos omitem a menção do dia da semana em que ocorreu tal ou tal episódio da vida de Cristo.

As suas alusões aos sábados, contudo, deram um realce especial ao dia da Ressurreição (Mateus 28:1; Marcos 16:2; Lucas 24:1; João 20:1, 19).

Se a grandeza de um dia se aquilata pela grandeza do fato ocorrido neste dia, o domingo é soleníssimo desde os tempos apostólicos. Por isso que os escritores evangelistas o sublinharam no relato da Ressurreição.

ONDE NO NOVO TESTAMENTO UM PRECEITO PARA A OBSERVÂNCIA DO DOMINGO?

Jesus observou o sábado e o fez como judeu, nascido debaixo da Lei. E Ele próprio o transgrediu. Aliás, a única prescrição cerimonial da Lei desrespeitada por Ele, como já examinamos em capítulo anterior.

Guardando o domingo naquele contexto da Graça, os cristãos observam o preceito moral do repouso hebdomadário. Deslocaram apenas de um dia a contagem dos dias da semana.

Ao invés de principiar a contagem dos dias de trabalho no primeiro dia da semana, iniciam na segunda-feira e, no sétimo dia da série assim começada de seus trabalhos, repousam e se dedicam ao louvor de Deus.

Nesse caso, poder-se-ia chamar o domingo de sábado, na medida em que a palavra sábado recobre o conceito de descanso.

Note-se, outrossim, o pormenor de não se encontrar nas Escrituras Sagradas a indicação do dia em que se deve iniciar a enumeração dos dias da semana.

Se encontrássemos uma determinada taxativa para a guarda do domingo nos moldes da decretação do sábado, os cristãos continuariam sob o regime legalista do Velho Testamento.

Mediante dois processos legítimos e seguros tiram-se das Escrituras as práticas características do povo evangélico:

1) - preceito direto em versículos claros, como, por exemplo, a do batismo;

2) - por dedução ou inferência necessária e lógica.

Os sabadeadores adotam, por reconhecer-lhes a legitimidade, também o processo indireto. Como exemplo, cito a suposta diferença entre “lei moral” e “lei cerimonial”, em parte alguma das Escrituras mencionada. Forçam um malabarismo para conseguir, por dedução ou inferência (nada lógica e muito menos necessária para o caso) aquela diferença.

Pergunto-lhes: Onde está em todo o Novo Testamento a abolição da Páscoa? Estabelecida como prática “perpétua” (Êxodo 12:14), foi cumprida por Jesus Cristo (Lucas 22:8). Por que os sabadeadores não a observam?

Se quiserem recorrer à explicação de sua mudança para a Ceia como sucedânea dela, pergunto-lhes ainda: Onde está o mandamento ordenando semelhante mudança?

Os sabadeadores aceitam a supressão do mandamento PERPÉTUO da Páscoa, bem como de outras práticas do Antigo Testamento, não porque encontrem no Novo Testamento uma determinada expressão neste sentido. Aceitam tal abolição pela inferência da conclusão a que nos leva o exame de passagens bíblicas afins.

E, por mencionar a Ceia do Senhor, recorde haver Jesus celebrado a Ceia só com os Doze. E, em parte alguma das Escrituras Novotestamentárias Ele determinou que os outros discípulos ou os simples membros da Igreja, incluindo-se mulheres, dela participassem.

Mas os cumpridores do sábado, não obstante essa omissão das Escrituras, permitem a participação da Ceia até para as mulheres. As mulheres que estiveram ausentes quando Jesus a celebrou e a estabeleceu.

A celebração do domingo procede entre os crentes evangélicos de uma dessas conclusões, procedente de várias passagens e de vários fatos bíblicos.

Não nos preocupamos com as tábuas de pedra e nem com o Testamento da letra (I Coríntios 3:3, 6). No “ministério do espírito”, preocupamo-nos com os fatos.

E temos nós o exemplo apostólico.

E essa prática apostólica não teria procedido de um específico preceito? Não seria um daqueles mandamentos aludidos em Atos 1:2? (“Depois de ter dado mandamentos, pelo Espírito Santo, aos apóstolos que escolhera”).

O DESTAQUE DA LOCUÇÃO:

“PRIMEIRO DIA DA SEMANA”

1) - Nas páginas do Novo Testamento o seu realce acompanha os relatos da Ressurreição.

“E, no dia do sábado, quando já despontava o PRIMEIRO DIA DA SEMANA, Maria Madalena e a outra Maria foram ver o sepulcro” (Mateus 28:1).

“E, passado o sábado, Maria Madalena, e Maria, mãe de Tiago, e Salomé, compraram aromas para irem ungi-lo. E, no PRIMEIRO DIA DA SEMANA foram ao sepulcro, de manhã cedo, ao nascer do sol” (Marcos 16:1-2).

“E no PRIMEIRO DIA DA SEMANA, muito de madrugada, foram elas ao sepulcro, levando as especiarias que tinham preparado” (Lucas 24:1).

“No PRIMEIRO DIA DA SEMANA Maria Madalena foi ao sepulcro de madrugada, sendo ainda escuro, e viu a pedra tirada do sepulcro” (João 20:1).

É relevante notar-se o pormenor de principiarem os quatro relatos evangélicos da Ressurreição com igual destaque do PRIMEIRO DIA DA SEMANA.

João omite o registro da encarnação e do nascimento de Jesus Cristo. A Ressurreição, contudo, é anotada no capítulo 20 do seu livro.

2) - Idêntica ênfase é dada ao registro dos cinco encontros de Jesus Ressuscitado com os Seus discípulos.

Marcos frisa o PRIMEIRO DIA DA SEMANA ao relatar o encontro de Jesus com Maria Madalena (16:9).

Às santas mulheres que no PRIMEIRO DIA DA SEMANA (Mateus 28:1; Marcos 16:1-2; Lucas 24:1; João 20:1) foram ao sepulcro. Enquanto, pressurosas, iam anunciar as boas novas aos discípulos, “eis que Jesus lhes saiu ao encontro dizendo: Eu vos saúdo. E elas, chegando, abraçaram Seus pés, e O adoraram” (Mateus 28:9).

“E eis que no MESMO DIA iam dois deles [dos discípulos] para uma aldeia, que distava de Jerusalém, sessenta estádios, cujo nome era Emaús... E aconteceu que, indo eles falando entre si, e fazendo perguntas um ao outro, o mesmo Jesus se aproximou e ia com eles” (Lucas 24:13, 15).

E na tarde DESSE DOMINGO o Senhor Ressuscitado aparece aos Seus para lhes dar a Sua paz e confirmar-lhes as notícias das mulheres e dos dois viajantes de Emaús (Lucas 24:36).

João, ao registrar o episódio, sublinha: “Chegada, pois, a tarde DAQUELE DIA, O PRIMEIRO DA SEMANA, e cerradas as portas onde os discípulos, com medo dos judeus, se tinham ajuntado, chegou Jesus e pôs-se no meio e disse-lhes: Paz seja convosco” (20:19).

Nesta oportunidade estivera ausente Tomé. “E oito dias depois estavam outra vez os Seus discípulos dentro e com eles Tomé” (João 20:26).

“Oito dias depois” quer dizer: NO PRIMEIRO DIA DA SEMANA seguinte, ou seja, no outro domingo e não na segunda-feira.

Com efeito, a contagem começa no domingo. Então, domingo, 1; segunda-feira, 2; terça-feira, 3; quarta-feira, 4; quinta-feira, 5; sexta-feira, 6; sábado, 7; domingo, 8.

É assim que se enumera a série de oito dias.

E provas bíblicas dessa maneira de se contarem os dias?

Encontro-as nos Evangelhos. Em Mateus 16:21 Jesus revelou aos “discípulos que convinha ir a Jerusalém, e padecer muito dos anciãos, e dos principais dos sacerdotes, e dos escribas, e ser morto, e ressuscitar ao TERCEIRO DIA” (Mateus 20:19). “Mas que depois de TRÊS DIAS ressuscitaria” (lembra Marcos 8.31).

Ora, conforme se pode deduzir do relato de Marcos, Jesus morreu numa sexta-feira: “E, chegada a tarde, porquanto era ao dia da preparação, isto é, a VÉSPERA DO SÁBADO... E Pilatos se maravilhou de que já estivesse morto” (15:42-43). Se Ele ressuscitou no domingo, segue-se que a enumeração começou na sexta-feira: sexta-feira, 1; sábado, 2; domingo, 3.

O realce da locução “PRIMEIRO DIA DA SEMANA” nas páginas do Novo Testamento, nunca antes mencionada, decorre da alta significação desse dia entre os cristãos apostólicos como consequência da Ressurreição do Senhor, de haver Ele aparecido cinco vezes (das que são aludidas) aos discípulos, de havê-los abençoado desejando-lhes a Sua paz (João 20:19) e comissionado a pregar, sob o poder do Espírito Santo, o arrependimento e a remissão de pecados (Lucas 24:47; João 20: 22, 23).

Seria sem sentido e inoportuno o destaque do PRIMEIRO DIA DA SEMANA se aqueles nossos irmãos deixassem de celebrá-lo como o DIA DO SENHOR na vigência do sistema cristão. Seria ignorar a consumação definitiva da sistemática antiga, consumação essa assinalada pela Ressurreição de Cristo. Seria o contrassenso de afirmar o tipo e as figuras, quando já veio o antítipo, a realidade definitiva.

Pelo Corpo de Cristo estamos mortos para a Lei a fim de sermos doutro, de Cristo, que ressuscitou dentre os mortos (Romanos 7:4).

Mortos para a Lei, se quiséssemos observar o sábado semanal judaico (tipo do repouso de Cristo com a Ressurreição), cairíamos em contradição e incorreríamos no legalismo caduco de observância de alimentos puros e impuros, de sacrifícios rituais, da ceia pascal, da circuncisão. Permaneceríamos sujeitos ao regime provisório do Antigo Testamento (Gálatas 5:1-4).

A RESSURREIÇÃO DE JESUS EXTINGUE O SÁBADO

Predita pelo profeta Oseias (2:11) e anunciada, como fato consumado, por Paulo Apóstolo (Colossenses 2:16), a abolição do sábado consumou-se quando nosso Senhor Jesus Cristo ressuscitou.

O acontecimento é frisado nos próprios registros da Ressurreição, evento fundamental do Cristianismo.

Quando leio uma obra vertida para o vernáculo e desejo certificarme da fidelidade da tradução quanto ao pensamento do autor, recorro à obra na sua língua original.

O Novo Testamento originalmente foi escrito em grego. Por conseguinte, a esse texto recorreremos se almejamos elucidar quaisquer dúvidas.

1) - As traduções via Vulgata de Jerônimo, como a de Matos Soares e a de Antonio Pereira de Figueiredo, cometem grave engano ao exibirem Mateus 28:1 nos termos como apresentam.

O latim da Vulgata diz: “Vespere auttem sabbati, quae lucessit in prima sabbati, venit Maria Magdalene...” Que Matos Soares traduziu: “Mas, na TARDE do sábado, ao amanhecer o primeiro dia depois do sábado, foi Maria Madalena”. E Figueiredo: “Mas, na TARDE do sábado, ao amanhecer o primeiro dia da semana, veio Maria Madalena”.

O nosso Ferreira de Almeida escapou da Vulgata porque se valeu diretamente do grego ao fazer sua tarefa de tradutor, sendo ele o que dos três mais se aproxima da mente do escritor sacro. E assim apresenta o texto: “E, no FIM do sábado, quando já despontava o primeiro dia da semana, Maria Madalena...”

Nenhuma das traduções em português, inclusive a de Almeida, e nas línguas modernas que conheço, porém, expressa com exatidão o registro de Mateus.

2) - Com efeito, no original grego o texto assim se exhibe: “OPSE DÉ SABBÁTON, TÉ EPIPHOSKOÚSE EIS MÍAN SABBÁTON”.

O advérbio OPSE pode ter o significado de TARDE (em latim VESPERE), como em Marcos 11:11,19; 13:35. De semelhante forma, o substantivo OPSÍA, como em Mateus 8:16; 14:15, 23; 16:2; 27:57; Marcos 15:42; João 6:16; 20:19.

Essa versão (TARDE, em português) em Mateus 28:1, por dar margem a sérias dificuldades, não pode ser usada e, portanto, deve se recorrer a outro vocábulo.

a) - Se se traduzir OPSE de Mateus 28:1 por TARDE, o texto de Marcos 16:1-2 fica sem sentido. Contradizer-se-iam os dois textos:

“Mas, na TARDE do sábado, ao amanhecer o primeiro dia depois do sábado, foi Maria Madalena” (Mateus 28:1). “E, passado o sábado... compraram aromas para irem ungi-lo. E, no primeiro dia da semana, foram ao sepulcro...” (Marcos 16:1-2).

Na tarde do sábado ou no primeiro dia da semana?

b) - A versão do OPSÉ por tarde cria, outrossim, sérios embaraços dentro do próprio texto de Mateus 28:1.

De fato, entre os judeus, o dia começava com o pôr do sol e terminava na tarde seguinte. Mais ou menos das 6 horas da tarde até às 6 horas da tarde subsequente.

Então, se OPSÉ significa TARDE, como nas versões de Soares e de Figueiredo, a tarde do sábado coincidiria com o amanhecer do dia seguinte. Seria inconcebível semelhante ocorrência.

3) - O advérbio OPSÉ, contudo, tem outra significação, como “depois”, “quando”, na circunstância de ser seguido de genitivo para expressar uma coisa completa e definitivamente acabada.

Com efeito, assim a emprega Philostrato em sua ‘Vita Apollonii’ (4,18): “Opsé mysterion elthen (= finitis jam mysteriis advenit, que, em nosso idioma, quer dizer: “quando os mistérios já se acabaram, veio...”).

À luz de Marcos 16:1-2 e Lucas 24:1, esse advérbio exige em português o sentido de “quando” ou “depois” em Mateus 28:1, onde é seguido do genitivo SABBÁTON.

4) - Portanto, a versão literal, correta de Mateus 28:1 deve ser: “Quando os sábados se acabaram, ao amanhecer o primeiro dos sábados, o primeiro dia da semana” ou “Depois de terminados os sábados, ao alvorecer o primeiro dos sábados, o primeiro dia da semana” ou “Passados os sábados...”

“Quando os sábados se acabaram”, ou seja, quando os sábados cerimoniais do sistema judaico terminaram, tiveram seu fim, consoante a profecia de Oseias 2:11.

João Ferreira de Almeida andou próximo da versão correta. Se houvesse vertido corretamente no plural, teria dito: “No FIM dos sábados...”

Neste caso, a palavra FIM como o sentido de término. Então daria para entender a Revelação Divina quanto ao encerramento da vigência do sábado hebdomadário do cerimonialismo judeu.

Tendo-se, com a Ressurreição de Cristo, acabado os sábados da Lei, ao alvorecer o primeiro dos sábados, como era designado o primeiro dia da semana ou o domingo, o primeiro dia da celebração do Repouso de Cristo na sucessão das semanas dentro da vigência da economia da Graça.

5) - O recurso ao grego original proclama a magnitude do domingo, assinalado com o evento soberaníssimo da Ressurreição, na Escritura de Marcos 16:2, 9.

Vejamos o grego: “KAÍ LÍAN PRUÍ, TÉ MÍAN TON SABBATON (v. 2). ANASTÁS DÉ PRUÍ PRÓTE SABBATON (v. 9), cuja tradução vernácula ao pé da letra é: “E, muito pela manhã, no primeiro dos sábados” (v. 2). “Tendo ressuscitado pela manhã no primeiro (= PRINCIPAL) do sábado” (v. 9).

No v. 2 encontra-se o vocábulo acusativo MÍAN (= primeiro) para formar a locução que os judeus significavam: “O primeiro dos sábados”, a qual, em nossa língua, quer dizer: “O primeiro dia da semana”.

No v. 9, em lugar do acusativo MÍAN, depara-se PRÓTE.

Serão sinônimos?

Se as duas palavras empregadas nessa circunstância fossem sinônimas, Marcos teria, no v. 9, repetido o numeral cardinal MIA (= primeira).

Empregou, todavia, o vocábulo PROTOS.

Em ordem cronológica ou numérica, PROTOS pode significar primeiro. E, neste caso, Marcos teria repetido MÍA.

Ratione honoris, excellentiae seu dignitatis, quer dizer, em virtude da honra, da excelência ou da dignidade, PRÓTOS significa PRINCIPAL.

É neste sentido que o encontramos em Mateus 20:27; em Marcos 9:35; 10:44; em Lucas 15:22; 19:47; em Atos 13:50; 17:4; 28:7, 17. Em Mateus 22:38 e em Marcos 12:28-30, o amor a Deus sobre todas as coisas é o primeiro (não na ordem cronológica ou numérica), com o sentido de PRINCIPAL mandamento.

Em sentido eminente Deus é O PRÓTOS (Apocalipse 1:11; 2:8; 22:13).

É com esta significação de dignidade ou de excelência que Marcos 16:9 emprega PRÓTE = PRINCIPAL.

SABBÁTON se encontra no genitivo singular com o sentido de SEMANA, consoante o costume judaico de contar os dias hebdomadários. Aliás, ficaria sem sentido a frase se traduzíssemos: “E, tendo ressuscitado na manhã do principal do sábado”.

A tradução correta é: “E, tendo ressuscitado na manhã do PRINCIPAL dia da semana”.

Conforme Marcos, “o primeiro dos sábados” (= o primeiro dia da semana) é o PRINCIPAL dia da semana.

PRINCIPAL sobre o próprio antigo e caduco sábado judaico. É o PRÍNCIPE dos dias por nele haver ressuscitado o Salvador.

EM REBATE

UM SUPOSTO ARGUMENTO!

No decurso do Novo Testamento haverá alguma passagem que denote a observância do sábado por parte dos discípulos?

Há, sim! E claríssima!

Deparo-a em Lucas 23:56.

As mulheres seguidoras de Jesus acompanharam o Seu sepultamento “e, voltando elas, prepararam as especiarias e unguentos; e NO SÁBADO REPOUSARAM, CONFORME O MANDAMENTO”.

Alvissaras!, exclamam os observadores sabáticos. Eis a fortaleza inexpugnável!

Os discípulos observaram o sábado, “SEGUNDO O MANDAMENTO”, portanto, em vigor. Esta declaração evidente, outrossim, é por si mesma suficiente para encerrar o assunto acerca da vigência do quarto preceito que institui a guarda do sábado no sétimo dia, tanto mais que Lucas fez o registro pelo menos trinta anos depois.

Ainda! Aquelas mulheres ignoravam por completo a guarda do primeiro dia da semana, porquanto nesse dia “compraram aromas para irem ungi-IO” (Marcos 16:1).

A Bíblia, o Livro precioso e completo, desmonta toda a argumentação sabatista.

Com efeito:

a) - Aquelas piedosas mulheres decerto conheciam o conceito do Mestre quanto ao aspecto cerimonial do sábado. Decerto viram-nO profanar o sábado e, libertas de quaisquer casuísticas, jamais idolatrariam um dia da semana a tal ponto de lhes embarçar a compra de produtos necessários.

Se compraram aqueles aromas aludidos por Marcos, a transação comercial deve ter sucedido muito cedo, pois ao sepulcro foram “muito de madrugada” (Lucas 24:1), “de madrugada, sendo ainda escuro” (João 20:1). Se algum comerciante especializado nesses artigos lhes vendeu, isto foi alta madrugada, levantando-se por certo do leito a fim de atender freguesas tão madrugadoras. Fez-lhes o favor de servi-las na sua ânsia de ungi o Corpo do Mestre.

Hoje, os cristãos, porventura, desrespeitam o Dia do Senhor se nele comprarem leite, sabonete e passagem de ônibus?

Consideram-se violadores do sábado os seus guardadores se comprarem pão, um pé de alface ou um vidro de “alfazema” no propósito de presentear um aniversariante de cujo transcurso natalino haviam se esquecido?

b) - Se se apegar a Marcos 16:11 (“e, passado o sábado, Maria Madalena, e Maria, mãe de Tiago, e Salomé compraram aromas para irem ungi-IO”) na intenção de demonstrar haverem as mulheres respeitado o sábado não comprando nesse dia os aromas, pode-se

também recorrer a Lucas 23:56 para provar que elas não fizeram isso no domingo, mas na sexta-feira logo após o sepultamento de Jesus (“e, voltando elas, prepararam especiarias e unguentos”). Observe-se que a aparente contradição entre os dois escritores é irrelevante por se tratar de informe de somenos importância. Confirma ela, outrossim, a independência dos sagrados escritores e a sua preocupação de registrar o principal em que são unânimes: Cristo ressuscitou no PRIMEIRO DIA DA SEMANA.

c) - Se o fato de haver Lucas feito o registro uns trinta anos após a Ressurreição significasse a vigência do sábado como o sétimo dia da Lei, de igual forma estariam em vigor nos redutos cristãos os sacrifícios e a circuncisão porquanto o próprio Lucas, no mesmo livro, nos informa da circuncisão de Jesus (2:1), dos sacrifícios por Ele oferecidos (2:22-24) e das festas anuais a que comparecia (2:41). Conquanto haja escrito tantos anos após, Lucas estava registrando fatos do passado e não recomendando a imposição de preceitos.

d) - As mulheres “no sábado repousaram, CONFORME O MANDAMENTO”. Se pelo fato de Lucas dar esse informe sublinhando-o que o fizeram “CONFORME O MANDAMENTO”, somos os cristãos obrigados à guarda do sábado, “CONFORME O MANDAMENTO”, também somos obrigados à prática de outros ritos cerimoniais judaicos.

As mães devem, cumpridos os dias da purificação, ir a Jerusalém, “SEGUNDO A LEI DE MOISÉS”, apresentar seu primogênito e “SEGUNDO O QUE ESTÁ ESCRITO NA LEI DO SENHOR” consagrá-lo a Deus, dando um par de rolas ou dois pombinhos, “SEGUNDO O DISPOSTO NA LEI DO SENHOR”, porque assim fez Maria, a mãe de Jesus Cristo (Lucas 2:22-24).

Aquelas piedosas mulheres no sábado repousaram “CONFORME O MANDAMENTO” e Maria, a mãe de Jesus, também cumpriu todas as mencionadas prescrições “SEGUNDO A LEI DE MOISÉS”, “SEGUNDO O QUE ESTÁ ESCRITO NA LEI DO SENHOR”, “SEGUNDO O DISPOSTO NA LEI DO SENHOR”.

“E quando acabaram [Maria e José] de cumprir tudo SEGUNDO A LEI DO SENHOR, voltaram à Galileia, para a sua cidade de Nazaré (Lucas 2:39).

Ao mencionar o repouso sabático das piedosas mulheres, Lucas se restringe à simplicidade da locução: “CONFORME O MANDAMENTO”. Mas quanto ao cumprimento das aludidas disposições rituais no capítulo 2, soleniza: “SEGUNDO A LEI DO SENHOR”.

A ater-se ao exemplo das piedosas mulheres para se julgar na obrigação da guarda do sábado, ter-se-ia de, em nome da coerência, e com mais razão, o dever de cumprir todas as demais prescrições da ritualística judaica.

e) - Muitos anos depois da Ressurreição de Jesus Cristo, o Apóstolo Paulo circuncidou Timóteo (Atos 16:1). Ora, a circuncisão também se constituía em mandamento do Senhor. Os guardadores do sábado nossos contemporâneos se circuncidam?

f) - Em capítulo seguinte sob o título: PAULO APÓSTOLO E O DIA DO SENHOR, estender-nos-emos acerca das práticas judaicas por parte dos judeus cristãos durante o período de transição entre o judaísmo e o Cristianismo, quando conviviam os dois sistemas.

O mandamento sabático estava incorporado na lei civil nacional da teocracia judaica, a que todos os israelitas estavam obrigados.

DOMINGO, O DIA DO DESCANSO DE JESUS

O cosmo é obra do Senhor e, pela Criação, participa dEle e por Ele amado e apreciado como bom (Gênesis 1:4, 7, 10, 12, 18, 21, 25, 31).

Este plano inicial de Deus, contudo, foi transtornado pelo pecado do homem, a criatura por excelência, a quem todas as outras criaturas deveriam sujeitar-se (Gênesis 1:26-29).

Acontecendo o pecado, “a Criação ficou sujeita à vaidade, não por sua vontade, mas por causa do que a sujeitou” (Romanos 8:20).

“Maldita a terra por causa de ti” (Gênesis 3:17), a terrível sentença.

Maldita, tornou-se vaidade por deixar de atender a sua dupla incumbência de glorificar ao Senhor e servir ao homem. E este obrigou as criaturas inferiores a colaborar com ele em sua rebeldia contra quem as havia profanado. A natureza tornou-se inimiga do homem porque o seu corpo, em consequência do pecado, se tornou vulnerável e predisposto à corrupção.

O pecado do homem transtornou o plano inicial de Deus Criador, cuja misericórdia se sobreporia à iniquidade de sua principal criatura material e cujo poder se sobre-elevava à “vaidade” do cosmo.

1) - Na história da tragédia universal resultante do pecado do homem, como num aceno de Redenção, se manifesta a promessa da vitória com a reabilitação do prevaricador (Gênesis 3:15).

Nas Sagradas Escrituras, Criação e Salvação se confundem como uma só Obra do Senhor porque nelas é patente o designio redentor de Deus. Na Bíblia o plano da Salvação é apresentado como a realização de um único plano de amor com a Criação. Os atos salvíficos de Deus se expressam em categorias criacionistas. “Ele é o Senhor, nosso Deus; os Seus juízos estão em toda a terra. Lembra-Se perpetuamente do Seu concerto, da palavra que mandou, até milhares de gerações; do concerto

que fez com Abraão, e do Seu juramento a Isaque; o qual Ele confirmou a Jacó por estatuto, e a Israel por concerto eterno, dizendo: A ti darei a terra de Canaã, por limite da vossa herança” (Salmos 105:7-11).

Deus é o Senhor que cria e que salva Israel. “Lembra-te destas coisas, ó Jacó, e, ó Israel, porquanto és Meu ser vo; Eu te formei, Meu servo és, ó Israel; não Me esquecerei de ti. Desfaço as tuas transgressões como a névoa, e os teus pecados como a nuvem; torna-te para Mim, porque Eu te remi. Cantai alegres, vós, ó céus, porque o Senhor fez isto; exultai vós, as partes mais baixas da terra; vós, montes, retumbai com júbilo; também vós, bosques, e todas as árvores em vós; porque o Senhor remiu a Jacó, e glorificou-Se em Israel. Assim diz o Senhor, teu Redentor, e que te formou desde o ventre; Eu sou o Senhor que faço todas as coisas, que estendo os céus, e espraio a terra por Mim mesmo” (Isaías 44:21-24).

A própria intervenção de Deus para salvar o Seu povo manifesta o Seu poder criador. “Eu fiz a terra, e criei nela o homem; Eu o fiz: as Minhas Mãos estenderam os céus, e a todos os seus exércitos dei Minhas ordens. Eu o despertei em justiça, e todos os seus caminhos endireitarei” (Isaías 45:12-13).

2) - Embora se realize progressivamente na história, o plano de Redenção é único.

Esta unidade se ressalta nas suas sucessivas manifestações com o termo expressivo: ALIANÇA ou CONCERTO.

Esta Aliança, que envolve toda a iniciativa de Deus no sentido da Redenção do cosmo, remonta até Noé.

O Senhor Deus selou uma Aliança com Abraão com um sinal esculpido na carne através da circuncisão.

A Aliança com Noé, todavia, teve um sinal esculpido no céu. “E Eu convosco estabeleço o Meu concerto, que não será mais destruída toda a carne pelas águas do dilúvio, e que não haverá mais dilúvio, para destruir a terra. E disse Deus: Este é o sinal do concerto que ponho entre Mim e vós, e entre toda a alma vivente, que está convosco, por gerações eternas: o Meu arco tenho posto na nuvem; este será por sinal do concerto entre Mim e a terra. E acontecerá que, quando Eu trazer nuvens sobre a terra, aparecerá o arco nas nuvens. Então Me lembrarei do Meu concerto, que está entre Mim e vós, e ainda toda a alma vivente de toda a carne; e as águas não se tornarão mais em dilúvio, para destruir toda a carne. E estará o arco nas nuvens, e Eu o verei, para Me lembrar do concerto eterno entre Deus e toda a alma vivente de toda a carne, que está sobre a terra” (Gênesis 9:11-16).

Esta aliança ou concerto, outrossim, abrange a totalidade do cosmo: o homem, as criaturas irracionais, a terra e os céus.

E, como resultado deste concerto, o Universo, após o dilúvio, passa a desfrutar de um equilíbrio, de uma harmonia, correspondente à Criação primitiva.

Confrontem-se a Escritura de Gênesis 8:21 com a de Gênesis 3:17; e a de Gênesis 8:22 com a de Gênesis 1:3-5.

O profeta Jeremias, ao verificar na regularidade do cosmo o sinal de Deus em Seu plano remidor, relaciona o concerto de Davi com a aliança dos céus (Jeremias 33:20-25). E o Apóstolo Paulo na harmonia do Universo contempla Deus bondoso e providente. “Deus vivo, que fez o céu, e a terra, e o mar, e tudo quanto há neles, o qual nos tempos passados deixou andar todas as gentes em seus próprios caminhos. E, contudo, não Se deixou a Si mesmo sem testemunho, beneficiando-vos lá do céu, dando-vos chuvas e tempos frutíferos, enchendo de mantimento e de alegria os vossos corações” (Atos 14:15-17).

Ao lume do Salmo 135, constatamos que a história da salvação plena do homem e do Universo começa com a Criação. Ou ainda, a Criação é uma antecipação da Graça Redentora.

3) - A revelação deste plano salvífico do Universo, fragmentária ao longo do Velho Testamento, tem os seus contornos definidos por Paulo Apóstolo em sua luminosa proclamação: “Porque para mim tenho por certo que as aflições do tempo presente não são para comparar com a glória que em nós há de ser revelada. Porque a ardente expectativa da criatura espera a manifestação dos filhos de Deus. Porque a Criação ficou sujeita à vaidade não por sua vontade, mas por causa do que a sujeitou, na esperança de que também a mesma criatura será libertada da servidão da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus. Porque sabemos que toda a Criação geme e está juntamente com dores de parto até agora. E não só ela, mas nós mesmos, que temos as primícias do Espírito, também gememos em nós mesmos, esperando a adoção, a saber, a redenção do nosso corpo” (Romanos 8:18-23).

E a Ressurreição de Cristo, “feito as primícias dos que dormem” e, por isso, “todos serão vivificados em Cristo” (I Coríntios 15:20, 22), é a Ressurreição que dá consistência a essa magnífica verdade quanto à ressurreição do cosmo.

Por serem sujeitos ao homem os seres inferiores a ele, foram também afetados pelo pecado (Gênesis 3:17-19).

O pecado de Adão produziu um desequilíbrio, uma desordem nas coisas, contrariamente ao que ao princípio fora estabelecido por Deus.

APOKARADOKÍA (v. 19) denota uma esperança segura mesclada de impaciência ou pressa. É uma “ardente expectativa”.

É a esperança por parte da Criação de ser também ela liberta do jugo da vaidade, da corrupção, para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus, que se consumará na PARUSIA.

Essa “esperança” (v. 21) é encontrada em Isaías 65:17; 66:22, e que se respiga ao longo do Novo Testamento (Mateus 19:28; Atos 3:21; II Pedro 3:13; Apocalipse 21:1).

É por isso que a Ressurreição de Jesus Cristo atinge dimensões cósmicas.

O ponto de partida para a Redenção cósmica é a Redenção do homem por ser este a soberana de todas as criaturas materiais.

A Ressurreição de Jesus possibilita-lhe uma nova criação, uma nova geração. “Segundo a Sua Misericórdia, nos gerou de novo para uma viva esperança PELA RESSURREIÇÃO de Jesus Cristo dentre os mortos” (I Pedro 1:3). Em defluência, “se alguém está em Cristo, NOVA CRIATURA é” (II Coríntios 5:17). “Por que em Cristo Jesus nem a circuncisão nem a incircuncisão tem virtude alguma, mas sim o ser uma NOVA CRIATURA” (Gálatas 6:15).

A Ressurreição de nosso Senhor Jesus Cristo, é a Verdade Capital da nossa existência. É a única obra da salvação à qual se concentram todos os episódios da Redenção. É a única porque com ela o Senhor “nos ressuscitou juntamente com Ele e nos fez assentar nos lugares celestiais, em Cristo Jesus” (Efésios 2:5).

5) - A perícopé de Romanos 8:18-23, outrossim, propicia-nos o magnífico ensino de que a Redenção do homem envolve a restauração de todo o Universo. Trata-se de consumir a vontade de Deus, qual seja “a de tornar a congregar em Cristo todas as coisas, na dispensação da plenitude dos tempos, tanto as que estão nos céus como as que estão na terra” (Efésios 1:10; Colossenses 1:20).

A Redenção do cosmo é uma consequência da Redenção do homem. Ao ser salvo o homem, arrasta consigo todo o Universo.

Releva lembrar-se que a Redenção do Universo é mais precisamente uma decorrência da Redenção do CORPO do homem.

Paulo, desde o princípio do capítulo 8 de Romanos, assegura que, em virtude de Sua morte e, mais ainda, de Sua Ressurreição, Cristo comunica ao cristão um novo princípio, o Espírito Santo, a Terceira Pessoa, cuja influência atinge também o corpo, além da alma do cristão.

E esse Espírito é fonte da revivificação do corpo do crente evangélico. “E, se o Espírito dAquele que dos mortos ressuscitou a Jesus habita em vós, Aquele que dos mortos ressuscitou a Cristo também vivificará os vossos corpos mortais, pelo Espírito que em vós habita” (Romanos 8:11).

Esta glorificação do corpo, da matéria, carreará, como corolário, a RECRIAÇÃO do cosmo, que não está destinado ao aniquilamento, mas à transformação.

O Universo, liberto da “ vaidade”, da servidão, da corrupção, participará da liberdade da glória dos filhos de Deus.

João, por antecipação, contemplou o novo céu e a nova terra (Apocalipse 21:1; Isaías 65:17; 66:22).

A Redenção objetiva realizada por Jesus operou a RECRIAÇÃO do Universo na restauração de todas as coisas. E a Sua Ressurreição tornou efetiva a exaltação desse Universo a uma nova categoria a se consumir na PARUSIA.

No fato de Deus mandar Noé abrir a arca após a catástrofe do dilúvio para dela sair, podemos encontrar um símbolo da RECRIAÇÃO feita por Jesus Cristo. E o dia em que Noé dela saiu, o tipo da Ressurreição do Senhor.

Gerado do Pai, Jesus é o princípio de vida. Saindo do sepulcro, decretou o fim da morte (I Coríntios 15:54-57).

A Ressurreição é o descanso definitivo de Jesus de Sua Obra RECRIADORA. É o verdadeiro descanso de Deus após haver consumado a Segunda Criação.

Como Restaurador do gênero humano e Autor da nova criação completou a Sua Obra no dia subsequente ao sábado judaico.

No túmulo frio onde, inerte, passara o sábado, consumou, em extrema humilhação sob os sintomas da derrota, a Segunda Criação e no primeiro dia da semana, ao ressuscitar glorioso, entrou no verdadeiro e eterno repouso.

Portanto, não se entende à luz da Ressurreição que os crentes evangélicos hajam de cumprir o sábado, símbolo da primeira Criação e liturgia do sistema das coisas pré-cristãs, depois que o Criador Se dignou RECRIAR o homem e o Universo, consumando, com a ressurreição de Cristo, o Seu plano no PRIMEIRO DIA DA SEMANA, o “principal” de todos os dias (Marcos 16:9).

O DOMINGO, O “DIA DO SENHOR”

Nas Sagradas Escrituras encontram-se cerimônias e determinadas pessoas e criaturas irracionais designadas como DO SENHOR ou a Ele santificadas.

Os primogênitos dos homens e de certos animais a Ele são santificados (Êxodo 13:2; 22:29), “todo o primogênito é Meu... santifiquei para Mim todo o primogênito em Israel” (Números 3:13; 8:17; Deuteronômio 15:19; Lucas 2:23).

A grande solenidade nacional judaica é “a Páscoa do Senhor” (Êxodo 12:48; Levítico 23:5; Números 9:14; 28:16).

Os sacrifícios se constituíam em ponto alto do culto ritualista do Templo. E também “o sacrifício é do Senhor” (Sofonias 1:8). E Deus o cognomina: “Meu sacrifício” (Ezequiel 39:19).

O sábado semanal do Antigo Testamento, o Pacto das Obras, de igual forma, era do Senhor. “Sábado do Senhor” (Êxodo 16:25). Através do profeta Ezequiel, Ele o declara propriedade Sua: “Meus sábados” (20:12, 13, 16, 21 e 24).

O sábado era do Senhor como o eram os primogênitos, os sacrifícios e a Páscoa.

Em todo o Novo Testamento não se acha qualquer referência à extinção da Páscoa e da entrega dos primogênitos, embora os cristãos não as pratiquem.

Já examinamos, contudo, a abolição do sábado. Deixou ele de ser um dia especial do Senhor.

O Senhor Jesus Cristo é o Senhor de TODOS os dias, “ATÉ DO SÁBADO” (Mateus 12:8). É o Senhor do domingo, da segunda, da terça, da quarta, da quinta, da sexta-feira e “ATÉ DO SÁBADO”.

De uma maneira singular, toda especial, Ele é o Senhor do domingo ou o domingo é o DIA DO SENHOR.

Em certa ocasião, alhures, li o desafio com a oferta de vultosa importância a quem provasse pelas Sagradas Escrituras que o domingo é o DIA DO SENHOR.

Pois bem, essa verdade é incontestavelmente revelada na Bíblia.

1) - Já no Velho Testamento encontra-se prefigurado o domingo como dia santificado ao Senhor, o DIA DO SENHOR.

Uma das importantes festas anuais era a das Primícias da colheita. A solenidade se celebrava “AO SEGUINTE DIA DO SÁBADO” (Levítico 23:11) com sacrifícios e ofertas de manjares “em cheiro suave ao Senhor”.

Cinquenta dias depois, em outro “DIA SEGUINTE AO SÁBADO” ocorria a festa do término das colheitas (Levítico 23:16).

Duas festas importantes do calendário litúrgico no Velho Testamento se celebravam aos domingos.

Era o Senhor Deus a preparar em figuras o magno dia da Ressurreição de Jesus Cristo, “feito as primícias dos que dormem”, de “Cristo as primícias” (I Coríntios 15:1, 23).

2) - Ainda naquelas Antigas Escrituras encontro um anúncio claro e evidente do domingo, o DIA DO SENHOR. Está no Livro dos Salmos.

“A pedra que os edificadores rejeitaram tornou-se cabeça da esquina. Foi o Senhor que fez isto, e é coisa maravilhosa aos nossos olhos. ESTE É O DIA QUE FEZ O SENHOR; regozijemo-nos, e alegremo-nos nele” (Salmos 118:22-24).

Quem é essa pedra rejeitada? Quais são os rejeitadores? Que dia é esse?

A Bíblia se entende com a própria Bíblia.

Nela, pois, encontramos resposta para aquelas perguntas.

O próprio Jesus Cristo, em Mateus 21:42; Marcos 12:10 e Lucas 20:17 alude a essa pedra rejeitada pelos judeus. E Pedro assegura ser Jesus Cristo essa pedra que, com a Ressurreição, foi posta por cabeça de esquina (Atos 4:10, 11; Mateus 16:18). Posta por pedra angular com a Sua Ressurreição (Romanos 1:4; Efésios 1:19-22).

A Ressurreição, outrossim, se deu no primeiro dia da semana, no domingo. Portanto, “ESTE É O DIA QUE FEZ O SENHOR”. O fez de maneira especialíssima para o magno e ímpar evento da Ressurreição.

“Regozijemo-nos, e alegremo-nos nele”, pois é o DIA DO SENHOR.

3) - Em Apocalipse 1:10, contudo, acha-se a declaração explícita de ser o domingo o DIA DO SENHOR.

Diz João: “Eu fui arrebatado em espírito no DIA DO SENHOR, e ouvi detrás de mim uma grande voz, como de trombeta”.

Em alguns tópicos consideraremos o nosso texto de tão avultada importância para nossa vivência cristã:

a) - A locução DIA DO SENHOR para os profetas do Antigo Testamento significava julgamento, juízo. É “o grande e terrível dia do Senhor” (Joel 2:31; Isaías 2:12; 13:6, 9; Sofonias 1:7,14; Joel 2:1,11; Zacarias 14:1). Em idêntico sentido encontramos-a no Novo Testamento (I Tessalonicenses 5:2 e II Pedro 3:10).

O contexto em que se encaixa aquela expressão demonstra claramente tratar-se de castigos divinos em terrível juízo.

Apocalipse é, sem dúvida, um livro anunciador do Julgamento quando do acontecer das últimas coisas. Antes, porém, João descreve até o capítulo 5º a sua visão do culto celestial. E antes ainda registra as mensagens de Jesus para as sete Igrejas da Ásia.

É neste conjunto das Cartas às Igrejas, então existentes naquela região, que está a expressão DIA DO SENHOR.

Tratava-se de fatos daquela oportunidade (e não de fatos a ocorrerem no futuro quando do Juízo) quando João, preso na ilha de Patmos, foi arrebatado e naquele instante ouviu uma grande voz que lhe ordenava escrever às sete Igrejas contemporâneas suas.

Determinou o dia (“DIA DO SENHOR”) num lugar determinado (“ilha chamada Patmos”) e os motivos determinados de sua prisão (“por causa da Palavra de Deus e pelo testemunho de Jesus Cristo”).

b) - Supor-se ser esse “DIA DO SENHOR” o sábado judaico porque o Senhor num passado remoto o denominara “Meu santo dia” (Isaías 58:13) escapa à designação usual nas Escrituras desse dia sempre chamado de sábado como no texto isaiano aludido.

Se “DIA DO SENHOR” de Apocalipse 1:10 se referisse ao sábado, consoante Isaías 58:13, também João teria repetido o seu nome como fez o profeta.

De resto, os primogênitos foram designados por Deus como de Sua especial propriedade (“Meu é todo o primogênito”) e santos ao Senhor (“os santifiquei para Mim” – Números 8:17). E nem por isso nós hoje os dedicamos especialmente ao Senhor como faziam os judeus.

c) - Em muitas passagens do Antigo Testamento Deus é chamado de Senhor. O Novo Testamento, porém, a partir da Ressurreição, atribui este chamamento de Senhor a Jesus Cristo. “Meu Senhor e Meu Deus”, clamara Tomé quando O viu ressurreto (João 20:28). Paulo Apóstolo se tornou infatigável em tratá-LO assim.

João, em Apocalipse, também O reconhece Senhor “que é, e que era, e que há de vir, o Todo-Poderoso” (1:8).

d) - Ao pesquisador honesto não há por onde fugir: no v. 10 do capítulo 1º de Apocalipse, o Senhor é Jesus Cristo, o mesmo Senhor mencionado no v. 8 imediatamente anterior: “Eu sou o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim, diz o Senhor, que é, e que era, e que há de vir, o Todo-Poderoso”.

E o dia referido, portanto, é o dia de nosso Senhor Jesus Cristo (Salmos 118:24).

e) - No seu caso genitivo (kyriakon), esse termo é encontrado em I Coríntios 11:20 na expressão: CEIA DO SENHOR. Trata-se, portanto, de uma locução semelhante a DIA DO SENHOR.

A Ceia do Senhor é de Jesus. Ninguém afirma: “Ceia de Jeová” ou “Ceia de Deus”.

De idêntica forma, o DIA DO SENHOR aludido em Apocalipse 1:10 é de modo especial e solene dedicado ao nosso Senhor Jesus Cristo.

f) - No grego original, a locução do nosso estudo é assim: KYRIAKÉ HEMÉRA, que, em nosso vernáculo, se traduz ao pé da letra: SENHORIAL DIA ou DIA DO SENHOR.

O nosso vocábulo DOMINGO procede do latim DOMINICIUS (Senhorial), (como Dominga vem de Dominica), que, por sua vez, é a tradução latina do grego KYRIAKÉ.

KYRIAKÉ HEMÉRA, por conseguinte, é DIA DE DOMINGO, sinônimo de DIA DO SENHOR.

Sim, senhores! É só ter olhos para ver! O vocábulo DOMINGO (correspondente, por ser sua tradução portuguesa, ao grego KYRIAKÉ,) se encontra expressamente mencionado no Novo Testamento.

E se, porventura, a palavra domingo não se encontrasse claramente nas Escrituras do Novo Testamento, nem assim o valor do PRIMEIRO DIA DA SEMANA, o “PRINCIPAL DIA DA SEMANA” (Marcos 16:9), seria diminuído e prejudicado.

Os sabadeadores jamais encontrarão na Bíblia o termo Trindade em que creem e que também empregam. Não encontram igualmente o vocábulo Bíblia, que tanto citam. Se estivesse ausente do Livro Sagrado o termo domingo e por esse fato não o devêssemos aceitar, de igual modo os sabadeadores deveriam rejeitar a Trindade e a Bíblia.

A palavra DOMINGO, porém, se acha nas Escrituras: KYRIAKÉ, que no latim quer dizer DOMINICUS (= SENHORIAL), donde o nosso vocábulo DOMINGO, DIA SENHORIAL ou DIA DO SENHOR.

A Ressurreição de Jesus moveu os cristãos apostólicos a celebrarem o domingo (KYRIAKÉ HEMÉRA) como o dia semanal do Senhor quando Cristo é honrado como Soberano RECRIADOR do Universo e como Juiz dos vivos e dos mortos.

Cristo, o “primogênito dos mortos e o príncipe dos reis da terra. Àquele que nos ama, e em Seu sangue nos lavou dos nossos pecados, e nos fez reis e sacerdotes para Deus e Seu Pai; a Ele glória e poder para todo o sempre. Amém” (Apocalipse 1:5-6).

OS LEGÍTIMOS GUARDADORES DO SÁBADO

Quem são? Os sabadeadores segundo os ditames da Velha Lei? Ou os crentes evangélicos libertos do jugo da Lei? (Gálatas 5:1, 4, 18).

Os autênticos e verdadeiros guardadores do repouso santificado ao Senhor são os crentes evangélicos.

Eles observam no espírito da liberdade de Cristo o sábado da Criação porque solenizam o PRIMEIRO DIA DA SEMANA, o dia do descanso da RECRIAÇÃO.

Talvez pareça um contrassenso.

Demonstro, contudo, a minha assertiva. Os crentes evangélicos, ao guardarem o PRIMEIRO DIA DA SEMANA, são os verdadeiros guardadores do sábado da Criação.

Os supostos sabadeadores observam a sexta-feira em lugar do sábado.

Provo-o pelas Escrituras Sagradas, a minha única regra de fé e prática cristã.

Já vimos! A Ressurreição de Cristo é o Seu repouso da Sua Obra RECRIADORA. E ela aconteceu no chamado primeiro dia da semana.

Pois bem! Esse primeiro dia da semana CRONOLOGICAMENTE corresponde ao dia do “descanso” de Deus logo após a Criação.

Jesus ressuscitou, descansando de Sua Obra, exata e cronologicamente, no dia do “repouso” do Criador, quando cessou Ele a Criação.

O dia de Mateus 28:1, de Marcos 16:2, 9, de Lucas 24:1, de João 20:1, 19 é, na contagem do tempo, EXATAMENTE o dia de Gênesis 2:2-3.

Absurdo?

Parece!

Parece, mas não é!

É um fato demonstrado com toda a clareza nas Escrituras.

Vamos ao livro de Josué, o grande líder designado por Deus para a conquista de Canaã. Separadas as águas do Jordão, o povo transporta-se para a outra margem. Ao som de buzinas e aos gritos, caem os muros de Jericó. Ai é vencida.

E o povo de Deus se defronta com a poderosa coligação dos cinco povos (heteus, amorreus, cananeus, jebuseus e pereseus) encabeçados por Adoní-Zedeque, rei de Jerusalém, estadista astuto e perspicaz. Trava-se a batalha.

Desta batalha dependia o cumprimento das promessas do Senhor ao Seu povo de Israel.

Dela dependia, outrossim, o cumprimento da promessa do Messias Salvador que deveria nascer naquela terra.

Da conquista completa da terra dependia a concretização do Plano Salvífico de Deus.

A batalha de Bete-Horom, descrita com poucas e curtas frases no capítulo 10º do livro de Josué é a batalha mais importante de toda a história da humanidade.

A vitória teria que ser do exército chefiado por Josué, apesar da imensa e invencível superioridade da coligação liderada pelo gênio militar do rei Adoni-Zedeque.

No fragor da luta, a saraivada despejada das nuvens pôs em fuga os exércitos da liga militar dos nativos.

Josué precisava da vitória total. Sobrevindo a noite, porém, os inimigos teriam condições de encontrar refúgio.

Empolgado com a total vitória eminente, mas na dependência de mais horas de claridade, Josué clama: “Sol, detem-te em Gibeão, e tu, lua, no vale de Aijalom” (Josué 10:12).

Inimaginável a súplica de Josué? Atrevida?

“E o sol se deteve, e a lua parou, até que o povo se vingou de seus inimigos... O sol, pois, se deteve no meio do céu, e não se apressou a pôr-se, QUASE UM DIA INTEIRO. E não houve dia semelhante a este,

nem antes nem depois dele, ouvindo o Senhor assim a voz dum homem; PORQUE O SENHOR PELEJAVA POR ISRAEL” (Josué 10:13-14).

Um famoso astrônomo inglês, Edwin Ball, constatou a falta de vinte e quatro horas do tempo solar. De um dia inteiro.

A ciência está confirmando as Sagradas Escrituras.

Hoje, rejeitar-se a Bíblia em nome da ciência é um atestado de ignorância. Ignorância da Bíblia e da ciência!

O dia perdido do tempo solar averiguado pela astronomia é esclarecido pelas Escrituras.

Em Josué 10:13 temos: “QUASE UM DIA INTEIRO”. E o restante para se completarem as vinte e quatro horas está demonstrado no capítulo 38, v. 8, do Livro de Isaías e no livro de II Reis, capítulo 20 e vv. 9-10. Nessas passagens se registra a cura prodigiosa do rei Ezequias comprovada com o sinal do recuo do sol em dez graus que já havia andado.

Harry Rimmer, em seu livro “THE HARMONY OF SCIENCE AND SCRIPTURE”, num longo e minucioso estudo, focaliza, à luz da Bíblia, o dia de que os cientistas astrônomos deram falta.

A Aliança Bíblica Universitária divulgou entre os estudantes brasileiros uma mensagem intitulada: “COMPUTADOR ACUSA O DIA QUE FALTOU”.

Relata que “o sr. Harold Hill, Presidente da Curtis Eugene Company, em Baltimore, Maryland, EEUU, declarou pensar que uma das coisas mais maravilhosas que Deus tem para nós nestes dias aconteceu com os astrônomos e cientistas espaciais em Maryland. Eles estariam tentando determinar a posição do sol, lua e planetas há 100, há 1.000 anos de hoje. Para fazer isso tiveram que computar as órbitas através dos séculos passados.

As medidas foram tomadas pelo computador através dos séculos, para a frente e para trás, e subitamente o computador parou, sinalizando que algo estava errado com a informação que lhe foi alimentada ou com os resultados comparados com os padrões. O Departamento Técnico foi chamado para verificar e não encontrou nada tecnicamente errado. No entanto, a mesma discrepância continuou, aparecendo um dia que estava faltando no espaço em lapso de tempo. Os cientistas ficaram estupefatos. Não havia solução.

Um elemento da equipe lembrou uma referência a uma parada do sol na Bíblia. Examinando, encontraram no livro de Josué uma “ridícula” declaração para qualquer pessoa com bom senso. De acordo com as Escrituras, Josué estava cercado pelos inimigos e, se a noite chegasse, eles o venceriam. Então Josué pediu ao Senhor que fizesse o sol parar. “O Sol, pois, se deteve no meio do céu, e não se apressou a pôr-se, quase um dia inteiro” (Josué 10:13). Aí estava o dia que faltou.

Verificaram-se os computadores voltando até o tempo que estava escrito e descobriram um bocado do tempo que faltava, mas não todo. O lapso de tempo do dia de Josué era de vinte e três horas e vinte minutos. Não um dia inteiro.

Novamente foi lida a passagem e lá se encontrou “quase [aproximadamente] um dia inteiro”. Isto ainda deixava quarenta minutos sem explicação. Os quarenta minutos tinham que ser encontrados, porque na projeção de órbitas espaciais isto será multiplicado muitas vezes.

Novamente o homem lembrou que, em algum lugar, na Bíblia, fala-se do sol ter voltado para trás. Em II Reis, capítulo 20, Ezequias, moribundo, foi visitado pelo profeta Isaías, o qual disse que ele não morreria. Ezequias não acreditou e pediu como prova um sinal. Isaías disse: “Adiantar-se-á 10 graus, ou voltará 10 graus atrás?”.

Ezequias respondeu: “É fácil que a sombra adiante dez graus; tal porém não aconteça, antes retroceda dez graus” (II Reis 20:9-10). Dez graus, exatamente quarenta minutos.

Vinte e três horas e vinte minutos em Josué, mais quarenta minutos em II Reis são as vinte e quatro horas que faltavam e que os viajantes do espaço têm que anotar no diário de bordo como o dia que faltou no Universo.

A revelação da moderna técnica em fidelíssimos computadores confirma o ensino multissecular das Escrituras.

Se o sol parou na época de Josué e voltou atrás na época de Ezequias, o tempo, contudo, não parou. Os ponteiros do relógio teriam prosseguido a assinalar os segundos, os minutos, as horas, como ocorre nas ocasiões de eclipse total do sol ou da lua. Daí os astrônomos e os computadores assinalarem a falta de um dia na contagem cronológica baseada no movimento solar.

Ora, se aquele dia longo de Josué e de Ezequias caiu numa quarta-feira é evidente que os relógios assinalariam, embora o sol estivesse alto, quarenta e oito horas. Dois dias, portanto. E aquele dia dobrado abarcou ou abrangeu na verdade DOIS DIAS: a quarta e a quinta-feiras, por exemplo.

Mas o povo continuou, no seu primitivismo, a considerar apenas um dia. Se o fato ocorresse hoje, é evidente, contaríamos dois dias e não apenas um, conquanto tivéssemos a claridade solar em tempo duplicado.

Então, a quinta-feira deveria ter sido já pelo povo contemporâneo daqueles fatos, deveria ter sido contada no dia longo. A sexta-feira, então, deveria ter caído para a quinta-feira. O sábado para a sexta-feira. E o domingo para o sábado.

Deus, ao permitir aqueles prodígios, tinha em vista Jesus Cristo. Aliás, todos os acontecimentos do Velho Testamento visavam Jesus Cristo. Eles se desenrolavam no maturar dos tempos até à plenitude para originar uma nova humanidade.

Jesus Cristo é o RECRIADOR. A Sua Ressurreição é o Seu repouso da Obra RECRIADORA. Deus providenciou tão magnos episódios para que a Ressurreição de nosso Senhor Jesus Cristo ocorresse CRONOLOGICAMENTE no exato dia do Seu repouso após a Criação.

Ao guardarmos, por conseguinte, o cognominado PRIMEIRO DIA DA SEMANA, “O DIA QUE FEZ O SENHOR”, através de portentosos prodígios - KYRIAKÉ HEMÉRA (= DOMINGO), observamos, no espírito da Lei da Liberdade de Cristo, EXATA e CRONOLOGICAMENTE também o dia memorável de Gênesis 2:2-3.

“Livres da Lei”, “mortos para a Lei”, não mais “na velhice da letra”, os crentes evangélicos dão “fruto para santificação”, rejubilando-se na solenidade da gloriosa Ressurreição do Senhor, Criador do novo homem. Solenidade repetida em cada PRIMEIRO DIA DA SEMANA, no DOMINGO (= KYRIAKÉ HEMÉRA = DIA SENHORIAL), que, em consequência dos prodígios da época de Josué e de Ezequias, CRONOLOGICAMENTE, coincide com o dia do “Repouso” do Deus Criador.

O PENTECOSTES

O nome dessa festa judaica se origina da circunstância de ser celebrada cinquenta dias após o dia seguinte do sábado das Primícias.

Releva frisar o haver Deus designado o “seguinte dia do sábado” (= o domingo, portanto) para a sua comemoração (Levítico 23:16). Importa, sobretudo, destacá-lo como prenúncio e tipo do dia da descida do Espírito Santo sobre os Apóstolos e discípulos, acontecida cinquenta dias após a Ressurreição de Jesus. “As primícias” (I Coríntios 15:23).

I

1) - O número 50, com efeito, é de alta significação nas Escrituras. É a soma de 49 mais 1.

49 é o quadrado de 7. E 7 indica o tempo em que Deus concluiu a Criação do mundo.

49, por conseguinte, representa o resultado da CRIAÇÃO e da RE-CRIAÇÃO, da primeira e da segunda Criação, ao qual resultado se adiciona a unidade 1 para afirmar com mais vigor a sua plenitude.

Ocorre, outrossim, que, ao contrário do número de 40 dias, 50, nas Antigas Escrituras, é o número que significa plena libertação.

40 foram os dias do isolamento de Moisés sobre o Sinai antes de receber a Lei. E 40 foram para Jesus os Seus dias de retiro nos desertos em completo jejum.

O número 50 era o do ano jubilar. Concluídas 7 semanas de anos ($7 \times 7 = 49$), o ano seguinte (50), na plenitude dos 7×7 , era o magno ano do jubileu, quando os cativos recuperavam sua liberdade e a posse da terra retornava às famílias de sua origem (Levítico 25:1-8).

O Pentecostes do Evangelho é o jubileu da verdadeira e definitiva libertação, porque “onde está o Espírito do Senhor aí está a liberdade” (II Coríntios 3:17).

O próprio Jesus assegurou em João 8:32: “A verdade vos libertará” e em João 14:17 e em 16:13 que o Seu Espírito “é o Espírito da Verdade”.

No dia quinquagésimo de Sua Gloriosa Páscoa da Morte para a Vida, “Deus enviou aos nossos corações o Espírito do Seu Filho, que clama: Aba, Pai. Assim que já não és mais servo, mas filho; e se és filho, és também herdeiro de Deus por Cristo” (Gálatas 4:6-7).

2) - O Espírito Santo fecundou as três economias de Deus.

Fecundou a primeira Criação ao se mover sobre a face das águas primordiais, depositando nelas os germes da vida (Gênesis 1:2).

Com Sua Sombra, fecundou as entranhas de Maria (Lucas 1:35) a fim de possibilitar a segunda Criação.

Enfim, na manhã auroral da Igreja paira em forma de línguas de fogo sobre as cabeças dos discípulos a fecundar-lhes as energias para o testemunho da Verdade do Evangelho.

No domingo do Pentecostes, o Espírito Santo consagrou a Igreja para desempenhar a Grande Comissão de evangelizar o mundo.

3) - O Espírito Santo é o Espírito do próprio Cristo. Nomeiam-no as Escrituras “Espírito de Cristo” (Romanos 8:9; I Pedro 1:11), “Espírito de Jesus” (Atos 16:7), “Espírito de Jesus Cristo” (Filipenses 1:19), “Espírito do Senhor” (Atos 8:39; II Coríntios 3:17-18), “Espírito do Seu Filho” (Gálatas 4:6).

O Espírito que plenitudificava a Jesus desde as entranhas de Maria (Lucas 1:35), desde a Sua descida, de forma visível, sobre Ele no instante do batismo (Mateus 3:16) quando também O levou ao deserto (Lucas 4:1) e O retornou à Galileia (Lucas 4:14). Plenitudificou-O no início do Seu ministério público em Seu primeiro sermão. “O Espírito do Senhor é sobre Mim” (Lucas 4:18). Por Ele plenitudificado, expulsa os demônios (Mateus 12:28) e louva ao Pai (Lucas 10:21) e é ressuscitado (Romanos 8:11).

A glorificação de Jesus nos Céus, à Destra do Pai, promove a difusão do Espírito, antes concentrado em Seu Sacratíssimo coração. No Pentecostes, Ele Se esparge em profusão sobre todos os discípulos: “Exaltado pela Destra de Deus, e tendo recebido do Pai a promessa do Espírito Santo, derramou isto que vós agora vedes e ouvis” (Atos 2:33).

Este derramamento do Espírito de Jesus sobre a Igreja é a consumação objetiva da Obra de Jesus Cristo. É a última manifestação do ciclo cristológico na vigência do sistema eclesial até a parusia.

4) - A soberaníssima missão da Igreja é a de proclamar o testemunho de Cristo.

Cristo é Testemunha. O Seu Espírito também é Testemunha. Se Jesus afirma que “a Minha doutrina não é Minha, mas daquele que Me enviou” (João 7:16), o Espírito, de igual forma, “não falará de Si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido” (João 16:13).

Jesus e o Espírito testemunham tudo quanto veem e ouvem. “Na verdade, na verdade, te digo que nós dizemos o que sabemos e testificamos o que vemos”, confirma o Mestre em João 3:11.

De modo determinado sobre o Espírito Santo o Senhor declara: “Aquele Espírito da Verdade, que procede do Pai, Ele testifica de Mim” (João 15:26).

Jesus, que glorificou o Pai (João 17:4), será glorificado pelo Espírito (João 16:14).

Eis a missão do Espírito Santo na Igreja: dar testemunho de Cristo. “E o Espírito é o que testifica, porque o Espírito é a Verdade” (I João 5:6; João 15:26).

Ele cumpre, todavia, a Sua Missão ao inflamar os corações dos discípulos testemunhas. “Mas, quando vier o Consolador, que Eu da parte do Pai vos hei de enviar, Aquele Espírito da Verdade, que procede do Pai, Ele testificará de Mim. E vós também testificareis (João 15:26-27). “Mas recebereis a virtude do Espírito Santo, que há de vir sobre vós; e ser-Me-eis testemunhas, tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria, e até aos confins da terra” (Atos 1:8).

5) - O povo de Israel, no Monte Sinai, recebeu, entre relâmpagos e trovões, a Lei escrita em pedra pelo Dedo de Deus (Êxodo 31:18).

No Pentecostes, o dia comemorativo da entrega daquela Lei a Moisés, tendo ela caducado com a morte e a ressurreição de Cristo, o novo Israel, o Israel legítimo, no Pentecostes do Espírito Santo, recebeu a efusão da Espírito, a promulgação desta nova Lei do amor, a “do ministério do Espírito”, escrita em seus corações pelo dedo da Destra do Pai, que é o proprio Espírito Santo.

E, com efeito, o Espírito Santo é o Dedo de Deus!

Ao expulsar os espíritos malignos, Jesus afirmara: “Eu expulso demônios pelo Espírito de Deus” (Mateus 12:28). E, em Lucas 11:20, elucida: “Eu expulso os demônios pelo dedo de Deus”.

II

Esses cinco motivos, além de outros também importantes, nos convencem de sobejo acerca da magnitude da ocorrência do derramamento do Espírito Santo acontecido num dia predeterminado há milênios por Deus (Levítico 23:11, 16).

O Pentecostes da efusão do Espírito Santo aconteceu no domingo, primeiro dia da semana, o principal da semana, o DIA DO SENHOR (= KYRIAKÉ HEMÉRA), circunstância esta provada por dois argumentos definitivos e incontestáveis:

1º) – Encontramo-lo no já mencionado texto de Levítico 23:11, 16.

A solenidade da oferta das Primícias se desenrolava no domingo, “ao dia seguinte do sábado” (Levítico 23:11). Cinquenta dias depois, se dava a festa do Pentecostes, ou das Semanas (Levítico 23:16).

O cômputo dos dias era a partir do domingo: “Depois para vós contareis desde o dia seguinte ao sábado” (Levítico 23:15).

Faça-se a experiência. Contem-se cinquenta dias a começar dum domingo (= “o dia seguinte ao sábado”). Matematicamente cairá num domingo.

2º) - O segundo argumento apodíctico está no Novo Testamento.

Jesus foi crucificado, morreu e foi sepultado numa sexta-feira. “E, chegada a tarde, porquanto era o dia da preparação, isto é, a véspera do sábado” (Marcos 15:42). E “era grande o dia de sábado” (João 19:31) por quatro razões: como sábado hebdomadário; como culminância da Páscoa com a manducação do cordeiro, o qual, morto à tarde da sexta-feira, foi comido à noite (os judeus começavam o dia ao pôr do sol); como primeiro dia dos Asmos dentro das solenidades pascais que se prolongavam por sete dias; e como festa das Primícias.

É de se frisar que Jesus Cristo, naquele ano, antecipou de um dia a celebração da Páscoa com os Seus discípulos. Lucas, em 22:15-16, anotou Suas Palavras: “Desejei muito comer convosco esta Páscoa, antes que padeça; porque vos digo que não a comerei mais até que ela se cumpra no Reino de Deus”. Sabendo o Senhor de Sua morte antes da hora da celebração pascal, quis realizá-la por antecipação.

Constata-se este fato porque, logo após havê-la celebrado, foi preso e durante o Seu julgamento os judeus se recusaram a entrar nas salas de Pilatos “para não se contaminarem, mas poderem comer a Páscoa” (João 18:28). João descreve o desenrolar do julgamento e lembra que aquele dia “era a preparação da Páscoa” (19:14), pois na tarde dele se daria o sacrificio dos cordeiros da ceia litúrgica do calendário judaico.

Na conformidade de Levítico 23:11, no domingo seguinte ao sábado das Primícias começou-se o cômputo dos 50 dias para a Festa do Pentecostes.

Ora, se nessa contagem o domingo foi o primeiro dia, o 50º, forçosamente, também foi num domingo.

Note-se esse domingo do início da enumeração foi 1.

O domingo seguinte foi 8. O outro domingo 15. O outro, 22. O outro, 29. O outro, 36. O outro, 43. E, finalmente, o último, 50.

O evento soleníssimo do Pentecostes cristão acontecido no DOMINGO (= KYRIAKÉ HEMÉRA = DIA SENHORIAL) é outra razão fundamental que moveu os crentes primitivos a consagrar, de modo especial, como, aliás, fez Paulo Apóstolo, esse dia para o culto ao Senhor.

PAULO APÓSTOLO E O DIA DO SENHOR

A conduta de Paulo Apóstolo, o inexcedível pregador do Evangelho, para com o sábado e para com o primeiro dia da semana presta-nos relevante contribuição em nosso entendimento quanto à observância de um desses dois dias ao tempo do Cristianismo apostólico.

Dividiremos este estudo em TRÊS partes:

1ª)- Uma visão do período de transição do judaísmo para o Cristianismo;

2ª)- As atividades do Apóstolo aos sábados nas sinagogas;

3ª)- A sua promoção do domingo.

I

À luz dos Atos dos Apóstolos e de algumas referências do Epistolário do Novo Testamento, constata-se a duração de quatro décadas do período de transição do judaísmo para o Cristianismo.

E nem poderia ser diferente. Seria inimaginável que os judeus, como os Apóstolos, convertidos durante o ministério do Mestre, logo no dia seguinte ao da Sua Ressurreição abandonassem todas as práticas da religião caduca vigorantes na sistemática social e civil de um país teocrático.

Oficialmente, no dia 7 de Setembro de 1822 o Brasil se tornou independente de Portugal, mas levou algum tempo de transição para o completo desfrute e total acomodação da nova situação política como país emancipado.

1) - A religião judaica com o apoio na revelação Divina começou com Moisés e se encerrou com o ministério de João. Porque “todos os profetas e a Lei profetizaram até João” (Mateus 11:13), afirmou Jesus.

A sua vigência oficial se encerrou com a presença do Batista precursor que clamava: “Arrependei-vos porque é chegado o Reino dos Céus” (Mateus 3:2).

Com esta mesma tônica começou Jesus Cristo o Seu ministério de Pregador (Mateus 4:17).

A caduquice da economia mosaica começou com o ministério de João e de Jesus e se prolongou até a morte do Salvador quando o véu do Templo se rasgou de alto a baixo, expondo por inteiro o santo dos santos, o lugar sacratíssimo.

Com o desenlace fatal, contudo, o sistema defunto ainda permaneceu entre os judeus até o seu sepultamento acontecido na destruição de Jerusalém no ano 70 de nossa era.

É importante fixar em nossa mente esses dados:

a) - A plena vigência oficial do judaísmo com a sua Lei, o seu cerimonialismo e a sua legislação sócio-civil-política foi até o início do ministério de João e de Jesus.

b) - Com o início destes ministérios, o sistema mosaico entrou na fase de caduquice.

c) - Seu desenlace fatal se deu com a morte de Jesus Cristo.

d) - O seu velório durou até a destruição de Jerusalém, quando ele foi sepultado em definitivo.

2) - A Epístola aos Hebreus foi escrita quando da iminência da destruição total de Jerusalém. Na ocasião em que já se encaminhava o féretro da economia judaica para o seu túmulo.

Dos tempos dos verbos no presente encontrados nessa Carta, se infere a fase de transição entre a época da exclusividade mosaica e o tempo evangélico. Infere-se aquele período transitório em que o sistema evangélico, ainda iniciante, conviveu com a defunta economia judaica, aguardando em seu velório o sepultamento.

Exemplifiquemos. Naquelas vésperas do enterro da sistemática de Moisés sob os escombros da destruição de Jerusalém, o sacerdócio araônico exercia suas funções em plena atividade. O autor de Hebreus constata como fato atual naqueles dias a presença do sumo sacerdócio: “Porque todo sumo sacerdote é CONSTITUÍDO para oferecer dons e sacrifícios, os quais SERVEM de exemplar e sombra das coisas celestiais” (8:3-5).

“Dizendo Novo Concerto, ele tem feito antiquado o primeiro, mas aquilo que está se tornando antiquado e envelhecendo, está perto de desaparecer” (8:13).

No capítulo anterior encontra-se esta averiguação dos últimos aprestos para o sepultamento do velho regime, se se observa o tempo presente dos verbos no original grego: “Visto que está sendo mudado o sacerdócio, de necessidade está sendo feita uma mudança de Lei” (7:12).

3) - Ao tempo de sua “sobrevigência”, isto é, de João o Batista até o ano 70, o seu cerimonialismo permanecia integrando o regime teocrático sob o qual continuava o povo hebreu.

A legislação teocrática de Moisés permanecia como sustentáculo da ordem, da estabilidade social e como garantia da paz, do trabalho e da propriedade.

O próprio Imperador Romano, ao qual se submetera a nação de Israel, apoiava semelhante lei nacional permitindo, inclusive, a permanência do tribunal sinédrita, embora cerceado por algumas restrições.

4) - Os judeus, desde sempre sujeitos a um regime político teocrático, aceitavam também na prática o culto religioso como parte oficial da Lei.

(As leis de uma teocracia são tanto civis como religiosas e, por isso, têm autoridade sobre todos os cidadãos).

Na sua conceituação, transgredir uma disciplina religiosa consistia também em infração à lei civil nacional. Recusá-la seria rebelião, subversão, anarquia.

Conquanto presentes ambos: o judaísmo defunto insepulto e o Cristianismo infante, naquela fase de transição, nunca se confundiram. Constatamo-lo à luz do Novo Testamento.

Em início um e em velório o outro, permaneceram, distintos, lado a lado.

Jesus, como Filho de Deus, Cabeça Universal, Rei de um Reino que não é deste mundo, como judeu, contudo, cumpriu os deveres de qualquer judeu: foi circuncidado, resgatado no Templo, participou das festas anuais. Mesmo predizendo a destruição de Jerusalém, Jesus ordenou aos Seus discípulos a obediência aos representantes de sua teocracia enquanto durasse a autoridade deles, porquanto se sentavam “na cadeira de Moisés”.

Ao Seu tempo, a Sua nação estava subjugada ao Imperador de Roma e, como súdito romano, cumpriu também Seus deveres para com o Império dominante e recusou os acenos para ser um revolucionário contra César.

Como Messias, o Salvador cumpriu, outrossim, os deveres de Sua Missão específica. Batizou-se, escolheu discípulos, formou-os e os comissionou para o apostolado. Estabeleceu Suas ordenanças: Batismo e Ceia. Instituiu a Sua Igreja e lhe deu normas para se reger.

Em perfeita obediência, atendeu às exigências de todas estas esferas, sem confundi-las.

5) - Nesse período de transição os cristãos judeus submetiam-se à legislação mosaica por serem súditos de uma nação que se regia por ela e ao ensino apostólico sem quaisquer confusões.

Como bons súditos israelitas, cumpridores da lei teocrática de seu país, viveram e morreram, como Zacarias, como João o Batista, como Jesus, como Estêvão.

Frequentavam o Templo nas solenidades anuais, como na Páscoa, no Pentecostes. Eram assíduos às sinagogas aos sábados. Atendiam ao dia das luas novas. Observavam leis dietéticas e, por isso, se abstinham de carne de porco.

Barnabé, Timóteo, Marcos, João, Silas e tantos outros submeteram-se às duas lealdades.

Eles, quer nos limites da Palestina, quer espalhados na Diáspora, agiam com a mesma obediência como qualquer cidadão judeu à lei teocrática do país.

Os sabadeadores, embora guardem o sábado, no domingo não trabalham e se alguém deles é comerciante não abre a sua loja em respeito à lei do país onde está. E fazem mais! Seus templos se abrem e celebram funções religiosas. Querem ser leais às suas convicções religiosas e cumpridores dos seus deveres de cidadãos.

6) - Paulo Apóstolo, como qualquer outro cristão judeu, sem misturar as áreas, serviu às duas lealdades. Embora jamais haja imposto ou permitido que se impusesse cerimônia judaica alguma a qualquer seu companheiro judeu, imitou ele o seu Mestre.

Um homem universal, vivendo, sem confusão de consciência e de conduta, como judeu fiel à sua lei pátria, como cidadão romano ordeiro e como cristão submisso ao Senhor e de convivência fraterna entre os gentios.

A sua última visita a Jerusalém evidencia muito esta sua conduta.

Acompanhado de uma comitiva de representantes de várias igrejas da gentilidade, levava ofertas dos cristãos gentios aos irmãos da capital de Judá. Em consequência da companhia dos gentios, espalhou-se a notícia caluniosa de haver ele se conduzido mal, introduzindo-os nos lugares do Templo reservado só ao povo hebreu.

“E, logo que chegamos a Jerusalém”, historia Lucas em Atos dos Apóstolos, “os irmãos nos receberam de muito boa vontade. E no dia seguinte Paulo entrou conosco em casa de Tiago, e todos os anciãos vieram ali. E, havendo-os saudado, contou-lhes por miúdo o que por seu ministério Deus fizera entre os gentios. E, ouvindo eles, glorificaram ao Senhor, e disseram-lhe: Bem vês, irmão, quantos milhares de judeus há que creem, e todos são zeladores da Lei. E já acerca de ti foram

informados de que ensinas todos os judeus que estão entre os gentios a apartarem-se de Moisés, dizendo que não devem circuncidar seus filhos nem andar segundo o costume da Lei. Que faremos, pois? em todo o caso é necessário que a multidão se ajunte; porque terão ouvido que já és vindo. Faze pois isto que te dizemos: Temos quatro varões que fizeram voto. Toma estes contigo, e santifica-te com eles. e faze por eles os gastos para que rapem a cabeça, e todos ficarão sabendo que nada há daquilo que foram informados acerca de ti, mas que também tu mesmo andas guardando a Lei. Todavia, quanto aos que creem dos gentios, já nós havemos escrito, e achado por bem, que nada disto observem; mas que só se guardem do que se sacrifica aos ídolos, e do sangue, e do sufocado e da prostituição” (21:17-25).

Segundo o registro, os gentios, incluindo-se Lucas, foram recebidos com alegria e no mesmo nível de igualdade naquele encontro cristão. Deles nada é exigido daquilo que é próprio dos judeus. Se lhes fosse imposta a obediência ao sistema mosaico, significaria que a vida cristã dos gentios era incompleta.

Tiago exortara o judeu Paulo a provar-se judeu fiel perante seus patrícios, expressando a completa isenção dos crentes gentios de praticarem os ritos e de guardarem a Lei de Moisés (v. 25).

Enalteceu-se a declaração de Paulo Apóstolo no sentido de que ele não exigia dos judeus vivendo entre os gentios que desprezassem algo da Lei de Moisés. Verificaram os de Jerusalém que aqueles judeus cristãos permaneciam “zeladores da Lei”.

O conselho para entrar no Templo e fazer certos ritos próprios dos israelitas é para Paulo e não para gentio algum.

Ao lume desse episódio, sucedido nas proximidades do aniquilamento total e definitivo da teocracia judaica patenteia-se que esse sistema hebreu estava ainda em vigor como lei nacional para todo o Israel, cristã ou não.

7) - Seria uma anomalia de comportamento, seria um retroagir no tempo e um desenterrar defunto, seria pretender revivificar uma múmia, querer restaurar práticas judaicas só porque os judeus cristãos, como Paulo, vivendo naquela fase de transição que se delongou até o ano de 70, praticaram e observaram.

Seria sem sentido reabrirmos as sinagogas, restabelecermos a circuncisão, restaurarmos a Páscoa, os dias dos Asmos, o Pentecostes, a festa das Tendias, as luas novas, os sábados porque os judeus cristãos observaram esses dias santificados e esses ritos cerimoniais, bem como as regras alimentares próprias do regime mosaico. Desde o ano 70 o cerimonialismo deixou de reger a vida de qualquer pessoa, pois não há mais Templo, nem tabernáculo, nem sacrifícios de animais, nem possibilidade do ano de Jubileu.

Extinta e sepultada sob os escombros de Jerusalém a teocracia do Velho Testamento, quem poderá atender as prescrições da Lei?

Ultrapassaria os limites do ridículo essa restauração tanto mais porque os gentios daquele período de transição a nada disso se submeteram e nem a isso foram em vez alguma obrigados, embora os judaizantes os perturbassem tentando pôr sobre eles um jugo que nem os judeus puderam suportar (Atos 15:10).

II

As atividades do Apóstolo Paulo no determinado dia do sábado nas sinagogas, à vista do exposto no tópico anterior, têm o seu motivo explicado.

Contudo, pormenorizemos os QUATRO episódios sobre o assunto encontrados em Atos do Apóstolos.

1º)- Ocorrido em Antioquia da Pisídia. O Apóstolo e seus companheiros foram à sinagoga num dia de sábado (Atos 13:14).

Sendo-lhe oferecida oportunidade, Paulo se dirigiu aos JUDEUS presentes: “Varões ISRAELITAS” (v. 16). Rememorou-lhes lances de sua história. Lembrou-lhes o Batista. E, ao introduzir a Pessoa de Jesus Cristo, chama-lhes, com fervor, a atenção: “Varões irmãos, FILHOS DA GERAÇÃO DE ABRAÃO, e os que dentre vós temem a Deus, a vós vos é enviada a Palavra desta salvação” (v. 26).

E alongou-se a discorrer acerca da Ressurreição de Jesus para culminar com a declaração: “E tudo o que, pela Lei de Moisés, não pudestes ser justificados, por Ele é justificado todo aquele que crê” (v. 39).

Concluída a prédica, os gentios presentes (“e os que dentre vós temem a Deus”, ou seja, os tementes a Deus - v. 26) se adiantaram em pedir-lhe voltasse no sábado seguinte (v. 42).

“E no sábado seguinte ajuntou-se quase toda a cidade a ouvir a Palavra de Deus” (v. 44).

Sobrevindo a perseguição por parte dos judeus despeitados, “Paulo e Barnabé, usando de ousadia, disseram: Era mister que a vós se vos pregasse primeiro a Palavra de Deus; mas, visto que a rejeitais, e vos não julgais dignos da vida eterna, EIS QUE NÓS VOLTAMOS PARA OS GENTIOS” (v. 46).

Alegaram-se os gentios “e a Palavra do Senhor se divulgava por toda aquela província” (v. 49).

Esta observação denota a permanência por algum tempo do Apóstolo em Antioquia da Pisídia. Não há, porém, mais nenhuma referência de haver ele voltado à sinagoga em nenhum outro sábado.

Afastado dos seus patrícios incrédulos, passou a conviver com os gentios convertidos.

De Antioquia da Pisídia, donde Paulo e sua comitiva foram expulsos, seguiram para Icônio. Aqui também na sinagoga anunciaram o Evangelho, mas não há qualquer menção ao sábado (14:1-3).

De novo perseguidos, fugiram para Listra e Derbe, na Licaônia, atingindo, outrossim, a província circunvizinha.

Nestes lugares dirigiram-se só aos gentios e, em resultado, Lucas omite informes sobre a presença deles em sinagoga e sobre o sábado. É um pormenor relevante. Se Paulo quisesse estabelecer para os gentios a guarda do sábado, teria se reunido com eles nesse dia e o escritor sacro ter-nos-ia informado.

2º)- Na cidade de Filipos da Macedônia, num dia de sábado, os servos do Senhor foram à beira do rio, onde julgavam encontrar pessoas em oração. Encontraram Lídia, uma gentia, decerto prosélita. Prosélita, então, guardadora do sábado.

Em 16:16, o escritor informa: “E aconteceu que, indo nós à oração...” Não alude mais ao dia do sábado.

Cabe notar-se que, em sua Epístola aos Filipenses, o Apóstolo omite qualquer alusão ao sábado e à sua observância.

3º)- Em Tessalônica, onde havia uma sinagoga de judeus (17:1), por ser-lhes mister pregar a Palavra PRIMEIRO aos judeus (13:46), Paulo e seus companheiros para lá se dirigiram. “E Paulo, como tinha por costume, foi ter com eles; e por três sábados disputou com eles sobre as Escrituras” (17:2).

Observe-se a referência ao costume de Paulo. O de ir às sinagogas aos sábados para estar com os judeus por ser-lhe de necessidade pregar POR PRIMEIRO aos judeus. Por causa da preciosa oportunidade de encontrar os seus patrícios e lhes falar do Evangelho. No texto não há alusão alguma ao seu desejo de cumprir especificamente um preceito mosaico.

Os crentes evangélicos, apesar de recusarem os motivos doutrinários antibíblicos dos chamados “dias santos” católicos, como a sexta-feira “santa”, aproveitam-nos para trabalhos especiais de evangelização. E se alguém lhes pede que voltem num outro “dia santo”, como na festa do “Corpus Christi”, por certo não se recusarão a atender semelhante convite como fez Paulo em atendimento aos gentios presentes na sinagoga de Antioquia da Pisídia (13:42).

Como acontece com a Carta aos Filipenses, em suas duas Epístolas aos Tessalonicenses nenhuma palavra dirige sobre o cumprimento do sábado.

Como ocorreu na Licaônia, também quando de sua ida a Bereia e a Atenas nenhuma alusão há a respeito do dia do sábado, embora haja sobre a sinagoga dos judeus (17:10, 17).

4º)- Desta feita, encontramos Paulo a disputar na sinagoga de Corinto aos sábados (18:4).

Converteram-se ao Senhor Jesus alguns judeus, inclusive principais da sinagoga local, como Crispo e Sóstenes. Da parte dos incrédulos patrícios surgiu a perseguição. E o Apóstolo desistiu de lhes falar, partindo para os gentios (18:6), como fez em Antioquia da Pisídia.

E nunca mais voltou à sinagoga de Corinto, apesar de lá haver permanecido um ano e seis meses ensinando entre os gentios a Palavra de Deus (18:11).

Em Éfeso, onde o seu ministério fora precedido pela atuação eficiente de Apolo, pelo espaço de três meses Paulo disputou com os judeus (19:8) e também o escritor de Atos dos Apóstolos nenhuma insinuação faz ao sábado.

A resistência dos empedernidos, contudo, o fez separar-se dos discípulos e, então, ao invés da sinagoga, passou a usar as salas da escola de um certo Tirano (19:9).

Esta atitude do Apóstolo revela com clareza meridiana o seu interesse de não impor aos judeus da Diáspora convertidos e muito menos aos gentios cristãos a guarda do sábado e a frequência à sinagoga.

Se este houvesse sido o seu propósito, teria ele fundado sinagogas com os discípulos e os levaria à observância sabatina.

Naquela época de transição surgiram os cognominados legalistas ou judaizantes. Legalistas porque o propósito deles era impor a necessidade da observância da Lei, além da fé em Cristo, para a salvação do pecador. Judaizantes porque, para o mesmo fim, exigiam a prática de ritos judaicos, a principiar da circuncisão.

Apesar de ser judeu observante zeloso das tradições paternas (Gálatas 1:14), Paulo Apóstolo se insurgiu brava e destemidamente contra eles. E de sua batalha surgiram os seus dois luminosos documentos: Romanos e Gálatas. Em ambos combate com tenacidade a ideia de se incorporar no Cristianismo elementos formais do judaísmo.

Se circuncidou Timóteo, judeu por natureza e por direito, recusou-se a circuncidar Tito, gentio.

Em sua Epístola aos Gálatas, outrossim, especifica um elemento judaizante: a observância de dias, porque os legalistas, além da circuncisão, queriam exigir para os gentios a guarda dos sábados semanais, as luas novas, os jubileus e anos sabáticos (Gálatas 4:10).

Considera esses dias como “rudimentos fracos e pobres” (Gálatas 4:9).

Patenteia sua preocupação: “Receio de vós, que não haja trabalhado em vão para convosco” (Gálatas 4:11).

Sua indignação é grande diante dos deturpadores do Evangelho e chega a comparar a Antiga Aliança à escrava Agar, a efêmera e ilícita esposa de Abraão, tomada por este num seu instante de incrédula dúvida da Promessa Divina. E assemelha os misturadores de judaísmo com Cristianismo de “ismaeis”, bastardos rebentos daquela união abominável (Gálatas 4:21).

Das vezes que o livro de Atos dos Apóstolos nos mostra Paulo aos sábados, em sinagogas, inferem-se as seguintes conclusões:

1ª - Côncio de sua responsabilidade de anunciar por primeiro a Palavra de Deus aos judeus (Atos 13:46), ia às sinagogas de cada cidade por onde passava e onde elas existiam por serem o lugar próprio das reuniões religiosas deles.

2ª - O dia do sábado é aludido nessas oportunidades porque era ainda o semanal dia santo dos judeus inconversos daquela fase de transição.

3ª - Paulo era judeu e entre os judeus se conduzia como tal.

4ª - Ao longo dos Atos dos Apóstolos e do Epistolário Paulino constata-se que nas cidades onde ele não ia às sinagogas também não se menciona o sábado. Derbe e Listra são exemplos dessas cidades. Sem quaisquer referências a sinagogas e a sábados, Lucas menciona o judeu Timóteo sendo circuncidado por Paulo (Atos 16:1-3).

5ª - Nas localidades onde falava exclusivamente aos gentios que não fossem “tementes a Deus”, nenhuma alusão se encontra acerca do sábado. “Tementes a Deus” eram aqueles gentios, como no caso de Lídia, que se preparavam para ser prosélitos, ou seja, participantes da comunidade religiosa judaica.

6ª - A ida de Paulo às sinagogas aos sábados nos países da gentilidade era circunstancial porquanto também aproveitava seus direitos de judeu para usar aqueles importantes centros como focos de propaganda do Evangelho. “Fiz-me como judeu para os judeus, para ganhar os judeus” (I Coríntios 9:20). Naquele contexto transitório também observou as festas judaicas, ofereceu sacrifícios e circuncidou (Atos 16:3; 18:21; 21:24, 26).

7ª - No Concílio de Jerusalém (Atos 15:1-29) nenhuma referência há sobre o cumprimento do sábado judaico como dever cristão.

8ª - Onde em suas Epístolas qualquer alusão a essa observância?

9ª - Se o fato de haver o Apóstolo pregado aos judeus aos sábados, nos impõe a sua guarda, então, vamos às sinagogas. Construamo-las! Circuncidemo-nos para imitá-lo!

Ou sábado e sinagoga, e Páscoa, e sacrifícios de animais, e circuncisão... Ou nem sinagoga, nem Páscoa, nem holocaustos, nem circuncisão e NEM SÁBADO.

III

Paulo Apóstolo, como doutrinador dos crentes, promoveu a guarda do domingo, o “primeiro” e “principal” dia da semana.

Nem em Atos dos Apóstolos, nem em suas Epístolas se encontra o Apóstolo a promover reuniões para os cristãos judeus ou gentios em dia de sábado.

Em duas oportunidades, com efeito, encontramos-lo às voltas com o PRIMEIRO DIA DA SEMANA.

1) - Em Atos 20:6-7: “E, depois dos dias dos pães asmos, navegamos de Filipos, e em cinco dias fomos ter com eles a Trôade, onde estivemos sete dias. E no PRIMEIRO DIA DA SEMANA, ajuntando-se os discípulos para partir o pão, Paulo, que havia de partir no dia seguinte, falava com eles; e alargou a prática até à meia-noite”.

a) – Note-se a expressão: “Ajuntando-se os discípulos para partir o pão” a revelar a celebração da Ceia do Senhor no domingo. Infere-se que não foi Paulo quem convocou a reunião. O fato mostra um hábito já formado entre os discípulos.

b) - A permanência do Apóstolo e seus companheiros em Trôade foi de sete dias. Se entre os cristãos vigorasse o sábado judaico, por certo teriam celebrado a Ceia do Senhor nesse dia e não no domingo.

A reunião deles no PRIMEIRO DIA DA SEMANA, também por esta razão, demonstra a praxe em vigor da santificação do domingo naqueles primórdios do Cristianismo.

c) – Cronometrava-se o dia de entardecer a entardecer. De poente a poente. Baseados nisto não se há de supor que a reunião de Trôade realizara-se após o entardecer do sábado, isto é, já nas primeiras horas do domingo, como se Paulo e a igreja houvessem passado o dia do sábado ou parte dele em reunião. Não se há de supor ainda que, celebrada a Ceia, a programação se alargara até de madrugada e a viagem se deu no domingo de manhã. Não se há de supor esta maneira de entender por ser disparatada e incompatível com o texto.

Lendo-o com atenção observa-se que a reunião fora feita especialmente para a celebração da Ceia (“ajuntando-se os discípulos para partir o pão”).

Se já estivessem reunidos no decurso das horas do sábado, já estariam juntos. E o texto, além disso, tê-lo-ia mencionado.

Por que haveria Lucas de omitir esse informe? Se vigorasse o sábado não teria ele interesse de registrá-lo?

Omitiu-o porque os cristãos não o observavam como dia semanal santificado.

A comitiva, outrossim, não viajou no domingo. Declara-se explicitamente que a reunião se efetuou no domingo e que Paulo partiu no dia seguinte. Ora, o dia seguinte ao domingo é a segunda-feira.

Paulo viajou por terra. Os discípulos, de navio. Encontraram-se em Assôs e prosseguiram a viagem.

c) - A Ceia é uma das duas ordenanças do Senhor. (A outra é a do batismo). Seu cumprimento é importantíssimo. É uma das incumbências da Igreja.

A notícia de sua celebração no PRIMEIRO DIA DA SEMANA entre os cristãos apostólicos é a prova demonstrada em fato solene, é a prova irrecusável da observância do domingo, o DIA DO SENHOR.

2) - I Coríntios 16:1-2 ilumina outra demonstração da prática do PRIMEIRO DIA DA SEMANA naqueles primórdios. “Ora, quanto à coleta que se faz para os santos”, recomenda Paulo, “fazei vós também o mesmo que ordenei às igrejas da Galácia. No PRIMEIRO DIA DA SEMANA cada um de vós ponha de parte o que puder ajuntar, conforme a sua prosperidade, para que se não façam as coletas quando eu chegar”.

a) - Paulo, ao aconselhar os coríntios, deixa claro o respeito ao domingo e sua observância entre as igrejas da Galácia, a cujos membros exortara a não se deixarem envolver pelas pregações de “rudimentos fracos e pobres” (Gálatas 4:9-11).

b) - As coletas, evidentemente, só poderiam ser levantadas nos cultos e estes celebrados no PRIMEIRO DIA DA SEMANA.

Tanto mais que, depois da Ressurreição, não há uma única reunião exclusiva de cristãos em dia de sábado. Somente nos domingos!

Como cristão, pratico o domingo porque tantas referências ao PRIMEIRO DIA DA SEMANA consignadas no Novo Testamento após a Ressurreição, sem sombra de quaisquer dúvidas, têm o propósito de evidenciá-lo e enaltecê-lo como aquele dia que o Senhor fez para o regozijo e alegria dos crentes (Salmos 118:24) em solenidade semanal da Ressurreição de nosso Senhor Jesus Cristo.

O volume expressivo de fatos importantíssimos ocorridos no domingo e das referências claras ao Primeiro Dia da Semana, por dedução ou inferência, nos movem à observância desse dia como do Senhor (KYRIAKÉ HEMÉRA).

Apregoar-se a procedência da guarda do domingo de um decreto de Constantino Magno, Imperador Romano, implica em concordar que, se assim fez o Imperador no intento de agradar os cristãos, o fez precisamente porque os cristãos observavam o Primeiro Dia da Semana.

Se eles cumprissem o sábado, para agradá-los Constantino teria decretado o sábado como o dia semanal de guarda.

Entre os pagãos antigos, o Primeiro Dia da Semana era dedicado ao deus sol? E o sábado era consagrado ao deus Saturno. Tanto assim que, em algumas línguas modernas, ele é chamado de “dia de Saturno”, como em inglês (saturday).

A alusão de declarações de “autoridades” romanistas no sentido de ser o domingo uma instituição católica, procede de desleal sofisma. Os argumentos do Novo Testamento demonstram a prática desse dia pelos cristãos apostólicos.

Por outro lado, os clérigos romanistas divulgam que o dogma da Divindade de Cristo foi proclamado pelo Concílio de Niceia, em 325. Esta assertiva, porventura, desabona minha fé na Divindade de Cristo? Eu creio que Jesus é Deus porque as Escrituras o revelam. E não porque hierarcas católicos o definiram como dogma de fé.

Pratico o domingo não porque esses petulantes hierarcas ambicionam tê-lo estabelecido.

Pratico-o a exemplo dos meus irmãos apostólicos. Pratico-o a exemplo de Jesus Cristo Ressuscitado e para honrá-lo!

EPÍLOGO

Na vigência da Lei se adensava “a sombra dos bens futuros” (Hebreus 10:1) em que se destacava o sábado como parte da economia progressiva do Senhor.

Com o Templo e a circuncisão constituía-se em imagem do que havia de vir.

A circuncisão anunciava, como rito de iniciação, o Batismo. O Templo, o Corpo de Cristo. E o sábado, o domingo.

(Não afirmamos serem as realidades sucedâneas das sombras. Nem o Batismo sucedâneo da circuncisão, nem a Ceia do Senhor, da Páscoa, nem o Corpo de Cristo, do Templo, nem Jesus Cristo, do cordeiro. Seria querer remendar pano velho com novo).

O sábado, prefigurando o domingo, o “PRINCIPAL DIA DA SEMANA”, anunciava, em tipo, o advento do Reino dos Céus. O domingo, cujo valor pedagógico consiste em sustentar sempre viva no coração dos crentes a esperança do repouso eterno, impedindo o afogamento do interesse espiritual pelos cuidados e afã com as coisas deste mundo.

A mensagem dominical deve impregnar de alento todos os outros dias da semana para impedir que o espírito das lutas terrenas,

conquanto lícitas, embote a alma e a distraia da contemplação de nosso Senhor Jesus Cristo, o Repouso Eterno dos salvos.

Ele não é apenas o Senhor do Templo e por isso expulsou os vendilhões, seus conspurcadores. Ele é o único Templo Verdadeiro, o Exclusivo Templo em cujo íntimo podemos adorar em espírito e em verdade.

De semelhante modo, Ele não é somente o Senhor do Sábado com todos os direitos de aboli-lo e concretizar no domingo, como antítipo, a sua plenitude. Ele é o nosso Sábado, o nosso Repouso.

Jesus Cristo é o nosso Repouso porque é o nosso único Alívio. “Tomai sobre vós o Meu jugo, e aprendei de Mim, que sou manso e humilde de coração; e encontrareis descanso para as vossas almas” (Mateus 11:29). Descansando nEle, aliviemo-nos dos conflitos produzidos pelo fardo dos nossos pecados.

Após seis dias de trabalho, no sétimo descansamos. O sétimo dia, contudo, não se reduz à inanição. Sete representa acabamento e perfeição. O descanso celestial em Jesus Cristo implica em plenitude de perfeição.

E Jesus Cristo é o nosso Sétimo Dia no sentido de que nEle atingiremos a medida da estatura completa de varão perfeito. Demonstra-no-lo a genealogia de Mateus ao agrupar os antepassados do Filho de Davi em seis séries de sete nomes.

Com Cristo se instala a sétima idade pela qual suspiraram os tempos precedentes.

Cristo, ao ressuscitar, concretiza o descanso de Deus da Sua Obra Salvífica, da qual a ação criadora inicial é apenas um esquema antecipado.

É o Repouso mencionado por Paulo em sua Epístola aos Hebreus (**N. do E.:** Será que foi Paulo, quem a escreveu?). Alude o Apóstolo ao repouso de Deus após haver concluído a Criação do cosmo. Refere-se à entrada do povo de Israel na Terra Prometida. Mas “resta ainda um repouso para o povo de Deus” (4:9).

Precedendo-nos, nessa quietude paradisíaca já entrou Jesus. Entrou não apenas como precursor. Constitui-Se Ele próprio as delícias desse Repouso Imarcessível.

Os fieis da Nova Aliança são chamados a participar da felicidade do próprio Deus e a descansar de suas obras como Deus descansou das Suas (Hebreus 4:3-11; Apocalipse 14:13). Esta perspectiva levou os fieis a conceber o domingo como participação desse santo e eterno repouso de Deus, mediante a comunhão com Cristo Ressuscitado.

Por essa razão, ao caducar o sábado cerimonial da economia das sombras, instalou Ele o domingo. No domingo, com efeito, aconteceu a

Sua Ressurreição, primícias da nossa ressurreição, modelo e fundamento do nosso futuro celestial.

Sucedem-se os dias de descanso: o dia cósmico da Criação, o dia judaico da Aliança, o dia evangélico da Ressurreição e o Dia Escatológico da Consumação Final.

Entre o Dia Evangélico da Ressurreição e o Dia Escatológico Final medeiam os domingos que, na sucessão cronológica, sustentam o nosso espírito na esperança da Canaã Eterna onde, em nosso Senhor Jesus Cristo, usufruiremos o Repouso Absoluto (Apocalipse 21:3-6).

.oOo.